

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO AMBIENTAL E  
TERRITORIAL

**A ERRADICAÇÃO DA VILA IAPI:  
MARCAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO DE BRASÍLIA**

**TONY MARCELO GOMES DE OLIVEIRA**

**Orientadora: Marília Luiza Peluso**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BRASÍLIA  
Setembro de 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO AMBIENTAL E  
TERRITORIAL

**A ERRADICAÇÃO DA VILA IAPI:  
MARCAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO  
URBANO DE BRASÍLIA**

TONY MARCELO GOMES DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da  
Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de  
Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial.

Aprovado por:

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Marília Luiza Peluso, Professora do Departamento de Geografia  
da Universidade de Brasília  
(Orientadora)

---

Professor Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos, Professor do Departamento de  
Geografia da Universidade de Brasília

---

Professor Dr. Marcelo Lopes de Souza, Professor do Departamento de Geografia  
da UFRJ

## FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, TONY MARCELO GOMES

A erradicação da Vila IAPI: Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília / Tony Marcelo Gomes de Oliveira – Brasília: Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia: UnB, 2007.

116 p. : Il. Color.; 21X29 cm.

Dissertação de Mestrado do autor (Mestrado – Universidade de Brasília).

1. Geografia. 2. Segregação socioespacial. 3. Planejamento Urbano. 4. Práticas Sociais do Cotidiano. 5. Brasília.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Tony Marcelo Gomes de Oliveira

Dedico a todos os “erradicados” como erva daninha do sonho de Brasília, vítimas da violência do capital e dos oportunistas da Capital.

## CONFRONTO

A suntuosa Brasília e a esqualida Ceilândia contemplam-se.  
Qual delas falará primeiro?  
Que tem a dizer ou a esconder uma em face da outra?  
Que mágoas, que ressentimentos prestes a saltar da goela coletiva e não se exprimem?  
Por que Ceilândia fere o majestoso orgulho da flórea capital?  
Por que Brasília resplandece ante a pobreza exposta dos barracos de Ceilândia filhos da majestade de Brasília?  
E pensam-se, remiram-se em silêncio as gêmeas criações do bom brasileiro.

Carlos Drummond de Andrade

## AGRADECIMENTOS

A Deus – compreendido como energia cósmica que em mim tudo move.

Aos meus pais – Oldack Gomes de Oliveira e Geni Evangelista de Oliveira – mestres maiores de minha existência, que me possibilitaram vivenciar e compreender a natureza de família.

Aos meus irmãos – João, Gláucia, Magna, Maíza, Josafá, Magnólia, Mariza, Bruno, Clayton, Dalmo, Luiz, Oldenei e Willams – guerreiros, base de sustentação para construir e vencer desafios.

Aos meus sobrinhos de rocha, amigos do UniCEUB, da UnB, do futebol, dos Rocks, da cultura, amigos parceiros/irmãos - Adalberto, Ernane, Nilton, Robson e Wécio – obrigado pela disponibilidade e positividade sempre.

À querida Mestra amiga Odette Rezende Roncador e a todos os educadores que tive em minha formação. De cada um deles, carrego a dignidade da luta e resistência por meio da educação.

À Professora orientadora Marília Luiza Peluso, pela dedicação e serenidade. Aos professores Aldo Paviani, Lúcia Cony Cidade, Nelba Azevedo Penna, Manoel Jevan, incansável lutador da Ceilândia e ao camarada Valdir Steinke. Em especial, agradeço aos professores Neio Campos e Antonio Carlos Carpintero, pelas valiosas contribuições e esclarecimentos.

E finalmente agradeço, à minha companheira Dênia Freitas, a quem tudo devo, a quem tudo faço e a meu filho Murilo, a quem tudo farei. Vocês são sempre: luz e abrigo.

À todos, muito obrigado.

“dackni simplesmente quer dizer: nobreza”

## RESUMO

*A Erradicação da Vila IAPI: Marcas do Processo de Formação do Espaço Urbano de Brasília* nos fornece uma relevante contribuição para a compreensão da dinâmica urbana e territorial da capital Federal. A pesquisa identifica marcas, rastros e sinais na historiografia da cidade através do recorte espacial definido como Vila IAPI. Possibilita perceber nela, embates entre o planejamento racionalista/funcionalista – fruto do advento da modernidade e as práticas sociais do cotidiano. Nesta contextualização, busca-se avaliar e interpretar as conseqüências da ação governamental de erradicar favelas na década de 70 em Brasília, tendo a Vila IAPI como referencial empírico e a sua articulação direta com os ditames tecnicistas induzido pelo planejamento da cidade e também, com a qualidade de vida de seus habitantes. Assim, o trabalho proposto se apresenta com o intuito de contribuir, por meio do resgate de um importante fato histórico de Brasília, para melhor compreensão do processo de formação do espaço urbano da capital do país.

Palavras-chave: Planejamento racionalista; práticas sociais cotidianas; modernidade; espaço urbano; Vila IAPI.

## Abstract

The eradication of VILA IAPI Process Marks of Urban Space in Brasilia – capital of Brazil- provides us a relevant contribution to the understanding of the urban and territorial dynamic of the capital. The research identifies marks, tracks and signs in the historiography of the city through the spatial cut defined as VILA IAPI. It makes possible to perceive the oppositions between rationalist and functionalist planning fruit of the modernity advent and the current social practices. In this context, it aims to evaluate and to interpret the consequences of the governmental action to eradicate the shanty towns in Brasilia in the 1970's, having the VILA IAPI as an empiric referential and its direct articulation with the technical commands induced by the city planning, interfering directly in its inhabitants life quality. Thus, the proposed work presents with the aim to contribute by means of recovering an important historical fact in Brasilia, for a better understanding of the ground process of the urban space in Brasilia.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	Pgs. 3 a 17
<b>Capítulo 1 - Planejamento e Intervenção Urbana</b>	
1.1. O pré-planejamento	Pgs. 18 a 24
1.2. A Concepção do Planejamento	Pgs. 25 a 29
1.3. A Cidade Planejada	Pgs. 30 a 36
<b>Capítulo 2 – Planejamento e o Discurso da Modernidade</b>	Pgs. 37 a 41
2.1. O Discurso da Modernidade: Representações	Pgs. 42 a 54
2.2. A Meta é a Modernidade - A Ótica do Planejador no Brasil	Pgs. 55 a 61
<b>Capítulo 3 - Brasília: O Discurso em Construção do Espaço Urbano</b>	Pgs. 62 a 65
3.1. A cidade e o mito ou o mito e a cidade	Pgs. 65 a 68
3.2. A concepção e expansão espacial da cidade	Pgs. 69 a 71
3.3. A segregação como ação de Estado	Pgs. 72 a 79
A. Da construção à inauguração – Práticas	Pgs. 80 a 83
B. A erradicação como ação ordenadora	Pgs. 84 a 93
<b>Capítulo 4 – A ótica dos Erradicados e Resistentes em Resultados de Análises</b>	Pgs. 102 a 105
<b>Considerações finais</b>	Pgs. 98 a 102
<b>Referências Bibliográficas</b>	Pgs. 118 a 122

## INTRODUÇÃO



*“Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal. Mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro”.*

*Ítalo Calvino, 1990.*

O tema e o objeto desta dissertação definem-se no âmbito do debate das abordagens do planejamento urbano, implementado pelo Estado brasileiro como forma de intervenção na realidade e de produção do espaço urbano. Delimitamos como objeto de estudo a cidade de Brasília<sup>1</sup>, pensada e gestada a partir da interferência do Estado e de momentos expressivos da modernidade no Centro-Oeste brasileiro.

Trataremos aqui, de forma particularizada, a Vila IAPI e o denominado Complexo IAPI<sup>2</sup>, em que nos oportuniza identificar em um determinado momento ações diretas dos órgãos planejadores e sua política de erradicação de favelas, satisfazendo às exigências e necessidades do mercado imobiliário. Ações que contribuíram para a degradação socioespacial da população de baixa renda, no processo de formação urbana de Brasília.

Como elemento norteador de nossa pesquisa, focamos a atenção nas relações entre o planejamento racional e a realidade das práticas sociais na trajetória da construção de Brasília, analisada por meio da dinâmica urbana vivenciada no recorte espacial apresentado - Vila IAPI - em que se percebe, por sua historiografia, como sendo bastante representativo para identificarmos elementos definidores da configuração do espaço urbano da capital brasileira – Brasília.

Será abordada por esta pesquisa, a busca em reconhecer a evolução do planejamento racionalista, movido pelos fluxos avassaladores da modernidade vindos da Europa e sua influência no território brasileiro, sobretudo na trajetória da construção de Brasília e sua evolução urbana, herdeira maior no país da ideologia da modernidade. Será focado também na pesquisa, a proximidade entre o

---

<sup>1</sup> Entende-se que Brasília é constituída pelo Plano Piloto (o centro) e as regiões administrativas (cidades satélites), disseminadas no território do Distrito Federal.

<sup>2</sup> Entende-se por complexo do IAPI o conjunto de favelas margeando a favela principal (Vila do IAPI): Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila Tenório, Vila Bernardo Sayão, Vila Esperança, Curral das Éguas, Placa das Mercedes e outros pequenos aglomerados.

planejamento racionalista e sua convivência com a ampliação dos problemas sociais e espaciais na cidade, desde sua inauguração em 1960 e conseqüentemente, bastante viva na atualidade, atingindo diretamente a população de baixa renda. Esta que veio erguer a capital atendendo ao chamado da modernização, irradiadora de desenvolvimentos para todo o Brasil.

Na interpretação dos fatos, num primeiro momento, analisaremos o planejamento significando a adoção, pelo poder público, de princípios racionais de ordem política ou técnica, para substituir, alterar, controlar e regular situações consideradas problema no espaço urbano; em outro, o planejamento será abordado como instrumento que pode e deve dialogar francamente com os anseios populares, na tentativa de buscar harmonizar – o espaço urbano - e assim, evitar conflitos e mazelas sociais.

Dessa forma, buscaremos identificar e analisar marcas no tempo e espaço, junto ao processo de formação do espaço urbano de Brasília, o caso da Vila IAPI. Como amparo, a interligação dos fatos ocorridos em esfera global (modernidade), atingindo o local (Brasil e Brasília), respondendo sempre a lógica mercadológica.

Quanto à disposição espacial e adequação urbana na Vila IAPI, no final da década de 60, vale ressaltar o desenho de suas ruas, que favorecia o contato constante da vizinhança, constituído por muitos laços familiares, proporcionando uma convivência comunitária. Havia distribuição aparentemente igualitária de barracos e dimensão de lotes. A riqueza arbórea e hídrica local oferecia boa qualidade de vida, por facilitar a higienização, alimentação, plantio de horta e pomar, pequena criação e fonte de renda complementar com a lavagem de roupa. Equiparada a todas essas facilidades, a proximidade ao centro, Plano Piloto, garantia oferta de trabalho.

As características socioespaciais foram reconhecidas também pelos agentes governamentais envolvidos no plano de erradicação da Vila. “Ela (IAPI) apresentava ruas bem traçadas, lotes cercados e em alguns setores um processo espontâneo de fixação, uma verdadeira comunidade de vivência e serviço” (Gouvêa

apud Plano de Erradicação de Invasões, 1995: 68), composta por um contingente populacional de 82 mil pessoas e de 12 mil barracos.

Apesar das características vantajosas aos moradores da Vila, o governo cria, em 14 de outubro de 1970, conforme Decreto nº 1.473, o GER – Grupo Executivo de Remoção, visando a erradicação de favelas. Seu discurso era baseado em melhorias sociais e ambientais aos moradores e a todos do Distrito Federal, respondendo a exigência oficial do PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal. “As invasões se localizavam dentro do anel de segurança sanitária, o que era uma ameaça à saúde, tanto da população favelada como de todo o Distrito Federal” (Bastos, 1979: 14). O argumento oficial erguido pelo PLANIDRO fez o governo agir com urgência na resolução do caso, atribuindo ao morador favelado de Brasília a condição de invasor<sup>3</sup>. O discurso racionalista/tecnicista legitimou a estratégia de convencimento adotado pela política de remoção de favelas.

A política de erradicação de invasões<sup>4</sup> se revelou bastante negativa para os removidos, principalmente do ponto de vista social, ambiental e espacial. Fato reconhecido pelos erradicacionistas<sup>5</sup>: {...} “As ‘invasões’ tinham sentido para as famílias faveladas. Deixar um local onde viveu por vários anos foi difícil, mas a idéia do lote próprio falou mais alto” (GDF, 1986: 09). A lógica de valorização dos espaços nobres, retirando favelas, seguiu com a implantação de loteamentos distantes do centro urbano, detentor de empregos.

A partir de 27 de março de 1971, a população da Vila IAPI, agora removida para Ceilândia, apresentou queda na qualidade de vida, uma vez que o local para onde os moradores foram destinados não possuía o mínimo de estrutura básica. Além da redução drástica da renda familiar por acentuar completa dependência da população aos locais estruturados com o mobiliário urbano. “Morava na Vila Esperança. Acho eu que minha velha moradia era bem melhor, pois lá meu marido

---

<sup>3</sup> Em Brasília o favelado é chamado, pelo governo, de invasor tendendo transmitir na própria denominação a idéia de transgressão.

<sup>4</sup> Em Brasília as favelas são chamadas, pelo governo, de invasões, tendendo transmitir na própria denominação a idéia de transgressão.

<sup>5</sup> Termo utilizado pelo autor da pesquisa para identificar os defensores e envolvidos diretamente com o governo de Brasília no processo de remoção e erradicação de favelas durante a década 70.

tinha uma oficina que transcorria muito dinheiro” (depoimento da comunidade removida, 1982: 07).

A perda da qualidade de vida contribuiu para os índices degradantes de violência, alcoolismo, prostituição, tráfico e desesperança na nova cidade satélite de Ceilândia. Como consequência, em menos de dez anos a cidade satélite, criada para resolver os graves problemas sociais das Vilas-Invasões, se destacou com “o maior índice de criminalidade de todo o Distrito Federal” (Bastos, 1979: 32), sendo considerada, até hoje, como uma das Regiões Administrativas<sup>6</sup> mais violentas do espaço urbano de Brasília.

A violência em Ceilândia passou a ser uma marca negativa no decorrer de sua formação. As cidades se constituem marcada por sinais que registram nuances particulares, utopias, minúcias e sonhos que se acumulam na passagem dos dias ou das gerações. Mutáveis no tempo e no espaço, elas são ressignificadas pelos usos e funções que os diferentes agentes sociais e o sistema de poder econômico, político e social lhes conferem. A cultura, ao estabelecer uma relação de intimidade com a cidade, também compartilha dessa fonte de ressignificação e criação de novas marcas na imagem e no seu traçado. Portanto, as características conhecidas hoje na cidade satélite Ceilândia registram as ações soberanas promovidas pelos organizadores do espaço, confirmando consequências que comprometem o bem estar coletivo.

As cidades nascem, ou são fundadas, segundo a representação adequada a uma dominação política, econômica, religiosa ou militar. Nesse sentido, o seu traçado deve favorecer a segurança e obedecer a uma ordem estética, correspondendo, assim, a uma imagem simbólica e a uma imagem da ordem. Segundo Le Goff os arquitetos do Renascimento já produziam modelo de cidade, tendo como função principal a proteção de seus habitantes,

A cidade em forma de estrela, militarmente bem protegida, com muitos ângulos mortos inatingíveis ao assediante, uma cidade de onde se pode atirar de muitos ângulos; é também, com toda evidência, um conceito simbólico: a estrela implica uma idéia de ordenamento. (Le Goff, 1994: 13)

---

<sup>6</sup> As Regiões Administrativas do Distrito Federal são comumente referidas como cidades-satélites, servindo apenas como recurso burocrático.

Traçadas de forma a representar concepções de mundo e poder, as cidades são verdadeiros paradigmas de representações em tempos e espaços diversos. Como afirma Baudelaire “a forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal”. E acrescenta Le Goff, citando Baudelaire:

Ainda assim, a continuidade se firma em certas formas. A Idade Média deu à cidade, ou à maioria delas, um espaço rodeado por uma muralha, cujo vestígio subsiste mesmo quando as muralhas desaparecem. De outro modo, persiste uma conexão entre uma cidade propriamente dita, o que na Idade Média se chamava de cidade (cité), e os burgos, que se tornaram, em seguida, isso que nós chamamos de arrabaldes: daí a articulação-centro-subúrbio (Le Goff, 1994: 145)

Por outro lado, os lugares transmudam-se em novos fluxos e redes simbólicas, segundo as funções assumidas pela cidade.

Já no século XII, a intromissão urbana inicialmente estava voltada para problemas materiais, como a proibição de animais na rua e calçamento de estradas para inibir acidentes. Presidia em seu contexto significação de ordem, razão, verticalização e luz. As normas de planejamento já nasciam como objeto de intervenção oficializada nas recém cidades.

Os fluxos da modernidade na Europa fizeram do planejamento urbano o orientador na organização das cidades, servindo como influência maior para todo o mundo, mesmo em diferentes contextos sociais e culturais.

Assim, o planejamento urbano brasileiro ainda se ressentia da ausência de paradigmas adequados, que levem em conta não apenas a sua concepção tecnicista e instrumental de intervenção racional no espaço, mas que considerem este espaço como uma totalidade viva, dinâmica e composta de agentes sociais diversos que também nele interferem. Para Souza, o desafio do ato de planejar,

de modo não-racionalista e flexível, entendendo-se que a história é uma mistura complexa de determinação e indeterminação, de regras e de contingências, de níveis de condicionamento estrutural e de graus de liberdade para a ação individual, em que o esperável é, frequentemente, sabotado pelo inesperado – o que torna qualquer planejamento algo, ao mesmo tempo, necessário e arriscado. (Souza, 2006:51)

Nesse sentido, é necessário extrapolar os limites tecnicistas e aproximar o planejamento cada vez mais de esferas políticas e de outras que atuam na configuração do espaço urbano, como as perspectivas de ocupação e de moradia da população de baixa renda. É notório saber que experiências de planejamentos participativos permeiam os discursos urbanos contemporâneos, porém, são praticados ainda de forma tímida no sentido de ampla democracia e autonomia, sendo positivo pensar que “as mudanças promovidas pelo planejamento bem podem ser efetivadas com o objetivo de consolidar e estabilizar uma ordem social injusta” (Souza, 2006:55).

A tentativa em interpretar o discurso de intervenção racional do espaço instrumentado pelos planejadores urbanos não parece ser tarefa simples, pois o caso Brasília, se apresenta de forma paradoxal e complexa, surgindo no decorrer da construção embates entre o discurso e prática, entre o planejamento ideal e o real.

Permeada nos argumentos explicativos para a transferência e formação de Brasília, a promessa era de que a cidade seria centro irradiador de desenvolvimento da nação. Negando modelos estéticos arcaicos e falidos, a cidade seria, também, centro irradiador de desenvolvimento do país e capital da esperança dinamizadora de novas práticas e posturas políticas. Os preceitos ideológicos da modernidade parecem ter ficado aprisionados apenas nos discursos e desfigurados pela realidade cotidiana urbana da nação.

Em seus 47 anos, Brasília reproduziu e incorporou o passado e o tradicional urbano do país. Assim, o discurso desenvolvimentista, tecnicista - presentes na ideologia da modernidade – comprometeu a qualidade de vida da população de baixa renda, como também ocorreu em outras metrópoles brasileiras.

A periferização urbana atual se apresenta como um modelo esgotado, se levarmos em conta as nossas metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro, em que parecem ter chegado ao limite da ocupação urbana. No entanto, para novas metrópoles que surgem como é o caso de Brasília, a sua periferização urbana representa um fato que não pode ser ignorado.

Nesse contexto, ganha importância a reflexão sobre a influência e atuação do planejamento racionalista/funcionalista, gestada do movimento de modernização e do advento da estética modernista. Articulada com a expansão mercadológica capitalista, a estética modernista contribuiu, também, na configuração do espaço urbano de Brasília, como instrumento de segregação socioespacial.

A exclusividade das ações de planejamento racionalista/funcionalista de Brasília não reconheceu, no momento inicial da construção da cidade, a contribuição das práticas sociais do cotidiano na formação do espaço urbano da Capital Federal, o que nos leva a supor que agravou problemas habitacionais e socioeconômicos da população de baixa renda local. Apesar dessa convivência autoritária por parte do planejamento racionalista, nota-se, porém que, na formação do espaço urbano de Brasília, experiências e práticas de diálogo entre o planejamento racionalista e os anseios da comunidade - representados aqui como práticas sociais do cotidiano - também ocorreram, possibilitando uma melhor qualidade de vida e menor segregação socioespacial.

Assim sendo, ressalta-se como problema de pesquisa, a percepção de sinais e marcas referentes ao embate, junto ao processo de formação do espaço urbano de Brasília, entre práticas que presidem o planejamento racionalista e as que movem práticas sociais do cotidiano - ora se apresentando de forma complementar, ora se apresentando de forma conflitante.

Tal discussão faz-se necessária a seguinte questão de pesquisa:

- Quais as conseqüências geradas a partir da prática de erradicação de favelas adotada pelo governo local na formação do espaço urbano de Brasília?

O presente estudo aponta como hipóteses norteadoras: 1) que o processo de remoção de favelas adotado pelo governo local durante a década de 70 no recorte espacial definido como complexo IAPI contribuiu para ampliar a segregação socioespacial da população de baixa renda na formação do espaço urbano de Brasília. 2) As ações de planejamento racionalista praticadas pela Campanha de

Erradicação de Invasões – CEI, podem ser interpretadas como inibidoras de resistência.

A primeira forma de racionalidade, a de quem planeja, coloca em evidência a figura do Estado, que assume, desde o início, o processo de construção de Brasília. O Estado se faz presente, quer através da elaboração do projeto urbanístico, da construção de prédios e equipamentos destinados à administração, quer pela criação das normas necessárias ao controle do processo de ocupação. Ou ainda pelo incremento de infra-estrutura necessária à dinamização das novas relações sociais, como a melhoria no sistema viário pela construção de rodovias e ferrovias. A atuação de quem planeja é marcada por princípios políticos e técnicos, que buscam viabilizar ações racionais de cunho autoritário, com pouca participação popular, até que processos segregacionistas gerem movimentos espontâneos ou organizados com objetivos de interferir e reorganizar o espaço urbano. Essa concepção do Estado é assim representada:

A busca de racionalidade, quer de cunho tecnicista, quer de cunho político, evoca um modelo cartesiano de “administração” da cidade, de caráter autoritário, mesmo quando procura atenuar as injustiças sociais ou assegurar o bem-estar coletivo”. (Souza, 1994: 116)

O uso do espaço, na segunda forma de abordagem urbana, é uma realidade viva, dinâmica, em que se entrelaçam as necessidades reais da população e as possibilidades que são criadas para o atendimento delas. É essa realidade que cria costumes, tradições e mentalidades, forja cidadania, confere novos significados e usos ao espaço urbano, mas do ponto de vista da análise do sistema capitalista, é contraditória. As contradições aparecem não apenas entre o que foi planejado e aquilo que é vivenciado, mas também decorrem do fato de a sociedade ser o palco de interesses conflitantes. Neste caso, o planejamento de uma cidade também se confronta com os interesses dos empreendedores imobiliários em sua luta para acumular capital.

As duas formas de abordagens (planejamento racionalista e práticas sociais do cotidiano), em constantes embates na formação do espaço urbano, não estão isentas de processos simbólicos e culturais, como também, ao se entrelaçarem, produzem novos imaginários, novas representações simbólicas e novos legados. Ou



seja, o reconhecimento de que o planejamento idealizado e a realidade viva nascem do entrecruzamento das dimensões econômicas (vinculados à especulação imobiliária), sociais, simbólicas e imaginárias, aparentemente bastante representativo na dinâmica urbana de Brasília, analisada e ambientada no nosso referencial empírico - a Vila IAPI.

O desafio em compreender o embate das abordagens urbanas configuradas entre o planejado e o real, ganha realce especial, no âmbito dos nossos objetivos. De um lado, a implementação da ação de tipo racional, com a finalidade de alocar o “novo”, que se contrapõe à velha ordem oligárquica, às metas de planificação. De outro, processo de rotinização que incorpora a esse “novo”, elementos tradicionais, interesses diversificados, desejos coletivos, de modo a emprestar ao plano das práticas vivenciadas, contornos que escapam aos anseios das ações racionalizadoras originais. Essa interpretação permitirá levantar os pontos frágeis que, pelo menos hipoteticamente, sustenta o modelo de planejamento.

Como objetivo geral, a pesquisa busca compreender, por meio das análises geográficas sinais e marcas que o processo de transformação social, através do recorte espacial definido como Complexo IAPI, deixou gravado no tempo e no espaço percebido no embate entre o planejamento racionalista e as práticas sociais do cotidiano, na formação do espaço urbano de Brasília.

Também serão contemplados como objetivos específicos: a) examinar as raízes teóricas de discussão do planejamento urbano, como processo de intervenção e de criação do espaço habitado; b) identificar articulação do projeto de construção de Brasília com a política nacional de ocupação do interior; c) explicitar pontos frágeis que sustenta o modelo de planejamento racionalista; d) Interpretar as estratégias no discurso da Campanha de Erradicações de Invasões – CEI junto ao processo de retirada de favelas em Brasília; e) identificar na cidade satélite do Núcleo Bandeirante e especialmente na Vila IAPI, referencial empírico de embates das abordagens urbanas - a que preside o planejamento e práticas cotidianas - articuladas aos fluxos de formação urbana da nova Capital Federal.

No que tange aos procedimentos da pesquisa, diferentes caminhos conduzem-nos aos elementos que compõem o campo do abstrato social. Baczko (1985) sugere, por exemplo, estudos de casos concretos, a partir dos quais seja possível apreender as redes de sentido presentes nos imaginários. Admite, ainda, que o campo de investigação do imaginário social é eclético e ainda não dispõe de um referencial teórico que sirva de suporte à interpretação das interfaces oriundas das fronteiras de diferentes disciplinas e a conseqüente diversidade de abordagens delas derivadas.

Esta pesquisa busca sinais que dão forma à imagem como manifestação paisagística. Para atingir os objetivos, foi necessário procurar enfoques teóricos e metodológicos que implicassem numa ótica interdisciplinar, que conjugasse a visão da Geografia, preocupada com a construção do espaço pela sociedade; da Sociologia por constituir expressões das novas condições de existência da sociedade no século XIX, dentre outras. “A busca de novos enfoques será importante, pois trará contribuições para compreender a dinâmica espacial por meio da subjetividade do homem” (Peluso, 1998: 03). Além do valioso suporte em outras disciplinas, como a História e o Urbanismo.

Para entrelaçar ainda mais, processos espaciais e processos sociais, seguiremos o que Santos considera do espaço geográfico como

Um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os conteúdos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento (Santos, 1994: 26).

A cidade animada pela sociedade em movimento é concebida e vista aqui como superfície de leitura. Partimos então, das análises geográficas de suas marcas que o processo de transformação social deixou gravada no tempo materializado.

Outros instrumentos foram utilizados, como: projetos técnicos oficiais, entrevistas e pesquisa em campo, tendo como foco duas regiões administrativas – Guará (cidade-satélite de domínio da área do antigo complexo IAPI) e Ceilândia

(cidade-satélite de acomodação de moradores do complexo IAPI), além de materiais fotográficos referentes aos diferentes momentos já delimitados na contextualização do objeto.

Por meio de fotografias do período vivenciado pelos moradores do IAPI procuramos compor processos interativos entre as referências contidas nas imagens e a memória dos informantes. “A imagem é o resultado de um processo onde intervêm não só as mediações que estiveram no olhar de quem as produziu, mas, sobretudo, aquelas que estão presentes no olhar daqueles que as recebem” (Ribeiro, 1994: 15). A interação dessas imagens com o universo dos informantes provocou associações e estimulou lembranças, facilitando a compreensão do tempo vivido e culturas. Além de se destacar como importante fonte de registro do cotidiano.

Pela vasta pesquisa, as fotografias, anexadas nesta dissertação foram adquiridas em arquivos pessoais de antigos moradores, do Professor Aldo Paviani, órgãos públicos e das publicações sobre a temática urbana de Brasília. Por seu imediato valor iconográfico, o trabalho com a fotografia contribuiu contextualizando tempos distintos na realidade dos envolvidos, no processo de erradicação do complexo IAPI e na formação do espaço urbano da Capital.



Figura 1: Foto: Rua da Vila IAPI 1970

Foto: Aldo Paviani



Figura 2: Foto: Método de entrevista com imagem

Foto: Oldenei Woodzala/(2007)

Um outro importante referencial metodológico, pelo esforço em apreender a imagem urbana, no que toca esse projeto, é a historiografia fisionômica desenvolvida por Benjamin<sup>7</sup>. O autor, a exemplo de Edgar Allan Poe, Baudelaire, Goethe, Engels e dos grandes “detetives”, é um fisionomista urbano, que persegue rastros, detalhes, fragmentos necessários, fundamentais, ao montar o “quebra-cabeça” da dinâmica social do espaço. Bolle considera que a historiografia benjaminiana centra-se na imagem:

Partindo da superfície, da epiderme de sua época, ele (Benjamin) atribui à fisionomia das cidades, à cultura do cotidiano, às imagens do desejo e fantasmagorias, aos resíduos e materiais aparentemente insignificantes a mesma importância que às “grandes idéias” e às obras de arte consagradas. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em imagens “dialéticas” coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história” (Bolle, 1994 : 43).

A luz metodológica de Benjamin foi valiosa para a presente pesquisa, por captar um tipo de expressão e leitura da imagem urbana – instantânea na apreensão de momentos, mas que não recua frente ao caráter fragmentário do vivenciado – que permite contrapor o planejamento racionalista e práticas sócias cotidianas, o passado e o presente.

<sup>7</sup> Concepções metodológicas. Ver Benjamin (1994,II e 1994, IV).

Benjamin é considerado o escritor, por excelência, da modernidade e, conseqüentemente, da metrópole moderna. A cidade estrutura-se, para ele, como se fosse um mosaico em que cada parte é dada por letreiros. Benjamin dialoga com a história e mostra como a modernidade é historicista. “O século XIX não sabia como reagir ao presente senão buscando no passado mais remoto ecos de antigas relações sociais que, impregnadas do novo, remetiam à utopia” (Rouanet, 1992: 23). Permite assim, ao historiógrafo caminhar pela complexidade dos sonhos e do imaginário coletivo, utilizando o método da montagem e, através dele, de seus percursos pela cidade, relatando os progressos que a modificam.

Utilizando o auxílio da “Nova História”, adotamos como fontes não diretamente observáveis em documentos oficiais: lembranças, memórias, histórias de vida, colhidas em depoimentos de pessoas que atuaram de alguma forma na construção de Brasília e de sua ocupação espacial motivada pelo dinamismo, materializado na ascensão e remoção da Vila IAPI abordado por essa pesquisa. Essas fontes comprovaram-se decisivas para intermediar os níveis simbólicos e imaginários contidos nos discursos das pessoas contatadas, que muito contribuiu interpretação das entrevistas.

Em nossas entrevistas, destacamos temas relacionados com a imagem, a apresentação urbana e formas de ver a cidade. Tomamos por referência a concepção desenvolvida por Michelat (1982), que é a de trabalhar com entrevistas não diretivas. Modalidade que proporciona maior liberdade ao entrevistado na exposição de suas idéias. A escolha dos entrevistados seguiu critérios de representatividade em função da problemática definida na pesquisa, no intuito de aproximar o discurso dos agentes envolvidos aos fatos historiogeográficos interpretados em nosso estudo.

O que caracteriza o poder simbólico encarnado pelo discurso é o poder das palavras. Para Bourdieu,

Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação

determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (Bourdieu, 1989: 14 -15).

O argumento de Bourdieu oferece pistas para apreender as representações imaginárias da modernidade, presentes nos discursos e falas de determinados grupos, localizados em lugares específicos. Essa noção ajuda a interpretar e reinterpretar a significação imaginária presente nos ideais de modernidade segundo princípios racionais da funcionalidade, tomando forma na concepção da cidade planejada.

Os objetivos das entrevistas com os envolvidos foram:

a) avaliar as conseqüências que a prática de remoção de favelas na década de 70 representou para os moradores transferidos e distanciados do Plano Piloto e para o espaço urbano de Brasília com a criação de cidades-satélites;

b) obter informações que permitissem uma avaliação da reconstituição dos fatos nos ambientes citados, particularmente no que se refere à influência das formas de apropriação do espaço, das ações oficializadas pelo governo e resistência da população. Fatos interligados aos fluxos formadores da cidade de Brasília;

c) buscar subsídios para dar suporte às indagações propostas neste trabalho, referente ao processo de formação urbana da capital. Identificando nos entrevistados percepções, compreensões e práticas do momento de origem e remoção dos recortes espaciais escolhidos (na ex-invasão IAPI e Ceilândia).

Assim sendo, ressalta-se como problema de pesquisa, a percepção de sinais e marcas referentes ao embate, junto ao processo de formação do espaço urbano de Brasília, entre práticas que presidem o planejamento racionalista e as que movem práticas sociais do cotidiano - ora se apresentando de forma complementar, ora se apresentando de forma conflitante.

Tal discussão faz-se necessária a seguinte questão de pesquisa:

- Quais as conseqüências geradas a partir da prática de erradicação de favelas adotada pelo governo local na formação do espaço urbano de Brasília?

O presente estudo aponta como hipóteses norteadoras: 1) que o processo de remoção de favelas adotado pelo governo local durante a década de 70 no recorte espacial definido como complexo IAPI contribuiu para ampliar a segregação socioespacial da população de baixa renda na formação do espaço urbano de Brasília. 2) As ações de planejamento racionalista praticadas pela Campanha de Erradicação de Invasões – CEI, podem ser interpretadas como inibidoras de resistência. Como objetivo geral, a pesquisa busca compreender por meio das análises geográficas, sinais e marcas que o processo de transformação social, através do recorte espacial definido como Complexo IAPI, deixou gravado no tempo e no espaço percebido no embate entre o planejamento racionalista e as práticas sociais do cotidiano, na formação do espaço urbano de Brasília.

Também serão contemplados como objetivos específicos: a) examinar as raízes teóricas de discussão do planejamento urbano, como processo de intervenção e de criação do espaço habitado; b) identificar articulação do projeto de construção de Brasília com a política nacional de ocupação do interior; c) explicitar pontos frágeis que sustenta o modelo de planejamento racionalista; d) Interpretar as estratégias no discurso da Campanha de Erradicações de Invasões – CEI junto ao processo de retirada de favelas em Brasília; e) identificar na cidade satélite do Núcleo Bandeirante e especialmente na Vila IAPI, referencial empírico de embates das abordagens urbanas - a que preside o planejamento e práticas cotidianas - articuladas aos fluxos de formação urbana da nova Capital Federal.

Os objetivos das entrevistas com os envolvidos foram:

a) avaliar as conseqüências que a prática de remoção de favelas na década de 70 representou para os moradores transferidos e distanciados do Plano Piloto e para o espaço urbano de Brasília com a criação de cidades-satélites;

b) obter informações que permitissem uma avaliação da reconstituição dos fatos nos ambientes citados, particularmente no que se refere à influência das formas de apropriação do espaço, das ações oficializadas pelo governo e resistência da população. Fatos interligados aos fluxos formadores da cidade de Brasília;

c) buscar subsídios para dar suporte às indagações propostas neste trabalho, referente ao processo de formação urbana da capital. Identificando nos entrevistados percepções, compreensões e práticas do momento de origem e remoção dos recortes espaciais escolhidos (na ex-invasão IAPI e Ceilândia).

Na pesquisa foram entrevistadas 40 pessoas, ligadas diretamente à dinâmica envolvendo o complexo IAPI e a Ceilândia, obedecendo a critérios de representatividade em função da problemática definida na pesquisa. Tomamos por referência trabalhar com entrevistas não diretivas, proporcionando maior liberdade ao entrevistado na exposição de suas idéias. Método este que melhor se adapta à pesquisa por centrar no campo dos valores e práticas cotidianas.

Por promover uma situação com maior flexibilidade, na entrevista não directiva o entrevistado é responsável por direcionar a entrevista. O entrevistador limita-se a esclarecer pontos duvidosos e a provar hipóteses. As principais características da entrevista não directiva são o controle e orientação mínima exibido pelo entrevistador e a liberdade do entrevistado em expressar os seus sentimentos de maneira completa e espontânea quanto pretenda.

Este método se adequa mais a situações que envolvem atitudes complexas. É considerado útil por conseguir alcançar atitudes e percepções mais profundas da pessoa entrevistada, de modo a minimizar a influência exercida pelo entrevistador. A opção pela entrevista não directiva contribuiu para uma maior aproximação do entrevistador com os entrevistados, porém para a confirmação da hipótese levantada foi necessário elaborar um questionário norteador (anexo ..... ) afim de contribuir com o entrevistado na busca de lembranças e vivências do período, no referencial empírico abordado - Vila IAPI.

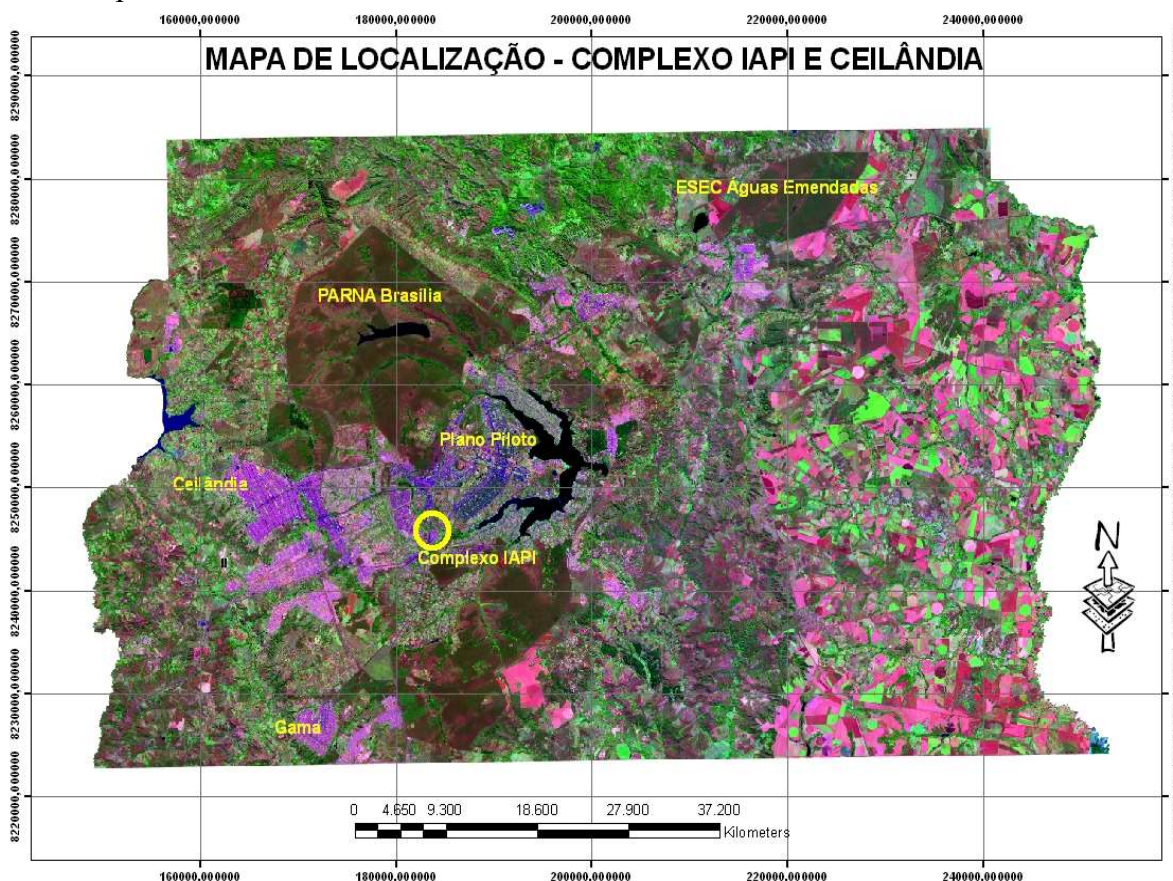
### **O Complexo IAPI como referencial empírico**

No contexto da construção de Brasília e sua convivência estreita com a vinda da massa trabalhadora em busca de “melhores dias”, medrou, inevitavelmente, diversas ocupações designadas pelos agentes políticos como invasões, principalmente próximos aos canteiros de obras. As invasões mais conhecidas no início da construção da cidade eram a Cidade Livre, hoje formalizada como cidade-satélite de Núcleo Bandeirante e a Vila IAPI, ambas



localizadas espacialmente em áreas próximas, de grande interesse político e especulativo com desenrolar histórico e conseqüências sociais diferenciadas, como veremos a seguir.

Mapa 1:



O HJKO (Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira), o primeiro hospital da cidade, também foi sede do alojamento dos funcionários do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), e em pouquíssimo tempo, ganhara o status de vila, conurbando com outras vilas “invasões” de menor porte, desencadeando o que chamamos aqui de complexo IAPI. Todas elas circundando o domínio espacial do primeiro hospital da capital federal. Com acidez, Kowarick escreve sobre o invasor, sob a ótica da sociedade, como:

[...] ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade e, sobre ele, desaba o império draconiano da propriedade privada, cuja contrapartida necessária é a anulação de suas prerrogativas enquanto morador. Assim, nem neste aspecto mínimo o favelado tem aparecido enquanto cidadão urbano, surgindo, aos olhos da sociedade, como um usurpador que pode ser destituído sem a possibilidade de defesa, pois contra ele paira o reino da legalidade em que se acenta o direito de expulsá-lo. (Kowarick, 1979: 91)

Os trabalhadores que vieram para a construção de Brasília não abandonaram seus sonhos idealizados nos quais buscaram referência para resolver os seus problemas de moradia e atuar no mundo. Nesses “sonhos” estão registrados elementos de identidade instituídos a partir de sua própria cultura: crenças, mitos, idéias, valores, fantasias, desejos e expectativas que, para as análises empreendidas, consideramos necessárias. Também, caracterizam-nos, identidades heterogêneas do ponto de vista cultural, uma vez que os trabalhadores vieram das mais diferentes regiões do país e eram portadores de diferentes trajetórias no mundo do trabalho, e fora dele. A busca e a esperança de melhores condições de vida, significando, sobretudo, a habitação, constituíram os pontos comuns na composição de sua identidade. É na década de 50, sugere Blay, que:

[...] se inicia com clareza a grande inversão que marca até hoje a mentalidade do trabalhador urbano brasileiro: o importante é ter uma casa própria, ela garante a fixação na cidade. Conseguir um emprego é difícil, instável, precário. A casa, porém, é a proteção para os momentos de desemprego, é a certeza de ter um teto enquanto se busca um novo trabalho. (Blay. 1979 : 81)

Os problemas de habitação, porém, são também problemas da cidade de Brasília, então:

Buscou-se resolvê-los por meio da própria cidade, que sofreria uma radical mudança para eliminar as más condições de vida da classe trabalhadora. Foram propostas cidades-satélites e cidades-jardins intensamente arborizadas, pequenas e economicamente independentes (Peluso 1998: 28).

A complexidade urbana de Brasília, herdeira de práticas racionalistas, expõe problemas de ordem habitacional na cidade planejada, mostrando que as transformações e metamorfoses espaciais são designadas também pela dinâmica social.

O processo de investigação resultou na sistematização deste trabalho em quatro capítulos, a seguir:

No capítulo 1, “Planejamento e Intervenção Urbana”, para compreensão do contexto e análise do planejamento de Brasília, procuramos discutir os paradigmas norteadores da análise do planejamento urbano, levando em consideração não apenas a concepção tecnicista e instrumental de intervenção racional, mas

considerando o planejamento como uma realidade viva, dinâmica, composta de agentes sociais diversos que também nele interferem. Para isso, percorremos o discurso racionalista-iluminista recém produzido na Europa e sua força de atuação como explicação filosófica do mundo, atingindo e definindo também a complexidade urbana. Assim, as cidades passam a ser o palco principal das experiências tecnicistas-modernas, em que a arquitetura e o urbanismo se transformam em solução exclusiva para conter degradação espacial e mazelas sociais, em conformidade com a evolução capitalista. Nesse complexo processo de compreensão de um novo mundo racionalista, possibilitou a concepção do planejamento como ciência do controle do processo irracional de ocupação. Brasília então, nesse contexto, surge como objeto de interesse para explicitar ações nutridas pelo processo modernizante em congruência com a sua realidade espacial.

No capítulo 2 - “Planejamento e o Discurso da modernidade” - tecemos também, considerações sobre a idéia de modernidade apresentada nos discursos científicos, emanados de diversos lugares da sociedade, reconhecidos como legítimos e que buscam traduzir o contexto da realidade vivenciada. Salientamos vincular as considerações sobre a idéia de modernidade às transformações do espaço social vivenciada no Brasil, sobretudo na influência exercida pela construção de Brasília. Procuramos referenciar o imaginário cotidiano como uma categoria composta de elementos importantes para o entendimento do espaço urbano planejado e a conseqüente normatização da conduta dos diferentes agentes sociais que habitam a cidade e nela interferem.

No capítulo 3 - “Brasília: o discurso em construção do espaço urbano” - procuramos demonstrar a partir dos discursos dos mudancistas<sup>8</sup>, a idéia de modernidade que circunda a mudança e a materialização da cidade de Brasília. O discurso da modernidade no Centro-Oeste brasileiro, na década de 30, alicerça-se em argumentos relativos à noção de progresso e modernização como elementos de heterogeneização da sociedade.

Como referencial empírico e ilustrativo para delinear a formação do espaço urbano de Brasília, explicitando a sua metamorfose, orientamos a exposição do

---

<sup>8</sup> Grupo político de defensores da transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília.

capítulo no sentido de identificar e analisar os elementos da modernidade constantes no projeto da cidade e também nas projeções ensejadas por seus habitantes. Nesse contexto, exploramos principalmente a historiografia da Vila IAPI como espaço de conflito entre as relações que se estabeleceram no enlace do planejamento racionalista e o real vivenciado na trajetória urbana de Brasília. Apresentando-se, inicialmente, de forma conflitante, exigindo a prática de erradicação oficializada e em outro contexto temporal, de forma complementar.

No capítulo 4, “A ótica dos erradicados e resistentes em resultados de análises”- explícita, além da metodologia seguida para desenvolver a proposta investigativa da dissertação, também explora o campo do imaginário e dos valores na análise das conseqüências diretas que o processo de erradicação de favelas adotado pelo governo durante a década de 70 em Brasília, teve na população envolvida e na formação do espaço urbano da cidade. Tendo a Vila do IAPI e a cidade-satélite de Ceilândia como referenciais empíricos.

## **Capítulo 1 - PLANEJAMENTO E INTERVENÇÃO URBANA**

## 1.1. O pré-planejamento

Pretendemos tecer, neste capítulo, considerações sobre os caminhos que norteiam a análise do planejamento urbano. Consideramos que o planejar a cidade deve levar em conta não apenas a concepção tecnicista e instrumental de intervenção racional do espaço, mas também a que considera o espaço como uma totalidade dinâmica, viva, composta de agentes sociais diversos que também nele interferem. Nesse sentido, é necessário ir além dos limites técnicos do planejamento e aproximá-lo, ainda mais, das esferas políticas e de outras atuantes na configuração do espaço urbano, como, por exemplo, as representações culturais e as práticas sociais cotidianas. Citando Siebel, Penna e Ferreira, sugerem que tal mobilização pode significar verdadeira inovação,

quando os habitantes assumem a tarefa de recuperar sua região, encontram as formas de fazê-lo e criam seus próprios modelos e soluções. Assim, as novas estratégias recaem sobre as potencialidades endógenas, ou seja, sobre a mobilização dos atores locais e sobre a valorização dos recursos do lugar (Penna e Ferreira, 1996: 206).

Em meados do século XIX, ao ganhar força como explicação filosófica, o discurso racionalista-iluminista, recém produzido na Europa, possibilitava um redimensionamento da ciência, que se especializava e subdividia-se em ramos e sub-ramos de disciplinas destinadas a explicar tudo o que podia ser percebido pelo cérebro e pelos sentidos humanos. Assim,

estamos agora no processo de despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós-moderno, essa gama heterogênea de estilo de vida, de jogos de linguagem, que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo (Harvey, 1993:19).

O discurso produzido pela ciência passa a constituir o cerne de uma nova relação com o mundo e com a natureza ao permitir a aplicação prática dos conhecimentos.

As grandes cidades cresciam no pós-iluminismo ultrapassando seus limites físicos e administrativos, tornando-se enigmáticas aos olhos de seus habitantes. Em seus espaços, acumulavam-se trabalhadores e excedente mão-de-obra desocupada e ameaçadora a ordem social.

Como palco de grandes concentrações de pessoas e atividades, as cidades produzem lixo, promiscuidade, doença, desordem e imoralidade. Eram vistas, no pós iluminismo, como foco de produção de epidemias que atingiam não apenas a vida material e física dos habitantes, mas também a sua vida mental e moral. A cidade adoecia e a ela associava-se uma imagem negativa que precisava ser curada para abrigar a criação de espaços necessários à reprodução dos trabalhadores, ao reordenamento familiar e à produção do trabalho.

Em busca de solucionar o problema, iniciou-se a implantação de políticas de higienização. No tocante à sociedade, determinou-se a implantação de medidas direcionadas pelo poder público: eliminação de ambientes insalubres, alargamento de ruas, instituição de normas de construção, implantação de saneamento básico. Essas medidas foram pioneiras nas grandes intervenções urbanas, nas quais observamos a especialização do espaço e a segregação de atividades nocivas à saúde dos moradores da cidade. Também, visando dividir e controlar o espaço e as doenças, instituiu-se políticas para a moralização das famílias, das escolas e das prisões.

“Intelectuais e técnicos tomaram essa situação como estímulo para refletir e atuar sobre o espaço urbano, adequando-o às novas linguagens econômicas e políticas da época” (Bernardes, 1994: 24). Os primeiros a intervir foram os médicos higienistas, apresentando diagnósticos e desafios para os males da sociedade. Assim, os focos de doenças foram sendo expulsos para a margem da sociedade (a periferia), onde deveriam ser localizados cemitérios, matadouros, indústria de curtumes, hospitais e prisões. De acordo com Santos,

Sanitaristas, reformadores sociais, utopistas estão embebidos da sede de saber característica daqueles tempos. Querem ‘esclarecer’, ‘limpar’ suas cidades escuras e sujas. É preciso poder ver o que acontece por trás das fachadas decadentes, dentro dos casarões promíscuos, nos pátios e arrabaldes onde se advinha instalada a doença física e a moral. Trata-se, antes de mais nada, de deixar entrar ar e luz. E ordem. (Santos, 1988 : 33).

A incipiente modernização da sociedade brasileira inicia-se na transição do Brasil Colônia para o Império em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao país.

A urgência e a rapidez em que a família real se instalou em nossas terras requereram iniciativas bruscas e necessárias à adaptação da corte às condições locais. As características do contexto urbano do Brasil Colônia, mais voltadas às atividades e valores rurais eram inadequadas às novas condições impostas.

A chegada da família real ao Brasil desencadeou um processo de urbanização modificando o perfil das cidades, até então marcadas por estrutura e mentalidades rurais subordinadas às atividades desenvolvidas no campo. A entrada do saber científico no mundo doméstico através da “ordem médica”, introduz mudanças nas regras, nos hábitos e nos costumes, possibilitando a penetração do Estado no mundo privado. O Estado reorganizou a geografia social do antigo regime da família colonial ao inserir mudanças instauradas pela modernidade. O discurso antes ditado pelo grupo doméstico, submeteu-se à ingerência do saber científico. A casa colonial perdeu aos poucos as suas características (séc. XIX), modificando-se, juntamente, à introdução do discurso sanitarista e ao processo de urbanização da cidade.

A corte portuguesa no Brasil Colônia impôs regras, hábitos, costumes e valores estrangeiros refinados para o contexto cultural moldado por valores e mentalidades rurais. Essa mistura contribuiu para a transformação do espaço público da cidade, no qual o moderno identificou-se com atitudes e comportamentos trazidos pela corte e o tradicional relacionou-se à sociedade patriarcal brasileira.

O processo de urbanização modifica a estrutura física e social, impondo reformas. Os médicos participam intimamente, aconselhando como deve ser, e o que ter e não ter em um ambiente de cidade. Escravos, percebidos como portadores de doenças e perversão sexual, são expulsos para fora das casas, institucionalizando o sentimento de intimidade; cria-se uma relação de dependência da família e da casa com a ciência; o Estado, via processo de higienização, penetra no espaço privado. A cidade moderna nascente organiza seus espaços, utilizando-se da vivência das nações européias, a importação de práticas de planejamento. “Para que esta cidade pudesse receber a corte e tornar-se, sendo Colônia, sede do governo Imperial, era preciso imprimir-lhe melhorias urbanas. Criar uma imprensa Régia e

outras instituições, construir prédios que abrigassem a monarquia e a burocracia de Estado. Trata-se, portanto num primeiro momento em que o governo se empenhasse num projeto de modernização da cidade” (Resende, 1994 : 127).

É no discurso científico em ascensão, respaldado por dados estatísticos de médicos sanitaristas e reformadores sociais, que utopistas, filósofos e profissionais oriundos de outras ciências, inclusive os relacionados ao urbanismo e à arquitetura, buscam subsídios para teorias e conceitos capazes de orientar a prática de intervenção e controle do espaço. A credibilidade de suas idéias e práticas tem base na ciência positivista. Para Santos,

Perspectivas idealistas se transformam, sem transição, em atos de positividade simples e cândida, monstruosos na verdade, apesar de ou devido à sua grande pureza. Começam a surgir responsáveis pela forma de novos espaços. Arquitetos e urbanistas visionários se filiam a duas correntes principais que, daí por diante, lutarão para transferir o patrocínio dos mecenas à aceitação pelo ensino oficial e pelos governos locais e nacionais. Trata-se do que Choay (1965) designa por culturalismo e racionalismo/progressismo (Santos, 1989: 33).

É na primeira década do século XX que a observação da cidade extrapola os limites antes definidos por questões geográficas e administrativas, para tornar-se também categoria de saber e intervenção. É o que podemos denominar ciência da cidade. O termo urbano nasce revestido de uma representação simbólica, com o sentido de intervenção sistemática e permanente apontado para novas práticas de gestão urbana. A construção desse novo saber sobre as cidades agregada a uma nova prática administrativa de gestão urbana, constitui momento fundador das importantes mudanças. Não mais acontecendo no Brasil somente nas bordas litorâneas, mas também em terras pouco conhecidas do poder estadual por apresentarem isolamento geográfico e dificuldade de locomoção. De acordo com Ribeiro,

Em vários países consolida-se a idéia da necessidade de um novo tipo de intervenção do poder público em relação às formas que até então prevaleciam sistemática e permanentes, ao invés da ação pontual; sobre o conjunto da cidade e não mais em um dos seus aspectos, tais como habitação; e agora fundada na aplicação das regras do método científico (Ribeiro, 1994 : 107).



Os teóricos do planejamento afirmam que planejar é o contraposto da ação improvisada. Definem planejamento como processos efetivados por pessoas ou organismos, tendo em vista a realização de objetivos considerados prioritários. O planejamento origina-se com o desenvolvimento industrial e comercial, ocorrido com a estruturação do capitalismo. Com o advento da industrialização e o início da organização racional do trabalho, o planejamento dá um salto qualitativo, passando a ser utilizado em diferentes áreas da atuação: empresas, instituições governamentais, controle da miséria social e ordenação do espaço urbano, culminando com o dirigismo econômico e com o governo no papel de planejador.

Planejamento e intervenção urbana surgem como projetos de racionalização e legitimação da nova ordem econômica, política, social e cultural, que se instaura no final do XIX na Europa e se corporifica nas primeiras décadas do século XX. Três características inerentes a esse processo devem ser observadas:

- 1<sup>a</sup>) Em sua primeira instância, o planejamento constitui um instrumento disciplinador, seja da desordem nas grandes cidades do passado europeu, ou nas grandes cidades atuais, seja nas planejadas para servir como base de estratégias políticas, econômicas ou sociais;
- 2<sup>a</sup>) Refere-se à supremacia do conteúdo político sobre as propostas arquitetônicas e urbanísticas. Os serviços coletivos ou a necessidade de urbanização nascem de interesses, reflexões e desejos dos políticos para em seguida, ganharem conteúdo e forma, principalmente, nas mãos de arquitetos e urbanistas;

São os políticos e não os arquitetos que impõem reflexões sobre a organização do espaço das cidades, os serviços coletivos, a higiene e a construção de edifícios. Em seguida, procuram os modelos e os tipos que materializem suas pretensões. A mudança não se origina na teoria da arquitetura, não sai das pranchetas (Santos, 1989: 22).

Todavia, é necessário relativizar essa supremacia do político e questionar, da mesma forma, as concepções da cidade como produto de domínio técnico arquitetônico. Buscar um ponto de equilíbrio entre o papel da arquitetura em confluência com a conformação cultural da cidade é o que destaca Argan. Para ele:

É arquitetura tudo o que concerne à construção, e é com as técnicas da construção que se intui e se organiza em seu ser e em seu devir a entidade social e política que é a cidade. Não só a arquitetura lhe dá corpo e estrutura, mas também a torna mais significativa com o

simbolismo implícito em suas formas (...) na cidade, todos os edifícios, sem exclusão de nenhum, são representativos e, com frequência, representam as malformações, as contradições, as vergonhas da comunidade (Argan, 1995: 244).

Considerando que a arquitetura interfere na estrutura da cidade, o autor desmistifica a concepção de “cidade ideal” como fruto da onipotência de um gênio arquitetônico. Conforme o autor, “a cidade é o produto de toda uma história que se cristaliza e manifesta” (Argan, 1995: 244). Dessa forma, a idéia de reestruturação urbana envolve,

A necessidade de valorização do capital humano como elemento fundamental para redefinir a nova estrutura do lugar, possibilitando novas estratégias de desenvolvimento, calcadas na participação popular nas possibilidades de articulação do local, com as diferentes escalas espaciais e com os processos sociais gerais, permitindo novas funcionalidades (Penna e Ferreira, 1996: 203).

Os estudiosos do planejamento e intervenção urbana destacam a proeminência da arquitetura e do urbanismo modernos, dos séculos XIX, XX e nesse que inicia – XXI – estruturados como forma racional na “criação de novas formas de associação coletiva, de hábitos pessoais e de vida cotidiana” (Holston, 1993).

3<sup>a</sup>) A característica do planejamento relaciona-se diretamente com a postura assumida em seu nascedouro, pelos produtores do novo saber sobre as cidades, no caso, os planejadores e urbanistas. Ao mesmo tempo em que exaltam a nova ciência baseada na aplicação das regras do método científico, portanto, no mito da racionalidade neutra e objetiva, demonstram um profundo compromisso com o projeto de reforma social. Este posicionamento é conseqüência,

das relações entre os diagnósticos que os planejadores urbanos fazem da sociedade, os objetivos a que se propõem e a estratégia de ação e os problemas decorrentes das transformações por que passava o capitalismo naquela época (séc. XIX). Isto é, a imbricação entre a questão relativa ao quadro construído das cidades e a sua racionalização com o projeto de transformação do modo de vida das camadas populares, de forma a resolver um crucial problema enfrentado pelo fordismo nascente: a inadequação das práticas operárias às exigências na nova ordem econômica e política inerente a este regime de acumulação (Ribeiro, 1994: 108).

Holston (1993) contextualiza o nascer do urbanismo e da arquitetura, juntamente à estruturação das Ciências Sociais no século XIX, momento em que o crescimento de cidades da Inglaterra e França não é acompanhado por melhorias nas condições sanitárias e sociais. As péssimas condições, sobretudo higiênicas, fazem com que sanitaristas e reformadores sociais se empenhem na criação de uma legislação que regulamente a construção de residências. Na medida em que essas práticas foram consolidadas, os poderes administrativos e políticos tornaram-se, cada vez mais, centralizadores.

Ao lado de outras ciências, o urbanismo e a arquitetura despontam como variáveis importantes no processo de intervenção, e funcional de planejamento das cidades. Ao tornarem-se objeto de conhecimento e de intervenção, o urbanismo e a arquitetura arregimentam outros saberes, seja como críticos da ordem social e econômica, seja com objetivos de restauração do espaço urbano. E ainda, como metas educativas visando à transformação dos indivíduos em sujeitos atuantes e participativos, através de debates de políticas de ocupação do espaço ou através de estudos comportamentais. Bernardes ressalta que

em conjunto, estes saberes criam uma nova representação da cidade, baseada na concepção positivada de progresso, com funções econômicas, políticas e administrativas, para abrigar a mão-de-obra necessária ao empreendimento econômico que se instaura (Bernardes, 1994 : 31)

## **1.2. A Concepção do Planejamento**

A arquitetura e o urbanismo se apossaram do discurso político, por buscar e propor soluções para o crescimento desordenado derivado da expansão do capitalismo e, conseqüentemente, da crise metropolitana. O Congresso Internacional de Arquitetura moderna (CIAM)<sup>9</sup> assume as críticas do modelo desordenado, passando a coordenar a maioria do movimento de vanguarda, assimilando as estratégias dos partidos políticos, de implementar o planejamento total<sup>10</sup>. Relevantes contribuições apresentadas por Sitte (1992)<sup>11</sup>, contrapondo ao projeto modernista de Le Corbusier, são próprios também para pensar as cidades.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Adshead, pondera que, de acordo com os planejadores de cidades, o arquiteto deve considerar vários fatores na determinação do plano urbano: “O perfil do terreno, as vias já existentes, os limites da propriedade afetada, os marcos, os prédios antigos, as árvores afetadas, etc.” (Adshead, 1992 : 196). Sitte percebia individualidade em cada conglomerado de prédios da cidade, sua visão humanista permitia ver a cidade de uma forma particular:

as pessoas que ocupam sua cidade devem ser aceitas tal como as encontramos, desorganizadas – ricas, pobres e decrepitas -, e para cada uma delas, de acordo com sua força ou decrepitude, deve ser encontrado um lugar conveniente. Sua atitude (de Sitte) diante da comunidade era antes a de um bispo que a de um rei. Sua cidade deve ter um crescimento orgânico; não pode explodir até ficar como as coortes de um exército; seu interesse reside na constante exibição das fraquezas e triunfos do indivíduo. (Adshead, 1992: 197)

O planejamento de cidades torna-se para Sitte, uma proposição impossível, algo artificial, contrário à arte de construir cidades. Ao defender a disposição das cidades medievais em seus estudos, Sitte não fica preso ao espaço e tempo pretérito, pelo contrário, a atualidade de sua obra deve-se ao fato de defender um “estudo dos métodos dos construtores das cidades medievais com vistas à sua

---

<sup>9</sup> Os CIAM constituíram, de 1928 a meados de 1960, o mais importante fórum internacional de debates sobre arquitetura moderna. Os encontros e as publicações dos CIAM firmaram um consenso entre os profissionais de todo o mundo a respeito dos problemas essenciais da arquitetura, dando especial atenção aos da cidade moderna.

<sup>10</sup> Ver capítulo II, item 2 Holston (1993).

<sup>11</sup> Sitte (1992). Seu livro publicado há mais de um século é um marco nas teorias urbanísticas da segunda metade do século XIX. “Chamava atenção para a dimensão estética da cidade, ao considerá-la como uma obra de arte e não apenas um grande artefato para atender necessidades exclusivamente funcionais”.

aplicação nas condições modernas.” (Adshead, 1992: 202). Daí sua influência sobre o moderno planejamento das cidades.

Sitte e Le Corbusier são dois urbanistas com diversas visões do significado da palavra cidade. Ao construir cidades, Sitte obedece a princípios pautados pela ausência de planos, pela associação empática dos edifícios em vez da simetria e pela prioridade da individualidade, em vez da concepção comunitária. Já para Le Corbusier, “a cidade moderna vive da linha reta por motivos práticos: a construção de prédios e esgotos. Canalização de água, calçadas e passeios. A circulação exige a linha reta. A linha reta está em toda a história humana, em toda intenção humana, em todo ato humano”. (Adshead, 1992: 203)

Os princípios desses urbanistas, suas distâncias marcadas pelas diferenças, serão de grande mérito para a compreensão da dinâmica que definimos de “planejamento racional e cidade real”. Principalmente para analisarmos os caminhos definidos pela cidade a partir do conflito de duas categorias de análise do urbano: uma que preside o planejamento e a outra que move as práticas sociais do cotidiano.

As Ciências Sociais, em geral e em particular a Sociologia e a Geografia, constituem expressões das novas condições de existência da sociedade no século XIX, e nascem impelidas pela racionalização e secularização da cultura. Enquanto disciplina científica,

“... o pensamento sociológico (...) pode ser entendido como uma perspectiva científica de análise adequada à compreensão das situações do passado e do presente. Por outro lado, a presença de questões práticas que impunham soluções científicas nos permite encarar a perspectiva sociológica como modalidade inédita de controle à proporção que explicita e torna conscientes os fatores irracionais da vida social” (Foracchi, 1982 : 12).

Em meio a grande contribuição realizada pela sociologia urbana, deve-se ressaltar o importante papel que a geografia desempenhou e vem desempenhando dentro da temática, já observadas no final do século XIX, conforme afirma Abreu:

Embora as cidades sempre tenham interessado aos geógrafos, é no fim do século passado que se inicia o que chamamos hoje de geografia urbana, coincidindo

com o fato de a cidade ter se tornado o centro da dinâmica espacial. Inicialmente a grandeza das cidades era atribuída a sua localização, mas a partir da década de 20, já começou a surgir a idéia de que as cidades formavam um “sistema complexo” e os estudos passaram a contemplar as relações entre espaços urbanos.<sup>12</sup>

Assim sendo, as questões urbanas entraram na geografia inicialmente pelo crescimento brusco das cidades, depois pela sua complexidade, a partir da década de 20. Na década de 30, a geografia urbana se volta essencialmente para o planejamento urbano e na década de 1950 os estudos urbanos passaram a contemplar as relações entre espaço urbano, urbanização e industrialização, fase caracterizada pela multiplicidade de referenciais teórico-metodológicos para tentar explicar a complexidade urbana. Atualmente, estudos variados possibilitam a geografia dar respostas mais consistentes às questões urbanas enquanto que a cidade passa a ser compreendida dentro dos processos de transformação da sociedade.

Na tradição dos estudos urbanos em geografia, uma outra contribuição pode ser registrada a partir da obra de Vasconcelos (1999), em que o autor levanta em seus trabalhos as escolas geográficas engajadas com a temática urbana. Destaca, em sua obra, a influência da escola francesa, que no início do século enfocava o sítio urbano, a evolução, as funções urbanas e seus raios de ação. Na década de 1950 aborda a influência das escolas anglo-saxônica e alemã, cujas principais contribuições, nesse período, são: a classificação, a distribuição, a hierarquia, os sistemas de cidades e os padrões locacionais e espaciais. Referenciando a geografia crítica, Vasconcelos (1999) cita o legado de Milton Santos em que o autor é identificado por apresentar o circuito superior e inferior da economia urbana, os elementos do espaço, a divisão territorial do trabalho, a divisão social do espaço e a formação socioespacial, consolidando a geografia como ciência explicativa nas análises espaciais sobre o discurso urbano.

---

<sup>12</sup> Geografia urbana: questões sobre sua natureza e objeto. Irlane Gonçalves Abreu identifica várias fases de preocupação dos geógrafos sobre a temática urbana, apontando essa preocupação a partir do final do século XIX. Revista Bibliográfica y ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 31, 16 de mayo de 1997.

O processo de urbanização e industrialização, como objeto de estudo da geografia e da sociologia, possibilita, também, o nascimento do planejamento como ciência do controle de processos irracionais de ocupação. Ele constitui o melhor instrumento para solucionar situações de crise e de irracionalidade na sociedade. Segundo Mannheim (1950: 12), “se os elementos irracionais da vida social podem ser determinados, ou melhor, se podem ser discutidos na esfera racional, isto significa serem manipuláveis, portanto suscetíveis de controle social” (Mannheim, 1950: 12).

Tal entendimento - possibilidade de controlar, intervir, ingerir e manipular os elementos irracionais da vida social - constitui a fundamentação do planejamento. Em respeito à personalidade humana e às decisões coletivas, com os objetivos de aprimorar situações já existentes e de criar novas, se necessárias ao processo de reintegração e continuidade do sistema social, ora preservando-o, ora modificando-o, Mannheim aponta a idéia do planejamento democrático, assumindo uma concepção totalizadora: “o pensamento planejado considera a si próprio como um pensamento que é parte do processo total da vida” (Mannheim, 1950:12).

O pensamento teórico de Mannheim contribuiu, sobremaneira, ao pensamento político e, sobretudo, a produção social no Brasil, por configurar o planejamento democrático como uma alternativa de síntese, expressada por uma integração de muitos pontos de vista complementares num todo compreensivo. Acompanhar sua reflexão nos permite entender a incursão de planejamento democrático, enquanto “configuração histórica do presente” como concepção de “planejamento total”.

As concepções teóricas de Mannheim, condicionadoras do pensamento planejado, como forma de controle social, influenciaram o debate político no Brasil, principalmente nos anos 50 em diante, quando Café Filho cria, por decreto de julho de 1955, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)<sup>13</sup>. Por alguns

---

<sup>13</sup> Pecaue avalia a atuação do ISEB considerando-a a partir de três fases: símbolo da síntese nacional desenvolvimentista, da síntese nacional-populista e nacional-marxista. Mas, o autor considera que nenhuma instituição pode ser analisada numa perspectiva estável e unificada, estão sujeitas às ingerências de diferentes fatores que lhe conferem especificidades. Portanto a abordagem delegada acima ao ISEB constitui apenas uma maneira de tratar o problema.

anos da história brasileira, o instituto intensificou o envolvimento de diferentes grupamentos de intelectuais, que influenciaram e provocaram discussões amalgamadoras de bases teóricas para diferentes correntes de pensamento.

O ISEB defendia o projeto, naquele momento, pautado por idéias de ruptura e racionalidade. Ruptura com a idéia de “atraso do Brasil”, de “fraquezas do caráter nacional” através da imputação dessas condições à situação de dominação cultural do passado e pela dominação econômica e política do tipo imperial. O objeto de seus “condutores” seria a positivação do Brasil, através da adoção de prioridades para o desenvolvimento controlado e independente, orientado segundo um “projeto voluntarista”. A idéia baseava-se nos princípios da intervenção controlada, previamente fixadas em metas a serem alcançadas. Para os membros do ISEB, essa política significava o modo como uma nação se torna transparente para si mesma. Em síntese, o projeto do ISEB enaltecia a “consciência”, a “racionalidade” e a “ruptura”, estendendo-se no sentimento de que nada escapa à vontade dos homens e de sua dinâmica espacial.

### **1.3. A Cidade Planejada**



Explicar o fenômeno da “cidade planejada” significa, antes de tudo, enfrentar alguns desafios para situá-lo conceitualmente, como totalidade representativa da realidade.

Como primeiro desafio entender que, concebida como objeto, a cidade se inscreve nas discussões teóricas sobre planejamento urbano. Todavia, nesse processo, cabe considerá-la como fenômeno que extrapola os conceitos de plano e projeto de intervenção no espaço urbano, o que ocorre geralmente em situações de “crise”. As concepções que circundam a idéia de “planejamento total” é o ponto de partida mais adequado, para os nossos propósitos, defendida pelas “vanguardas arquitetônicas” participantes do CIAM. Resguardando a distância entre o contexto histórico, político e social de realização do congresso e o conteúdo das propostas contidas na Carta de Atenas<sup>14</sup>, interessa-nos as idéias de “destruição do sistema legal”, “modificações de vontade antiqüíssimas! De modo a proporcionar liberdade para o indivíduo e todos os benefícios da ação coletiva”, “controlar o futuro por intermédio de ações dirigidas pela racionalidade e pela autoridade centralizada”, etc. (Holston, 1993 : 49-65).

Os princípios modernistas na arquitetura e urbanismo como proposta síntese dos encontros do CIAM, que estão presentes na Carta de Atenas, sintetizam os propósitos do Urbanismo Racionalista também denominado de Urbanismo Funcionalista. O Urbanismo Funcionalista pautava-se pela obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, na primazia dos interesses coletivos quanto à propriedade do solo, na padronização das construções, na edificação concentrada, porém submetida à normatização que impunha limites ao tamanho e densidade das cidades e estabelecia amplo relacionamento, das edificações, com as áreas verdes.

---

<sup>14</sup> Constitui a síntese das conclusões do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933, elaborada por Le Corbusier e publicada originalmente em 1941.

O zoneamento delegava uma organização funcional para a cidade separando os pedestres da circulação de veículos, privilegiando uma estética geometrizar e, concomitante, eliminava a rua corredor. Delegava ao espaço um tratamento homogêneo para as diferentes classes sociais, já que estas não eram percebidas em seu antagonismo. Na verdade, tratava-se de um “modelo de cidade infinitamente reprodutível, uma vez que seria baseado em estudos exaustivos das necessidades básicas dos seres humanos, as quais seriam as mesmas em todas as partes do mundo” (Le Corbusier, 1957, 32).

A idéia de “planejamento total” presente na Carta de Atenas, deve-se ressaltar alguns elementos norteadores do planejamento urbano que estão expressos, como marcas e ícones, caracterizadores do projeto da cidade capital Brasília.

Holston (1993) recupera Le Corbusier ao demarcar o zoneamento modernista (tipologias de atividades e de forma de construção) a partir da consideração de que o planejamento urbano define-se por meio de quatro funções básicas, premissas do urbanismo modernista - “as chaves para o planejamento urbano estão nas quatro funções: moradia, trabalho, lazer (nas horas livres) e circulação” (Le Corbusier, 1957 [1941]: art.77). A última função “circulação”, estabelece uma comunicação proveitosa entre as outras três” (Le Corbusier, 1957 [1941]: art.81). O número dessas funções, posteriormente, foi acrescida de um “Centro Público” de atividades administrativas e cívicas. Holston afirma que, resumindo estes pontos,

O que distingue o zoneamento modernista dos que o procederam é a idéia de que a vida urbana pode ser entendida, para fim de planejamento, em termos dessas quatro ou cinco funções e, o que é mais importante, que estas deveriam ser organizadas em setores mutuamente excludentes dentro da cidade. Juntamente com a circulação, essa organização determina tanto a ordem interna como a forma geral da cidade do CIAM (Holston, 1993: 38).

Como um estudo de caso da cidade modernista, Holston considera Brasília ilustração perfeita de como o zoneamento dessas funções pode gerar uma cidade. Seguindo os argumentos do autor:

Um cruzamento de vias expressas determina a organização e a forma da cidade exatamente como Le

Corbusier (1971 a {1924}: 164), o mentor das cidades do CIAM, preconizava em uma publicação anterior: “Correndo de norte a sul, e de leste a oeste, formando os dois grandes eixos da cidade, haverá grandes artérias para o tráfego de alta velocidade em uma única direção”. Superquadras residenciais são colocadas ao longo de um dos eixos; áreas de trabalho ao longo do outro. O centro público se localiza num lado do cruzamento entre os dois eixos. A área de recreação toma a forma de um lago e um cinturão verde rodeia a cidade. Et voilà – planejamento total (Holston, 1993: 38).

As formulações acima – projeto modernista, zoneamento, planejamento total – mostram-se adequadas para orientar a investigação empírica que propomos na introdução, no sentido de verificar os componentes teóricos e simbólicos derivados do movimento modernista, gerado pelos CIAM, que influenciaram o projeto de cidade de Brasília na década de 50.

Desde a sua concepção e gestação, Brasília resulta de um projeto político marcado, sobretudo, pela intervenção do Estado, o qual trouxe em seu bojo a utopia do desenvolvimento e da modernidade. Preocupado com o estabelecimento de programas de mudança social baseados em um poder político contraposto à “velha ordem oligárquica” e dirigido para novos tipos de relações sociais, hábitos e costumes, o Estado buscará através da intervenção “racional” no espaço urbano, alcançar patamares de modernidade, necessários à configuração dessa nova ordem. À época, efetiva-se a vinculação entre planejamento total (ou em maior escala) e projeto urbanístico e arquitetônico, como forma instrumental necessária à concretização da mudança rumo ao desenvolvimento nacional, à modernidade.

Além de Brasília, as cidades de Belo Horizonte, Volta Redonda, Goiânia e Londrina, como exemplos de experiências que buscavam apressar o processo de modernidade em suas respectivas regiões. Simbolizando progresso, cidades com propostas civilizadoras, afirma Santos:

Melhor seria considerá-las experiências que casavam filosofia, sociologia e política, com prancheta. Centros urbanos que tentavam apressar o futuro, apresentando-o em sua versão acabada. Expressavam o considerado desejável e procuravam eliminar o que se preferia que não existisse (...) afinadas com o sonho da sociedade que buscava seu grande futuro (Santos, 1988: 42).

Se parece estranho afirmar sobre a modernidade<sup>15</sup> no Brasil, nas primeiras décadas deste século, imagine concebê-la em Goiás, em que nas três primeiras décadas deste século, caracterizava-se por uma vida sócio-econômica marcada pela pecuária extensiva – o gado era negociado com invernistas de outros estados – e pela agricultura de subsistência. Essas atividades eram exercidas no seio de antigas relações de trabalho e convivência e mantidas através de formas oligárquicas e coronelistas de poder. Para se ter uma dimensão desse processo, basta pensarmos que, mesmo no início do século XXI o Brasil ainda reivindica o seu ingresso no mundo moderno.

O mais sensato para pensar a recepção da modernidade no Brasil, especificamente em Goiás, é trabalhar com a idéia da coexistência de “bolsões de modernidade”, de misturas em que o arcaico e o moderno se interpenetram, configurando situações reais, distintas, aparentemente desencontradas, porém articuladas. Podemos tomar emprestado, nesse sentido, de outros campos científicos afins – no caso específico da filosofia – a tese de “tempo reencontrado” ou “simultaneidade do heterogêneo” para explicar o processo de modernidade no Brasil. Presente em Prigogine e Stengers (1991) a noção que adotamos como estratégia para pensar a recepção da modernidade em Goiás, especificamente na década de 30. A idéia de “tempo reencontrado” auxilia-nos a conceber o processo histórico não linear, de trabalhar com a possibilidade da “existência de evoluções múltiplas e divergentes que nos faz pensar não num tempo às custas dos outros, mas na coexistência de tempos irreduzivelmente diferentes e articulados” (Prigogine e Stengers, 1991:15).

Para compreender melhor a relação entre o planejado, o racional, o moderno e o real vivenciado em Brasília e no estado goiano, tomaremos também por referência a abordagem que define planejamento como elemento racional de

---

<sup>15</sup> O processo de modernização no Brasil ocorreu de forma pontual, e principalmente, em regiões que mantinham relações econômicas e políticas diretamente com países do Velho Continente e Estados Unidos. Desta forma, é mais correto discutir a modernidade no Brasil, nas primeiras décadas deste século, em termos de “bolsões de modernidade”, cuja recepção ocorre inicialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, para depois instalar-se em outros estados mais periféricos.

intermediação entre o Estado e a sociedade, com objetivos explícitos de reordenação das crises gestadas no interior do espaço das cidades.

Rezende (1982) comenta a atuação do poder público na elaboração de planos com objetivos de resolução de crise urbana:

Na ânsia de resolver a cidade, o poder público, a quem cabe a gestão do consumo coletivo, opta por ordenar a cidade disciplinando o aparente caos, pois a nível de espaço a crise urbana aparece com o crescimento não planejado. Nesse sentido, são elaborados os planos de urbanismo, cujo objetivo é ordenar o espaço urbano e também minimizar os conflitos (Rezende, 1982 : 21).

Rezende utiliza como referencial para a crítica dos processos de criação de planos diretores, a abordagem inspirada no conceito de totalidade da organização do modo de produção capitalista: “A cidade surge como local de reprodução da força de trabalho e também como fator de acumulação de capital” (Rezende, 1982 : 21).

A autora, também nessa linha de análise, trabalha a noção de gestão urbana vinculada ao modo de produção capitalista. Discute o papel da ideologia, enfatizando a sua função de unificadora dos habitantes em torno de decisões tomadas de forma isolada, tomando como referência os interesses de grupos sociais específicos. Através dos conceitos de Chauí (1978) para racionalidade e crise, Rezende mostra que, para planejadores, o real é o racional, destituindo de contradições internas e comportando uma divisão estrutural do tipo sistêmico. A autora critica, através dessa articulação conceitual, as noções de planejamento como meios capazes de resolver situações de crise geradas em momentos de desarmonia das racionalidades parciais dos subsistemas. É na “irracionalidade” do urbano que se baseiam os planejadores para equacionar os pontos de conflito.

Nessa ótica, a cidade passa a ser representada segundo categorias da sociologia funcionalista que, utilizando-se de ensinamentos da biologia, compara a sociedade a um organismo vivo, na qual o bom funcionamento do todo depende do bom funcionamento das partes. Para tanto, os estudiosos da cidade, munidos deste referencial, atêm-se à compreensão das leis que regem o seu sistema de funcionamento, através do exame das patologias e da definição de possíveis formas

de prevenção de suas doenças, crises, irracionalidades e desarmonias. A ênfase desta vertente analítica baseia-se numa nova explicação da cidade, da compreensão da sua ordem e de seus problemas.

A idéia que aponta o planejamento como forma de intervenção permanente, sistemática e global no espaço urbano, parte da cidade representada como organismo gerador de patologias, crises, desequilíbrios e “irracionalidades”. Ações pontuais, esporádicas, parciais, implicam atuações fragmentadas que nem sempre trazem respostas adequadas aos objetivos propostos.

Oriundos de posturas funcionalistas, dois outros fatores merecem ser destacados. A concepção fisicista, com o qual trabalham os técnicos em planejamento, resultando, em termos práticos, num apego ao determinismo físico. Traduzido nas readequações setoriais do espaço urbano, definido por Rezende como:

A crença de que o urbano seja um conjunto de construções e usos do solo que podem ser rearranjados, através do planejamento, sem levar em conta os determinantes políticos, sociais e econômicos. Sua utopia é evidenciada na proposta de desenho físico como capaz de ordenar padrões de relações sociais e até subverter a estrutura de classes ou, ainda, como modelo de sociedade sem classes” (Rezende, 1982 : 32).

O outro fator, diz respeito à crença que os planejadores têm nas soluções propostas pelos planos. No trecho abaixo, as implicações destes fatores podem ser bem mais compreendidas:

Segundo H. Ganz, mais importante do que o que esse tipo de plano contém é o que ele deixa de fora. As estruturas sociais, econômicas e políticas e suas relações, que irão determinar o tipo de uso e ocupação da terra, não são consideradas relevantes (Rezende, 1982 : 32).

Para equacionar a concepção da maioria dos planejadores urbanos, Ganz e Rezende afirmam que devem ser consideradas as estruturas e os determinantes políticos e econômicos. Pois, ao se apegar apenas à concepção fisicista, corre-se o risco de pensar o planejamento de ocupação do urbano supervalorizando elementos voltados para questões estéticas, soluções práticas, viabilidade de efetivação do projeto, etc. como se estes se restringissem à racionalidade de um jogo de xadrez,

no qual as peças são arranjadas segundo a astúcia de seus jogadores. É necessário deslocar o ponto de análise para uma situação que permita perceber a articulação existente entre aspectos técnicos e a estrutura de poder que se reproduz e produz no espaço urbano. É importante pensar que uma cidade, além de um rosto configurado pelo desenho urbanístico, é composta também por uma “alma”, por algo muito maior. Para ilustrar a definição acima, Graeff ressalta:

Porque o espaço arquitetônico resulta, de fato, de numerosos ingredientes alguns científicos, outros técnicos, geográficos, orgânicos, perfeitamente determináveis e controláveis pela razão, outros, entretanto, são de natureza intuitiva e baseados na sensibilidade estética, na capacidade de fazer, fatores que a razão mal consegue discernir e não pode dominar (Graeff, 1985 : 28).

Todavia, para a compreensão da cidade deve-se buscar nos agentes estruturais, de ordem econômica, social e política, os elementos explicativos da diferenciação de projetos<sup>16</sup>, em que uns reproduzem modelos utópicos de sociedades planejadas de caráter mais segregacionista e outros modelos de sociedade sem classes.

A discussão dos termos que fundamentam os planos de intervenção urbana, voltados para a readequação de setores espaciais das cidades em momentos específicos, aponta caminhos para a interpretação crítica do processo mais global de criação planejada de cidades.

## Capítulo 2 – PLANEJAMENTO E O DISCURSO DA MODERNIDADE

---

<sup>16</sup> Na década de 60 no Brasil, são produzidos estudos sociológicos e geográficos voltados para a explicação do fenômeno urbano com objetivos de compreender e explicar a estrutura das grandes metrópoles e os problemas derivados da relação campo-cidade, empiricamente configurados através de processos migratórios. Além da corrente representada pelos estudiosos de ecologia urbana, da Escola de Chicago, “na qual a sociedade é concebida como um sistema formal, integrado, sem dúvida, por mecanismo parsonianos de consumo de valor, que se ajustam coletivamente a distúrbios ambientais de maneira equilibrada” (Gottdiener 1993:77). Destaca-se uma outra corrente de pensamento que centra seus estudos no enfoque histórico-estrutural, baseado na teoria do conflito de classes. Nela, as reflexões sobre questão urbana são complexas e sofrem influências dos debates e tendências desenvolvidos no interior do próprio pensamento marxista, cuja compreensão torna-se importante, bem como as de seus reflexos na produção teórica. Esse pensamento denominado Escola de Frankfurt tem como autores expoentes (Horkheim, Habermas, Adorno e Benjamim), que influenciaram diretamente Castells e Lefebvre.

Pretendemos abordar neste capítulo os discursos sobre a idéia de modernidade tal como configurada na civilização ocidental. Trata-se de reconhecer, nesses discursos, o poder simbólico de:

construir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, por isso, a ação sobre o mundo, então o próprio mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização (Bourdieu, 1989 : 4).

A modernidade referenciada já nos discursos travados no início do século XVII como “estranho objeto de desejo” deve-se ao seu caráter contraditório inerente ao desenvolvimento da vida moderna e, conseqüentemente, ao fato de sua representação estar impregnada dessas contradições.

A crítica à modernidade, nasce concomitante à sua exaltação. Machado (1997) aponta o paradoxo nas várias sínteses das representações produzidas pelos pensadores da modernidade. Para ela, estes pensadores,

“fazem, ao longo do tempo, a apologia e a condenação da modernidade: riqueza cultural e material jamais vistas, ao lado da miséria mais degradante; progresso científico e tecnológico, convivendo com a regressão e a barbárie humanas; infinitas possibilidades de desenvolvimento ao lado de aniquilamento da espécie”. (Machado, 1997: 26)

A modernidade está presente desde os primórdios do século XVII, nos discursos filosóficos, científicos, literários e jornalísticos e originados de diversos ambientes da sociedade - reconhecidos como legítimos. Nasce um tipo de olhar sobre a modernidade, encarnado pelo poder da palavra, que busca traduzir o contexto da realidade vivenciada, acontecendo primeiramente na Europa, e ramificando-se depois para outros lugares, em tempos distintos, sob práticas caracterizadoras de modernismos e processos modernizantes. As reflexões relativas à representação da modernidade são fecundas e perfazem um longo caminho nem sempre pautado por vias consensuais.



Como fenômeno histórico no Brasil - que comportam relações políticas, econômicas, sociais e culturais em diversos níveis, que se articulam simultaneamente com elementos da tradição e do atraso - a modernidade assume caminhos anômalos. A persistência de interseção entre os bolsões de modernidade e os de natureza tradicional amortece a polarização cunhada pelo pensamento moderno, que dualiza as dimensões: modernidade e atraso.

A constituição da modernidade, enquanto processo no Brasil, coincide com a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, com a formação da sociedade burguesa, legitimando o seu discurso – modernidade - vinculado a diferentes tipos de dominação política, formas sociais e ao mercado. Fernandes (1975) clareia o difícil percurso das práticas modernizantes retomando as profundas marcas deixadas pelo regime escravocrata, contribuindo para a falta de elasticidade da ordem social, diante da emergência do capitalismo como realidade histórica interna, gerando,

Uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Dessa acomodação resultou uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaica” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*) (Fernandes, 1975:176)

O autor contextualiza a existência de diferentes tipos de modernidade na sociedade brasileira, explicitados pelo caráter da revolução burguesa no país, pela especificidade da luta de classes e pela dimensão cultural, que escapa da dicotomia moderno e tradicional, mesclando elementos das duas instâncias. A modernidade convive com processos não democráticos e relaciona-se com formas tradicionais, ou num processo de convivência “amistosa” ou transpondo-o, porém, sempre colocando-o a serviço de sua lógica. O projeto de modernidade, dessa forma, irradia para espaços e tempos diversos através da implementação de práticas modernas e modernizantes.

É um desafio vincular temas da modernidade às interpretações das transformações do espaço social desejadas pela construção da cidade de Brasília, fruto de interesses de grupos políticos ao reivindicarem a “modernidade” para o país. A modernidade era entendida como o desejo de incluir a região central no processo de expansão do sistema capitalista (que se fazia notar em outras regiões brasileiras) o que se traduzia em urbanização, mudança na estrutura ocupacional, industrialização para alavancar desenvolvimento para todo o país.

Na década de 20, diversas leituras sobre a modernidade no Brasil<sup>17</sup>, principalmente as que se referem ao processo modernista desencadeado em São Paulo e Rio de Janeiro, sugerem algumas idéias que servem de parâmetro para a reflexão sobre possíveis evidências de modernidade no Centro-Oeste, nos anos 30.

O discurso da “ação médica” levantado no capítulo anterior, como elemento de dominação política, tendo como base de sustentação a modernidade, iniciava o romper das fronteiras estaduais e culturais, aportando no estado de Goiás, um século depois, acomodando no poder o médico Pedro Ludovico Teixeira, tendo ele a missão de “higienizar”, moralizar e fomentar qualidade de vida para a população local.

O argumento-guia é o de que na região central do Brasil a ocorrência da modernidade obedece a certas peculiaridades, explicitado por sua distância geográfica do centro desenvolvimentista concentrado no litoral da nação:

- Deve ser considerada mais simbólica ou retórica do que real;
- Manifesta-se como elemento transformador da sociedade ao propiciar maior racionalidade e equalização nas relações sociais e políticas e ao instaurar processos modernizantes na estrutura econômica da região e no sistema de empregos;
- Associação do conceito de modernidade à construção da imagem da cidade – no caso Brasília, a cidade planejada. Trata-se de produzir a modernidade necessária à higienização e à realocação do poder político, com o objetivo explícito de se articular ao projeto nacional de modernização e expansão

---

<sup>17</sup> discussões importantes sobre o modernismo no Brasil, ver Veloso (1992) e Resende (1994).

capitalista. Outros objetivos secundários eram os de obter o reconhecimento público e a afirmação nacional, tendo como suporte a nova capital federal;

- O projeto moderno da cidade de Brasília e o próprio significado do conceito de “novo” para o estado goiano, sede física da capital, à época, vinculam-se muito mais à concepção de receptor do que a de produtor da cultura da modernidade;
- O discurso que associa a imagem da cidade à idéia de progresso, pretende transpor à região a representação do “novo”, do moderno que se requer nacionalmente;
- Decorrente destas afirmações, aos olhos dos grupos mudancistas era necessário criar o cenário de poder, de onde o discurso pudesse ser irradiado para todo o país. Aqui, escreve Resende (1994):

“A construção de um cenário de poder não significa apenas embelezar e modernizar a cidade; é organizar uma série de símbolos; é construir uma imagem que produza uma identificação com o imaginário oficial, imaginário este frequentemente pouco interessado na realidade que antecede o poder” (Resende, 1994: 68); e

- A modernidade, nesse sentido, é entendida pelos grupos de poder como sinônimo de progresso em suas relações com o poder local. No final da década de 50, na construção de Brasília, a utopia do desenvolvimento e da modernidade não apenas incorporava desejos utópicos, mas representava, principalmente, os anseios de grupos políticos no sentido de buscar respostas para uma realidade que se contrapunha às condições de “atraso e decadência”, que estigmatizavam quase todo o país, sobretudo o Centro-Oeste. No desenho -borboleta-avião- de Brasília, estão contidos os signos, as imagens e os símbolos que lhe conferem o papel de representação da modernidade que se pretendia alcançar. Conforme veremos, o projeto da cidade nasce com fortes influências do movimento modernista<sup>18</sup>, iniciado na década de 20, em São Paulo, com a Semana de Arte Moderna. Esse movimento é extensivo também a outras áreas da arte, entre elas, destacam-

---

<sup>18</sup> Através da Semana de Arte Moderna irradia-se o modernismo como movimento estético para espaços ainda alheios a esse processo.

se o urbanismo e a arquitetura que deixaram suas marcas registradas na história.

As postulações acima fornecem pistas para pensarmos as manifestações ocorridas na região central do país, no estado de Goiás, sede física da nova capital federal, no contexto da construção planejada de Brasília, como um caso de configuração singular da modernidade.

Para compreender a cidade planejada, neste contexto, discutiremos, a seguir, as categorias centrais das contradições e ambivalências que permeiam o discurso da modernidade em suas várias representações.

## 2.1. O Discurso da Modernidade e Representações

*“Há um cheiro pútrido no ar. São esses vermes alimentando-se das últimas conquistas orgulhosas do homem. Estes vermes chamam-se ‘Anjos Negros da Modernidade’. São perigosíssimos, pois são mutantes e quando o homem orgulhoso levanta a testa e caminha a passos largos acreditando estar adiante, o verme olha pra ele e lhe sorri cinicamente, retornando em seguida a seus pequenos afazeres cotidianos”.* Giannatasio

As teorias da modernidade perpassam dimensões abstratas relacionadas às áreas da cultura e da arte, constituindo-se: um estado de espírito estético identificado com o modernismo; dimensões concretas, geradoras de processos de modernização, baseados no desenvolvimento industrial, técnico e científico; urbanização e processos sociais, políticos e culturais propulsores da racionalização, funcionalidades e democratização. Essas dimensões atuam, criando projetos e utopias alicerçadas na idéia de progresso ilimitado.

Apontada como um processo histórico que se inicia na Europa no século XVII<sup>19</sup>, a modernidade se consolida no século XX, momento em que a racionalidade configura-se como elemento delineador e formador das novas relações engendradas na sociedade. Podemos defini-la, nesse sentido, como um conjunto de experiências de transformação do mundo – conjunto de mudanças culturais e estéticas, de normas, de valores, de costumes, de mentalidades, de imaginários, de estados de espírito, de relações sociais e de consciência do novo – compartilhado por pessoas em tempo e espaço diferenciados. A recepção da modernidade se deu de forma heterogênea nas nações levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento.

A complexidade essencial ao desenvolvimento da modernidade, bem como a especificidade assumida por ela em tempos e espaços diversos, tem algo a ver com certas disjunções entre elementos herdados do projeto iluminista. Elementos direcionados para emancipação e liberdade dos homens, através do desenvolvimento de formas racionais de organização social e da perda do encanto as formas irracionais de pensamento, por um lado.

---

<sup>19</sup> Não existe consenso sobre os marcos fundadores da modernidade. Sua demarcação estende-se do período das grandes navegações dos séculos XV e XVI da Reforma Protestante, o Renascimento até a Revolução Industrial e a Revolução francesa no século XVIII. Berman (1986: 16) divide a história da modernidade em três fases que se iniciam no século XVI e estendem-se ao século XX.

Por outro, o desafio da experiência de participar da contradição de um mundo que, ao mesmo tempo, não é inteiramente moderno. Nem moderno, nem tradicional para descartar posturas que buscam fragmentar esta contradição. Significa, na verdade, a convivência com estados simultâneos, oriundos das separações entre processos econômicos, culturais e políticos, dos quais surge a idéia de modernismo e modernização que dão conformidade à sociedade moderna.

Apesar de distante do modelo de modernidade que se desenvolveu e se consolidou no Velho Mundo, no século XX, porém receptivo e vulnerável a receber as energias que permitiam conectar experiências vivenciadas em tempos e espaços diferenciados, no Brasil, com as de outros povos em diferentes partes do mundo, não apenas o crescimento econômico,

mas o crescimento em experiência, em conhecimento, em prazer, em sensibilidade – crescimento que destrói as paisagens físicas e sociais do nosso passado e nossos vínculos emocionais com esses mundos perdidos; nossa desesperada fidelidade a grupos étnicos, nacionais, classistas e sexuais que, esperamos, possa dar-nos uma firme “identidade” e, ao lado disso, a internacionalização da vida cotidiana – nossas roupas e objetos domésticos, nossos livros e nossa música, nossas idéias e fantasias -, que espalha nossas identidades por sobre o mapa mundi... (Paz, 1994 : 34).

A modernidade, no Brasil, é assumida de forma fragmentada, separada e pontual em diferentes regiões do país. Nossa modernidade é recepcionada no início do século XX, um século depois de Marx, Nietzsche, Dostoiévski, entre outros, que perceberam a seu modo, profundas mudanças no mundo, “num momento em que apenas uma pequena parte do mundo era verdadeiramente moderna, num ritmo vertiginoso que não lhe permite deitar raízes” (Octávio Paz apud Berman, 1994: 35).

A modernidade chega então via modernização, ao desencadear um sistema de redes ao qual não se permite permanecer alheio. Chega sobre forte influência do modernismo da Semana de 22, sob o espírito do sensível incentivando a criatividade, imbuindo uma nova forma de perceber e representar o mundo das artes, na música, na literatura e na arquitetura. A geração de 1840 foi formadora da cultura e consciência modernista, como: Baudelaire, Dostoiévski, Flaubert e

Wagner. Harvey (1993) em suas colocações, ao se referir à geografia histórica do modernismo, confirma ainda mais a idéia de que a modernidade é absorvida pontualmente no espaço e no tempo. Segundo ele, a “geografia histórica do modernismo” é complexa, por apresentar-se como um movimento, cujas características dependiam “de onde e quando” o processo ocorria. Entretanto apresentava um forte apelo internacionalista e universalista.

Para Bolle, a modernidade é: “a expressão artística e intelectual de um projeto chamado ‘modernização’ – contraditório, inacabado, efêmero, fugidio e mal resolvido” (Bolle, 1994: 24). No seu estudo, Bolle chama atenção para o tratamento que Baudelaire dá ao caráter paradoxal, transitório e efêmero ao tratar da modernidade<sup>20</sup>.

Baudelaire mostra que o artista “que busca o prazer efêmero da circunstância”, busca um objetivo mais geral. Ele busca esse algo a mais, que se permitirá chamar de modernidade. “Trata-se, para ele de tirar da moda o que esta pode conter de poético no histórico, de extrair do eterno o transitório”. Segundo ele, “modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável” (Baudelaire, 1996: 25).

A grande contribuição de Baudelaire, segundo Berman, foi o de dotar “seus contemporâneos de uma consciência de si mesmos enquanto modernos”. Com originalidade, retratou o homem moderno em suas contradições, “como resultante dos refinamentos de uma civilização excessiva”, “com seus sentidos aguçados”, suas fraquezas, “por trazer luz à porção de alma escondida; ele pôde revelar, assim, o coração triste e muitas vezes trágico da cidade moderna” (Berman, 1986: 129-131).

Citando Habermas, Harvey visualiza o projeto de modernidade como resultado do esforço dos pensadores do século XVIII, no intuito de “desenvolver a ciência objetiva, a moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos da

---

<sup>20</sup> Ver Baudelaire (1996). Berman (1986) se nutre da produção de Baudelaire, destacando dois de seus grandes ensaios - “Heroísmo da Vida Moderna” - e “O Pintor da Vida Moderna”, publicados em 1963, como obras que “determinaram a ordem do dia para um século inteiro de arte e pensamento”. Também Harvey (1993) capítulo 2.

própria lógica interna destas”. Este movimento investia em formas racionais de organização e racionalidade do pensamento como o caminho para a contenção das formas irracionais (mito, superstição, religião, uso arbitrário de poder) necessárias à descoberta das “qualidades universais, eternas e imutáveis de toda humanidade” (Harvey, 1993: 23).

Sobre o projeto iluminista de modernidade, algumas reflexões são suficientes para exaltar a pertinência e a contemporaneidade de suas premissas, que perpassam os séculos XVIII e XIX e encontram eco entre pensadores do século XX. Podemos arriscar, nesse sentido, a afirmação de que as idéias modernas funcionaram como um fio condutor, a partir do qual gravitavam correntes diversas de pensamentos, ora críticas, ora contraditórias. Em suma, um poderoso movimento agregador de intelectuais de variadas posturas diante das transformações que implicavam na afirmação do pensamento moderno.

Vale ressaltar aqui a forma de Rouanet apreender esse conjunto de idéias presentes na ideologia da modernidade. Sua concepção defende a permanência do projeto iluminista de modernidade, no qual a dimensão funcional da modernização ainda não se realizou em sua totalidade, pois “modernizar é melhorar a eficiência da administração pública, das instituições, dos partidos”. Para ele, “modernidade é um conceito funcional de modernização, no sentido literal: numa sociedade moderna as instituições funcionam melhor que em sociedades tradicionais” (Rouanet, 1992: 122).

A razão iluminista, em meio aos seus problemas e contradições internalizados, deixou, além do imaginário, um vasto legado de produção intelectual, artística, utópica e também de hábitos e costumes. Seus ícones estão presentes nas cidades por meio de projetos urbanísticos e arquitetônicos, na produção artística (pintura e literatura)<sup>21</sup>, mapas, anúncios e modas.

O artista moderno – arquitetos, compositores, pensadores, poetas, filósofos – tinha um papel criativo a desempenhar na conformação da modernidade. O

---

<sup>21</sup> Ver as obras de Benjamim e Baudelaire sobre a influência do iluminismo (construção da modernidade) no campo da cultura, da arte, dos costumes e dos hábitos. Consultar também Harvey (1993) em o “Tempo e o Espaço do Projeto no Iluminismo” (219-235).



projeto modernista, compreendido como reação estética, proporcionava às artes a obrigatoriedade em legitimar o processo de transformação da sociedade. “O artista deve não somente compreender o espírito de sua época como iniciar o processo de mudança, segundo Frank Lloyd Wright – um dos maiores arquitetos modernistas” (Harvey, 1993: 28). Seguindo esse raciocínio, tendo como base a posição de Benjamin sobre a arte modernista, comentada por Harvey: “portanto, a arte modernista sempre foi o que Benjamin denomina “arte áurica”, no sentido de que o artista tinha de assumir uma aura de criatividade, de dedicação à arte pela arte, para produzir um objeto cultural original, sem par...” (Harvey, 1993: 31).

Dessa forma, a modernidade se manifestou paradoxal e ambígua. Como movimento estético, o modernismo, internalizou essa ambigüidade ao moldar e reconstituir a realidade, de forma a superar os parâmetros de uma “arte áurica”, para afetar a estética da vida moderna. Benjamin reconheceu esta possibilidade no ensaio “A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica” (Benjamin, 1993, Vol. I). É nesse sentido que podemos falar de modernismos e na existência de uma complexa geografia histórica do modernismo, uma vez que sua forma depende da relação tempo e espaço.

A seu modo, cada intervenção modernista só foi possível *no e a partir* do mundo moderno. Berman fala do “turbilhão da vida moderna” que arrasta milhões de pessoas, empurrando-as pelos caminhos do mundo, catastrófico crescimento urbano que em seu desenvolvimento, “embrulha e amarra, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos” (Berman, 1986: 16). A cidade é o seu palco. Na solidão da rua moderna, embora no interior de um aglomerado de massa em ebulição, o homem é forçado a sobreviver com seus próprios recursos. Em sua luta, ele não apenas desenvolve habilidades corporais, mas também, a sensibilidade e a mente. Diferentes tipos se misturam. Berman lembra Baudelaire: “todavia o artista – ou o pensador, ou o político – anti-moderno, encontra-se nas mesmas ruas, no mesmo lodaçal, como o artista moderno. Esse ambiente moderno serve como linha de ação ao mesmo tempo física e espiritual – fonte primária de matéria e energia – para ambos” (Berman, 1986: 57).

O fato de que o modernismo, depois de 1848, constituiu-se num fenômeno urbano, chama atenção de Harvey. O crescimento impetuoso das cidades ensejado

por processos migratórios, pela industrialização e mecanização crescentes gerou problemas sociais, técnicos, psicológicos, organizacionais e políticos, constituindo os centros urbanos *locus* de movimentos modernistas. Chegando a ser afirmado por Bradbury e McFarlane que o “modernismo era uma arte das cidades”, e observado por Certeau que a “cidade é simultaneamente o maquinário e o herói da modernidade” (Certeau, 1994: 95).

O mundo antigo cada vez mais se distancia do denominado mundo novo. Conceitos dinâmicos surgem nesse contexto, ou ganham novos significados, pertinentes em nossos dias para o entendimento da modernidade: revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, etc., já que, segundo Habermas (1990) “a modernidade não pode e não quer continuar a ir colher em outras épocas os critérios para a sua orientação, ela tem de criar em si própria as normas por que se rege”.

Habermas (1990), a exemplo de outros, pontua que o discurso filosófico da modernidade está entremeado pelo discurso estético. Entende que é no domínio da crítica estética que “a modernidade se fundamenta a partir de si própria”. Salienta ainda que, somente no século XIX, há o uso consistente do termo moderno, também no domínio das Belas Artes. Razão, pelo qual, a expressão modernidade reveste-se de significado estético, contribuindo para a compreensão de arte de vanguarda. O pensamento de Baudelaire e Benjamin testemunha a junção de arte e modernidade, ou de como, nos séculos posteriores, a arte continua deixando suas marcas na modernidade, ao ponto até de Baudelaire considerar que a “experiência estética fundia-se com a experiência histórica da modernidade” (Baudelaire, 1996: 20). Em sua argumentação, Habermas confirma Baudelaire:

A actualidade só pode constituir-se como intersecção de tempo e eternidade. Esta tangência imediata de actualidade e eternidade não permite realmente à modernidade libertar-se da sua precariedade, mas sim do que há nela de trivial; tal como Baudelaire entende, ela pretende que o instante transitório seja confirmado como passado autêntico de um presente vindouro (Habermas, 1990: 20).

A clara adesão ao ideário de progresso permeado no discurso de modernidade pode-se observar em Habermas. Ele critica a interferência dos

subsistemas econômicos e político no mundo da vida, na autonomia do sujeito. Segundo Habermas, o projeto de modernidade, baseia-se na premissa de que:

A reprodução cultural, a interação social e a socialização – as principais esferas do mundo da vida – devem ser organizadas de acordo com os princípios da razão comunicativa, cujo fim último é a situação lingüística ideal, a livre deliberação de todos os interessados com vistas a uma adesão racional conceitual. (Habermas, 1990: 124).

No pensamento teórico aqui levantado a discussão da modernidade é complexa e não se esgota. As categorias da modernidade discutidas aqui – racionalidade, progresso, planejamento, perda das crenças, burocracia – nos dá suporte ao considerar Brasília como signo legítimo da modernidade ocidental, identificando nela também, as contradições presentes na trajetória do movimento moderno coadunado ao urbano.

Todavia, parece-nos mais indicado considerar a modernidade como um projeto ou como metas a serem concretizadas, nas quais vemos sobressair à vinculação entre um projeto urbanístico e um programa voltado para mudanças econômicas, políticas e sociais, visando propiciar a mudança de hábitos, costumes, formas associativas e administrativas. Explicitamente, essas mudanças voltam-se para a configuração de um espaço capaz de abrigar o poder emergente no estado, e também de adequar-se às condições sócio-econômicas em nível nacional. Podemos então, interpretar o discurso “trazer a modernidade ao Centro-Oeste brasileiro” como desejo de ruptura dos grupos emergentes com antigos esquemas dominantes. O conceito de modernização assume então, relevância para a pesquisa proposta.

Assim como Habermas, que concebe a modernização como um processo derivado do capitalismo e que agrega processos interativos vinculados,

à formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade no trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e a formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política (Habermas, 1990: 14).

Harvey a entende como fenômeno relacionado ao surgimento de circulação e acumulação de capital, que ao gerarem competição no mercado, exigem constantes

inovações tecnológicas capazes de alterar formas e habilidades de trabalho executadas no passado. Segundo ele,

O capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo. (...) A destruição endêmica está embutida na própria circulação do capitalismo (Harvey, 1993: 102).

Nas décadas de 70 e 80 no Brasil, o conceito de modernização adquire maior direcionamento e precisão através da utilização de índices caracterizadores de desenvolvimento econômico, político e social. O conceito de modernização, segundo Eisenstadt implica o desenvolvimento

dos vários índices de mobilização social e mudanças estruturais básicas em todas as principais fases institucionais da vida social das sociedades modernas e modernizantes. No âmbito da esfera econômica, estes desenvolvimentos caracterizam-se pela especialização crescente de atividades econômicas e papéis ocupacionais, pelo desenvolvimento de unidades de produção orientadas para o mercado, e pelo crescimento do escopo e da complexidade dos principais mercados – os mercados de bens, de trabalho e monetário (Eisenstadt, 1968: 209).

O autor acrescenta a esses fatores, mudanças ocorridas no campo da organização social e cultural, como: processo de urbanização, formas de estratificação social e níveis educacionais, ideologia, religião e arte; cujo processo de secularização acarreta no enfraquecimento das elites tradicionais. Porém no campo político, o processo de modernização implica no “desenvolvimento de uma estrutura altamente diferenciada em termos de papéis e instituições políticas específicas”, processo de centralização e “desenvolvimento de metas e orientações políticas específicas” (Eisenstadt, 1968: 209).

A percepção de Eisenstadt apresenta elementos norteadores referentes ao conjunto de conhecimentos da sociedade moderna marcada pelo progresso, pela inovação, dinamismo e constante negação à sociedade tradicional, caracterizado por representar o arcaico, o superado, “estática com pequena diferenciação ou especialização, domínio da divisão mecânica do trabalho, baixo nível de

urbanização e alfabetização, população basicamente agrária e política baseada em elites tradicionais” (Eisenstadt, 1968: 209).

A técnica fragmentada apresentada por Eisenstadt é modelar para caracterização das condições sócio-econômicas e políticas vivenciadas por Goiás, recorte espacial sede da capital federal Brasília, nas primeiras décadas do século anterior. As posições de Giddens (1991) e Braudrillard (1981) sugerem caminhos para a superação dessa fragmentação ao apresentarem possibilidades de reificação do novo. Giddens critica o caráter estático das sociedades tradicionais, uma vez que, a tradição, mesmo constituindo suporte, é reinventada pelas novas gerações. Já Braudrillard considera a modernização como um processo marcado pelo desenraizamento ensejado pelo constante surgimento de tecnologias.

Tanto a “reinvenção de tradições” e “desenraizamento” constituem elementos fortes para a compreensão da forma de modernização aqui empreendida. Somando a estes, o conceito de “destruição criativa” de Harvey, por ser permissivo a compreensão de que o efeito da inovação contínua é, todavia, desvalorizar, investimentos e habilidades de trabalho passados, no caso, extensivo às dinâmicas relativas ao processo de expansão capitalista que penetra impondo uma nova conformação para a região. Seguindo essa lógica, entre outras exigências e iniciativas, a “destruição criativa” extrapola os marcos da circulação e acumulação de capital elegendo a criação de um novo espaço urbano como *locus* privilegiado da efetivação desse novo empreendimento. Assim, Brasília e a concepção de seu espaço urbano, assumem relevância para nossa pesquisa.

As observações de Costa (1995) referentes às argumentações de Octávio Paz “a sociedade que inventou a expressão *tradição moderna* é uma sociedade singular” (Paz, 1994: 26). Essa “frase (...) é a expressão da condição dramática de nossa civilização que busca seu fundamento não no passado nem em nenhum princípio inabalável, mas na mudança” são pertinentes para a concepção de processos modernizantes:

Se a modernização é marcada por um ‘desencantamento’ do mundo que implica na destruição do símbolo (e, com ele, de uma multiplicidade de identidades culturais), com crescente racionalização e instrumentalização do mundo, almejando assim a emancipação do indivíduo e da sociedade (diante da

possibilidade de fazerem sua própria história e de dominarem a natureza), ela também produz seus próprios símbolos, mitos e tradições (a ‘tradição moderna’, como denomina Octávio Paz) (Costa, 1995: 51).

Ortiz (1994) também debate a ocorrência da modernidade brasileira, sobretudo no que ele denomina de “moderna tradição brasileira”. Sua argumentação considera como “tradicional um conjunto de instituições e valores que, mesmo sendo produto de uma história recente, se impõem a nós como uma moderna tradição, um modo de ser”. Para ele, a afirmativa de Octávio Paz, em sua obra “Os Filhos do Barro”, em que levanta que “o moderno é uma tradição” oferece caminhos para as suas reflexões ao acentuar que esta tradição é do novo, “feita de rupturas e da negação do passado e a afirmação de algo substancialmente diferente” (Ortiz, 1994: 208). Ortiz polemiza com Habermas sobre o caráter do projeto de modernidade, ao considerar que “a modernidade é inevitavelmente um ‘projeto inacabado’ e não como coloca Habermas, um projeto ‘ainda’ inacabado”. Transmite especificidade à modernidade brasileira ao considerar que “no Brasil este lado explosivo de ruptura nunca se colocou da mesma forma que nos países europeus, porque a idéia que dominou nossa imaginação sempre se associou à necessidade concreta de se construir uma moderna sociedade brasileira”. Segundo ele, “modernismo, modernidade e modernização são para nós termos intercambiáveis, pois dizem respeito a uma situação que ainda não havia realizado de fato” (Ortiz, 1994: 209).

E ainda não se realizou de fato, mesmo na atual década do século XXI. Ao revisitar o Brasil, nas primeiras décadas do século passado, observa-se o descompasso com que esses processos (modernidade, modernismo e modernização) chegam a cada região, às vezes de forma depredatória, instauram fronteiras, estabelecem mudanças, difundem projetos renovadores, modificam formas tradicionais existentes, o que acaba por conferir especificidades à modernidade pretendida.

Pretendemos emoldurar o contexto da modernidade e/ou modernização na “experiência do tempo e do espaço”<sup>22</sup>, da dimensão concreta do processo configurado

no Centro-Oeste brasileiro, especialmente no estado de Goiás e posteriormente, Brasília. Das reflexões sobre modernidade, depreende-se o seu caráter “virtual” de emanar um “estado de espírito utópico”<sup>23</sup>, mesmo impróprio, gerando transformações na realidade.

A virtualidade em que a modernidade exerce é recepcionada em espaços e tempos diferenciados. Para ilustrar, as três cidades planejadas em momentos históricos distintos – Belo Horizonte, Goiânia e Brasília – representam a utopia do ingresso na modernidade e, mais do que isso, um modelo sócio-político a ser seguido, um ideal a ser atingido regionalmente, irradiador de democracia à partir delas, segundo aspirações de suas respectivas elites.

Os arquitetos e urbanistas são os protagonistas, figurados em mágicos, capazes de garantirem o sonho da modernidade às sociedades. Santos (1988), através da observação de signos e imagens urbanas, amplia a forma como a modernidade é apropriada nas cidades:

A apropriação brasileira, porém é singular. Não se trata mais de meras descrições, feitas de fora. Os desenhos sugeridos para as cidades são meras metáforas, brasões. Não “falam de”, “falam para” e “no lugar de”. Estabelecem códigos de como se deve ser e praticar o espaço. É por isso que todo o país se converte. Na Barra da Tijuca, no loteamento da periferia ou na cidade pioneira no meio da floresta nem se concebe espaço urbano que possa ser de outra maneira. Só se quer o que produz modernidade, com garantias ditadas pelos enunciadores da boa ordem arquitetônica e avalizadas pelos aparatos do governo ou da empresa privada. Mesmo quando tudo parece espontâneo, segue as determinações gerais. É por isso que as periferias estão cheias de colunas do Palácio da Alvorada, de telhados borboleta ou concretos aparentes e que os favelados, quando querem se livrar do estigma, passam a chamar os lugares onde vivem de “jardins” (Santos, 1988: 69).

---

<sup>22</sup> David Harvey (op. cit.), na Parte III – “A experiência do Espaço e do Tempo”, desenvolve uma densa análise sobre a relação do espaço e do tempo em contextos e temas variados. Das contribuições apresentadas sobre o tema obtêm-se elementos que permitem explicar a recepção da modernidade em regiões periféricas do capitalismo. Abordaremos posteriormente este tema, ao estudar a dimensão mais concreta da modernidade, ou de processos modernizantes instaurados na construção de Brasília.

<sup>23</sup> Sobre o debate de utopia, ver: Ideologia e utopia de Mannheim (1950). Para Mannheim tanto ideologia, quanto utopia caracterizam-se por sua transcendência, não realizando, de fato, seus conteúdos pretendidos. A idéia de espírito utópico da modernidade diz respeito à sua incongruência com a realidade na qual se realiza.

Retomando ao tema específico da modernização, segundo Eisenstadt (1968), as abordagens teóricas ganham destaque nos países subordinados ou subdesenvolvidos. No Brasil, nas décadas de 60 e 70, cientistas sociais estudaram o tema com frequência. Fernandes (1975) indica a independência como marco de entrada do Brasil na idade moderna. A modernização se alinha ao movimento de expansão do capitalismo, em que ela se efetiva através das construções de rodovias, ferrovias e postos. Nas cidades, ela (modernização) se manifesta através do veloz processo de urbanização, novas atitudes, costumes e novos padrões de comportamento, orientados pela lógica internacional de transferências de tecnologias do mundo rico para o mundo pobre.

A modernidade, em síntese, define-se como uma idéia reguladora, um projeto de autonomia do indivíduo e da sociedade, como uma cultura, uma “destruição criativa” segundo Harvey, um estado de espírito que se constrói a partir do século XVII, de modo que dificulta pensá-la através de um período definido cronologicamente. Concretamente, ora ela se funda sob sua dimensão mais concreta, a econômica e tecnológica via processo de modernização, ora assume seu caminho mais cultural via processos modernistas.

Por mais questionadora que pareça, a idéia é de que a construção de Brasília incorporada ao estado de Goiás, na construção de um cenário de poder, aconteceu num primeiro momento, através da efetivação do projeto modernista, na forma definida por Harvey (1993), segundo a qual o “modernismo é uma perturbada e fugidia resposta estética a condições de modernidade produzidas por um processo particular de modernização”. Cenário de fácil acomodação da intelectualidade, o modernismo se configurou nos trabalhos de escritores, poetas, compositores, arquitetos, artistas, frente ao processo de modernização produzindo uma reação estética, um estilo. Neste ponto de vista, Brasília é desenhada pelas mãos do urbanista modernista Lúcio Costa. Conforme veremos à frente, a cidade nasce com fortes influências e expressões desse movimento.

A concepção de Balandier (1980) sobre as condições de realização do poder é relevante para pensar Brasília na perspectiva de algo resultante do discurso e



cultura da modernidade. Projeto que nasce incorporado com os ideais de modernização, opondo-se à política tradicional das oligarquias locais, podendo ser compreendido como demarcador de um tempo em que diferentes regiões passam a ser relacionadas com a expansão do capitalismo no Brasil.

Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão de mudança que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes (Harvey, 1993: 21).

Esta é a trajetória, mais complexa do que linear, para a compreensão da introdução da capital Brasília, cravada no coração do Estado de Goiás, via processo de modernidade. Retomamos Harvey pelo destaque que concede ao caráter de “fugidio e efêmero” da vida moderna ao discutir o sentido de continuidade da modernidad

## **2.2. A Meta é a Modernidade - A Ótica do Planejador no Brasil**

Schmidt (1983) designa o século XIX como um período de base para a história brasileira. Além de o país experimentar uma vida política independente, vivencia o início da instauração da República e presencia o nascimento de formas espaciais diferenciadas as já existentes no que tange ao desenho urbanístico e a arquitetura de seus monumentos.

Novos sítios urbanos são criados com objetivos explícitos de organizar e responder problemas econômicos e geopolíticos, para os quais são adotadas formas típicas de inovações urbanas, já utilizadas no mundo desenvolvido, mas novidade no Brasil. Em geral,

ações tomadas pelo governo central têm reforçado a necessidade de um processo de interiorização da acumulação de capital. A integração do território nacional, através da produção e circulação expandida de mercadorias, tem sido promovida dentro de um contexto de definição físico-territorial urbano. Interiorização da economia teria, desta forma, correspondido a uma preferência pelo estabelecimento de novos centros urbanos como sendo o melhor caminho para atingir o crescimento em certos períodos (Schmidt, 1983: 109).

Objetivando esse propósito, o Estado busca apoiar as condições materiais necessárias à expansão do capital privado. Na busca em formar um pensamento sobre urbanização nacional, o setor público e os políticos profissionais utilizam-se de modernos conceitos de integração espacial.

Tratamos aqui principalmente das atitudes políticas de governos ao implantar o planejamento urbano, construindo cidades para serem capitais regionais, tais como Belo Horizonte (1897), Goiânia (1935) e Brasília (1960). Essas cidades constituem experiências relevantes para os propósitos deste estudo, sobretudo a cidade de Brasília, todavia não são as únicas formas de intervenção governamental de reordenação ou construção de espaços urbanos.

A construção da capital nacional e das capitais regionais, cidades à primeira vista artificiais, principalmente se tomarmos como referência discursos dos opositores políticos, “constituem experiências que casavam filosofia, sociologia e política com prancheta, centros urbanos que buscavam apressar o futuro, apresentando-o em sua versão acabada. Expressavam o que se preferia que não

existisse. (...) Afinadas com o sonho da sociedade que buscava o seu grande futuro” (Santos, 1988: 43), configurando-se a cidade como espaço de dominação, no qual a confluência de discursos de poder explícitos ou não, utilizavam o urbano como forma de impor vontades, sonhos, desejos que se queriam efetivados.

Valor simbólico é embutido na construção desses centros urbanos, “sinais de um estado de espírito empreendedor resultantes do pioneirismo, modelo de novas expectativas para a ocupação do território, mudança de economia, gestão administrativa e política e afirmação do estado nacional” (Bernardes, 1994: 111). É expressivo que a República trouxesse consigo o clima ideológico positivo à criação de centros urbanos e utopias de cidades com proposições civilizadoras, significativas das concepções de progresso e modernidade, todavia, lembrando sempre que esses espaços nascem marcados por graves conflitos, controvérsias e lutas políticas.

Fundada em 1897, Belo Horizonte foi a primeira aventura urbanística do Estado brasileiro, de produção planejada e resultante do compromisso explícito de expressar o regime republicano, de organizar neutra e cientificamente o espaço para o Estado.

A cidade de Goiás, antiga capital, fundada na principal zona aurífera do Estado, apresentava dificuldades de acesso, baixíssimas probabilidades de crescimento e condições topográficas facilitadoras à proliferação de doenças. Com o fim do período aurífero a cidade vivencia sua decadência, tornando-se cada vez menos importante como mercado e entreposto comercial. A importância que teve no passado, de centro de dominação política, também mingua e com o tempo perde a capacidade de representação perante o discurso dos novos interesses em curso, regional e nacional.

A discussão da construção de uma nova capital em Goiás, como sede de poder para os grupos políticos emergentes do sul e sudoeste do Estado, vincula-se à emergência de novas forças econômicas no âmbito do Estado, as quais direcionam a luta pelo poder necessário à sua expressão econômica. O discurso da “ação médica” - apresentada no primeiro capítulo – como elemento de dominação

política, tendo como base de sustentação da modernidade, iniciava o romper das fronteiras estaduais e culturais, aportando no Estado, um século depois, acomodando no poder o médico Pedro Ludovico Teixeira, tendo ele a missão de “higienizar”, moralizar e fomentar qualidade de vida para a população local. Portanto, Goiânia se fez também pelo discurso pautado nas idéias de progresso e modernidade, realizada pelos grupos que anseiam o espaço político para estabelecer conexões externas a Goiás. Fundada como capital, Goiânia emerge quase 40 anos depois da experiência de Belo Horizonte.

Do ponto de vista político, a nova capital representou, por parte do governo do Estado, a possibilidade de legitimação do poder de um grupo econômico que se tornou emergente e, parte do governo federal de Vargas, representou a possibilidade de Goiás afirmar-se como retaguarda econômica, frente de expansão para o mercado interno, nova área consumidora de industrializados e, também garantia de produtos agropecuários para os centros econômicos do país.

Do projeto de modernidade à construção de Goiânia, instaurou-se um processo modernizante, motivado, de um lado, pela entrada de Goiás no movimento econômico capitalista. De outro, pela estratégia de sustentação política dos grupos oligárquicos do sul e do sudoeste goianos. Estes grupos, formados por fazendeiros que se dedicavam à produção agropecuária, eram voltados principalmente para o mercado paulista. Conscientes de sua crescente importância no surgimento de novos núcleos urbanos e de sua dinâmica integração à economia capitalista em expansão, estruturaram as condições de sua afirmação política. O que aconteceu a partir da mudança da capital, passando a ter quase que total controle do Estado, em consonância com o poder central, tendo como suporte práticas tradicionais coronelistas.

O marco inicial de sua construção ocorre com o lançamento da pedra fundamental, em 24 de outubro de 1933, a partir do qual Goiânia se apresenta como o primeiro eixo desenvolvimentista do Estado, um caminho para a ocupação da Amazônia, e um ensaio para a construção de Brasília. Tal afirmação está presente no projeto de Attílio Correa Lima, como diz Bruand:

Sob muitos aspectos, Goiânia é a prefiguração de Brasília, e com certeza Lúcio Costa inspirou-se nela, consciente ou inconscientemente, quando germinou em seu espírito a idéia chave que iria materializar-se na capital federal. É verdade que ele transformou a cidade linear projetada por seu colega em uma cruz, deslocando os bairros residenciais do prolongamento do eixo longitudinal para instalá-los nos dois lados da estrada de acesso transversal, conferindo a essas alas um significado maior na composição, mas a Avenida Anhangüera de Correa Lima, guardadas as devidas proporções, tinha função e localização semelhantes em seu desenvolvimento apenas esboçado. Não foi Correa Lima que assumiu a iniciativa de distinguir a cabeça do coração, o centro governamental e o verdadeiro centro de atividades (...) não foi ele o primeiro a fornecer um esquema de eixo monumental cujos componentes e ordenação foram retomados, grosso modo, por Lúcio Costa, com uma amplitude multiplicada. (Bruand. 1981: 352)

Uma importante informação para a avaliação de Goiânia, como caminho da marcha para o Oeste e antecessora da construção da nova capital do Brasil, são os estudos realizados pela Missão Cruls, no período de 1892 a 1894, no Planalto Central, tendo em vista a escolha do local adequado para a transferência da capital, informações posteriormente utilizadas por Juscelino Kubitschek na definição da construção de Brasília. Esses dados testemunham à antiguidade da idéia da transferência da capital federal.

A idéia da criação de Brasília situada no Centro-Oeste do país e símbolo da expansão do Brasil em direção ao Oeste, surgiu bem antes da inauguração de Brasília por JK em 1960. Foi concebida com a meta de irradiar desenvolvimento do Brasil Central ao Norte e Oeste, acompanhada pela abertura de uma rede de estradas. O urbanista Lúcio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer concretizaram as idéias modernistas de Le Corbusier. Brasília é considerada a mais completa aplicação dos princípios contidos na carta de Atenas. Segundo Turkienz,

Com apenas alguns traços simples – “dois eixos cruzando-se em ângulo reto” – e um texto curto, brilhante e convincente, Lúcio Costa vence em 1957 o concurso nacional para o Plano Piloto de Brasília. Sobre esse traçado do mestre, Niemeyer projeta para a nova capital edifícios administrativos de formas inovadoras, e totalmente integrados à proposta urbanística. Nascia assim, em meio ao planalto Central, a maior realização urbana do Movimento Moderno (Turkienz, 1997: 74).

A construção de Brasília contextualiza-se no momento em que se aceita o planejamento como instrumento para corrigir desequilíbrios regionais e econômicos e também como meio de programação dos investimentos estatais, num contínuo processo de intervenção estatal na economia. Nesse período, o governo Juscelino Kubitschek tem como prioridade o aprofundamento da industrialização iniciada por Vargas, cuja continuidade é viabilizada através do plano de metas.

A atuação do governo JK ultrapassa o projeto de intervenção econômica. De forma vitoriosa, como obra arquitetônica, o Ministério da Educação e Cultura, do Rio de Janeiro, foi a primeira experiência modernista envolvendo um grupo de arquitetos (Corbusier, Costa e Niemeyer) na década de 50. O projeto de Goiânia, inspirado nas cidades jardins, reforça a viabilização da construção de uma nova cidade centrada no modernismo, cujo movimento ultrapassava os limites de fronteira de São Paulo e Rio de Janeiro, atingindo outra região.

O projeto desenvolvimentista de JK associa-se ao projeto modernista. No caso específico de Brasília, produz-se a gênese de uma capital síntese e modelo do poder autoritário e ufanista. “A construção de Brasília foi organizada e operacionalizada a partir de valores típicos da ideologia modernista e modernizadora, forças hegemônicas ao longo da década de 1950”. (Veloso, 1992). Dessa forma, Brasília pode ser explicada como uma proposta desenvolvimentista e de modernização que se efetiva no governo de Juscelino Kubitschek. Nasce para interligar o Sudoeste industrializado com as regiões periféricas do Centro-Oeste e Amazônia, num projeto de interiorização e ampliação das frentes de acumulação de capital e do mercado interno. “Representa, ainda, uma aproximação com as fronteiras de países da América Latina” (Sousa, 1983).

A construção de Brasília representa, nacionalmente, um modelo utópico, mais do que a de Belo Horizonte e a de Goiânia e por isso, simbólico da proposta desenvolvimentista na qual o Estado assumira um papel definidor de uma política econômica capaz de gerir o crescimento e a modernização. Sua concepção, como projeto urbanístico, arquitetônico e político, traz consigo contradições - uma vez que a cidade representa um modelo de síntese universal de modernidade.

Pretende-se constituir um marco simbólico de ruptura com o passado, apontando-se a criação de novas formas de convívio social opostas àquelas que presidiam a uma estrutura social concebida como velha. Tanto do ponto de vista arquitetônico, quanto de projeto político, Brasília, no entanto, não conseguiu escapar àquelas forças sociais que a sua construção pretendia ver eliminadas.

A grande ocupação da cidade recém construída ocorre segundo práticas da maioria dos grandes centros urbanos brasileiros. Formas de segregação e de ocupações desiguais são materializadas imbuindo uma série de processos sociais que acabam por modificar as intenções utópicas de seus idealizadores. Afirma Nunes que:

Com o tempo, o tão decantado planejamento urbano de Brasília não impediu que o seu espaço entrasse na lógica da segregação territorial. Conceber o paraíso na terra, como parece ter sido a proposta original dos nossos arquitetos ao formularem o Plano Piloto, teria que vir acompanhado de um desconforto da outras tantas satélites (Nunes, 1997:21).

A degradação e a segregação social assumem, em Brasília, as formas evidenciadas em outras cidades brasileiras, como também se aproxima de fenômenos dessa natureza, ocorridos mundialmente, conforme relata Heuzé:

La ségrégacion social n'est pas seul fait de Brasília, et ce phénomène a été observé dans pratiquement toutes les villes du monde ou "l'élite" économique se ressemble toujours dans un espace particulier. Replacée dans le contexte brésilien, Brasília, malgré son jeune âge et son architecture moderne, est confrontée aux mêmes problèmes fondamentaux que les autres grandes métropoles, comme Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador, à savoir l'afflux de population et la pauvreté urbaine. (Heuzé, 1986 : 440)

Nos casos apresentados – Belo Horizonte, Goiânia e Brasília – destaca-se a forte presença do Estado na construção da cidade, na condução do planejamento urbano racionalista e do processo de urbanização da região, aparecendo também, nestas novas cidades, problemas já vivenciados em cidades antigas do país. Nota-se nas cidades planejadas que o Estado deixa de atuar apenas como facilitador de recursos, passando a ser promotor do ambiente construído. A vinculação do Estado com a construção dessas cidades se dá de maneira especial, tendo enorme diferença de sua relação com as cidades de formação espontânea.

Geralmente, o poder público nas cidades planejadas decide sobre a transferência da capital, assume despesas, cria uma situação específica na relação capital/trabalho. O Estado incorpora a função de patrão, atua no processo de apropriação e distribuição das terras recebidas, responsabiliza-se pela contratação de técnicos especializados (urbanistas, arquitetos, engenheiros e responsáveis pela elaboração do “plano piloto”), além de outras atribuições. O projeto elaborado demarca limites e a organização espacial da cidade constrói casas residenciais para os que chegam e tomam iniciativa e se responsabilizam pelos processos produtivos e sociais.

A criação da cidade planejada fomenta um tipo ideal de projeto de região ou de nação que se quer ver construída pela atuação do Estado. O Estado, para tanto, utiliza-se de meios que lhe possibilite controlar ou modificar situações políticas ou sociais valendo-se do autoritarismo, ou do imaginário de um futuro alternativo, atuando numa situação de fronteira. Utopias e imaginários compõem, nesse sentido, o que se pretende desenhar racionalmente. O que é levado em consideração, principalmente, é o projeto de região ou nação que se legitima através da elaboração de novas formas para a esfera pública, com novos sujeitos - vinculado, quase sempre, a uma imposição mercadológica. Ao se misturarem com os interesses políticos, regionais ou nacionais, os projetos, já estruturados anteriormente à sua criação, acabam interagindo e convivendo com conflitos, oposições e divisões entre esses interesses. No seu desenvolvimento, o que é planejado submete-se a essas imposições, que se faz presente remodelando os contornos e os cotidianos da cidade.

A seu modo, cada uma das novas capitais, distancia-se da forma pensada e planejada. As trocas sociais entre os diferentes grupos, as articulações entre o passado e o presente, a interação da cultura urbana globalizada em suas formas atuais e as intenções derivadas das relações políticas e econômicas, conformam dinâmicas próprias à cidade, reconfigurando os seus espaços.

Belo Horizonte, Goiânia e Brasília cumpriram satisfatoriamente, dentro das atribuições confiadas, o seu papel ao se tornarem pólo de atração e irradiadoras de



desenvolvimento, sendo elas, portanto, ponto de partida para a ocupação do interior do país.

### **Capítulo 3 - BRASÍLIA: O DISCURSO EM CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

*“Brasília não é apenas a residência do príncipe, como Versailles, Brasília é uma cidade. Todas as cidades são dantescas, têm seus infernos, purgatórios e paraísos.”*  
Ana Miranda

O sonho de Dom Bosco na noite de 30 de agosto de 1889 indicava que, numa faixa de terra compreendida entre os paralelos 15 e 20, entre a cordilheira dos Andes e o Oceano Atlântico, floresceria uma civilização que viveria em grande desenvolvimento; resumidamente Christiaen, por Dom Bosco, relata que,

Na região do Goiás, região de um grande Planalto, vejo elevar-se uma terra de riquezas inestimáveis, as quais um dia serão descobertas. Vejo se elevar uma grande civilização sobre este planalto, a bordo de um lago, entre o 15º e o 20º paralelo. Lá surgirá uma futura terra prometida...lá correrá leite e mel...lá será de uma riqueza incomensurável... (Christiaen, 1978: 169)

A profecia de Dom Bosco é reconhecida oficialmente tanto quanto por historiadores, políticos e pesquisadores da cidade. Com relação, diz Holston:

A interpretação oficial sustentada que a topografia desta visão corresponde precisamente a do sítio de Brasília, construída entre décimo quinto e décimo sexto graus de latitude, e que o “lago que se formava” seria o lago artificial da cidade, o Paranoá... para confirmar mais uma vez que São João Bosco estava se referindo à nossa capital... a grande civilização que ora surge no Planalto Central do Brasil, o Santo afirmou que aqueles sonhos descritos seriam vividos na terceira geração. (Holston, 1993: 24)

No imaginário social, esse ideário foi sonhado como uma grande e nova civilização, caracterizada como um paraíso de fartura e abundância por muitos interessados na construção da cidade, tanto é que o uso da profecia do Santo italiano sempre esteve permeado nos discursos oficiais da cidade.

Pouco tempo depois da profecia de Dom Bosco, constaria oficialmente na constituição de 1891 a previsão de uma nova capital para o Brasil localizada mais ao interior do território nacional. Porém, tal idéia de remoção da capital já existia desde finais do século XVIII (1789) motivada pelos inconfidentes de Minas Gerais, que tinham como decisão criar uma nova capital. Após a Proclamação da Independência (1822), José Bonifácio, inspirado no exemplo de Washington, insistia na idéia da mudança da capital para o interior do Brasil.

Com o advento da República (1889), Floriano Peixoto nomeia uma equipe chefiada pelo astrônomo belga Luiz Cruls para delimitar a área em que deveria se estabelecer a nova capital do Brasil. Assim, em sete meses de trabalho, de meados de 1892 a princípios de 1893, foram percorridos mais de quatro mil quilômetros realizando um levantamento geográfico minucioso da região. Desse trabalho resultou o Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, podendo ser considerado como o primeiro ato efetivo no sentido da transferência da capital para o interior do território. Chama-nos a atenção quanto à precisão de suas informações técnicas, sendo comprovadas quase 60 anos depois, pela expedição estadunidense Donald J. Belcher & Associados.

A premissa constitucional de transferência da capital traduziu-se numa vontade que perdurou anos no imaginário dos políticos e da população em geral. Muitas eram as manifestações de apoio e contrárias ao tema da mudança. O próprio Cruls, finalizando o seu relatório, defende a transferência da capital com um discurso de inspiração positivista, relatando que,

“Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que d’essa medida podem provir, acreditamos que elles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas as idéias progressistas e que considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inherentes, acham preferível não sahir dos trilhos da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso”. (Cruls, 2003:111)

O pensar numa nova capital para o Brasil – Brasília – partia então, tanto do ponto de vista da perspectiva do desenvolvimento como agente civilizador, quanto como pólo de povoamento aos sertões brasileiros, como agente de integração nacional. O discurso estratégico de modernização estava presente e envolto ao nascimento de Brasília.

Na Constituição de 1946, constava novamente a transferência da Capital para o interior do país. No mesmo ano, o governo Dutra criou a Comissão de Estudo para a Localização da Nova Capital, chefiada pelo general Poli Coelho, que, além do estudo da área demarcada, ampliou-a. Nesse momento, “o processo de

mudança se agiliza, com a urgência requerida pelo processo de acumulação capitalista” (Peluso, 1998:45).

Para a localização da nova capital do Brasil, buscou-se superar os problemas das cidades sem planejamento, sendo recomendado estudos de sítios no estado de Goiás baseado em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições climáticas e da beleza local.

Em 1954, no segundo governo de Vargas, a firma Donald J. Belcher e Associados foi contratada para executar os levantamentos necessários para definição do local a receber a nova capital. Em análise, cinco sítios identificados por cores foram pesquisados. O sítio de cor castanho foi o escolhido a partir de uma avaliação climática, geológica e morfológica da paisagem, em que foi considerada a sua dimensão estética e humanizadora.

O sítio castanho é um sítio convexo, é aberto a todas as influências dos ventos predominantes e, durante os períodos de calmaria, tem uma forma topográfica ideal para promover a drenagem do ar através do sítio da cidade. O ar se movimenta do Planalto alto e seco através da área da cidade e se drena dentro do vale florestado do rio São Bartolomeu. Este vale florestado é de tamanho suficiente e está a uma distância suficiente para não constituir uma desvantagem. A área do sítio é bem drenada, condição esta que reduzirá a umidade a um mínimo. Ela é bem coberta com uma floresta que de árvores baixas de melhor qualidade que a de quaisquer áreas altas. Isto influenciará favoravelmente o micro clima e dessa forma reduzirá a temperatura do solo e a influência da radiação noturna. (CODEPLAN, 1991: 243)

Carpintero define a confluência da geografia da área destinada à construção da Capital como “uma paisagem de grande força, conferindo monumentalidade ao sítio, apenas pela localização”. (Carpintero, 1998:57). Assim, dois anos mais tarde, nesta mesma área, iniciou-se o trabalho de edificação da nova capital do Brasil.

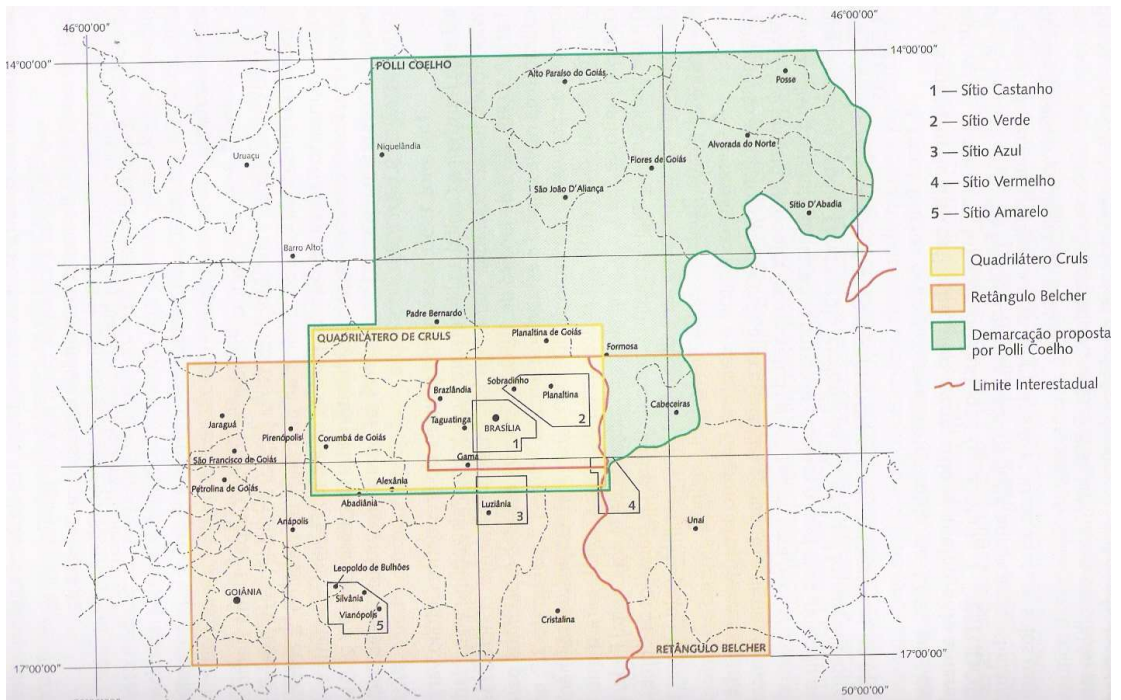


Figura 4: Demarcações – Distrito Federal

Fonte: Atlas do DF III-Sec.Governo, Sec.Educação e Cultura e CODEPLAN.

### 3.1. A cidade e o mito ou o mito e a cidade

A saga da construção de Brasília inicia-se quando o candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, assume publicamente e politicamente o compromisso de transferir a capital do Brasil para o interior do país, exatamente no dia 04 de abril de 1955, durante o histórico comício em Jataí, interior de Goiás. Porém, quando o compromisso foi assumido, o então candidato JK tinha em mãos um “programa de metas”, em que não fazia qualquer referência à transferência da capital. Todavia, o candidato não esqueceu a promessa eleitoral, JK ordenou a sua equipe a realização de estudos técnicos avaliativos para analisar as reais possibilidades de realização da obra. Após o aceno positivo técnico, o já eleito presidente JK envia ao Congresso Nacional mensagem referente à transferência da capital, causando enorme repercussão e motivando diversidade de argumentos, favoráveis e contrários sobre Brasília, sobrepondo no debate, incredulidade generalizada.

Presente na Constituição Federal há mais de meio século, o dispositivo indicativo da mudança da Capital já continha caráter utópico pelo tempo. Como acreditar agora que aconteceria? O próprio Juscelino sabia da importância em convencer a sociedade da necessidade de Brasília para o desenvolvimento da nação. Na tentativa de convencer e desvincular-se de uma paternidade polêmica, JK se ampara na lei e na história como suporte:

Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que, impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para nossa pátria. Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de aperto. Em torno de nós, a vastidão, os descampados, o país por conquistar, sítios admiráveis e, no entanto, nos agrupamos à beira mar, espiando as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o Oeste, voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país

um poderoso centro de irradiação de vida e progresso (JK, 1957- apud Oliveira, 2005: 177-178).

O tom do debate estava lançado. Mesmo com a estratégia lançada, de não vinculação da obra a um único e exclusivo grupo social, no caso o seu governo, o clima político conturbado da nação, em conjunto aos problemas financeiros básicos dos países periféricos, levava a acreditar na hipótese da incredulidade na façanha. Mas Juscelino agiria rápido em sua meta. Segundo Peluso,

No ano seguinte, Juscelino sancionou a Lei nº. 2.874, de 19 de setembro de 1956, que determinava a mudança para o Planalto Central e constituía a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), encarregada de administrar o espaço recém-formado. Finalmente, a nova capital deixava de ser apenas uma intenção discursiva para concretizar-se no Cento-Oeste (Peluso, 1998: 45- 46).

Entre o comício de Jataí e o projeto sancionando - a lei de transferência da capital – a velocidade da ação foi marcante. Desta forma, a simplicidade do projeto e o ideal desenvolvimentista seriam usados, exaustivamente, no intuito de sensibilizar a todos sobre a magnitude e importância para a nação da idéia da transferência.

Com teor quase que premonitório a todo o processo de apresentação do lastro histórico e mítico, invocando o ideal histórico - consolidado nas Constituições de 1891, 1934 e 1946 - o resgate das pesquisas das comissões mudancistas e a existência em lei que fixava o sítio definitivo da futura capital (castanho), em conjunto, se concluía que era chegada a hora da mudança. Tendo ainda, como referência, as experiências de Belo Horizonte e da recém criada Goiânia.

No mês de setembro de 1956 foi publicado o edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Sob a presidência do Drº Ernesto Silva, o concurso público seria restrito aos arquitetos brasileiros, o que contribuiria no reforço ao caráter mítico nacionalista de Brasília. Ainda no mês de setembro, JK sobrevoa a região e em suas memórias começara a vislumbrar o sentido exato da nova capital:

Sobrevoando o local, tinha uma visão antecipada do que seria Brasília. Já existiam homens trabalhando no

Cerrado – medindo, balizando, estabelecendo linhas de nível. Era a primeira leva dos desbravadores – os bandeirantes do século XX – que a vontade de um Governo estava mobilizando para criar um novo Brasil (Oliveira, 1974: 67).

Os ideais de grandeza e desenvolvimento, presença constante nos discursos dos mudancistas, se amalgamando a simbologia do “desbravador”, “novo Brasil” e “vontade do governo”, criavam um ar de que Brasília era obra de conquista, que deveria nascer sob o signo de fundação de um novo Brasil, cuja esperança do povo passava a ser depositada na figura carismática do desbravador Kubitschek.

As contradições referentes às imagens fundadoras da nova capital, se apresentavam em várias situações,

Primeiramente, impulsionaria a industrialização no país, mas negando ela própria a indústria em seu território. A divisão do trabalho entre o litoral industrializado e o interior agrícola não só estava bem firmado, como fazia parte do projeto da cidade. Segundo, apoiava-se no passado que, entretanto, devia ser negado, pois não proporcionara o desenvolvimento necessário. Apesar disso, era a condição anterior para o novo surto de desenvolvimento, o que era omitido, como se o movimento se encarnasse em Juscelino Kubitschek. {...} Terceiro, não falava como e quais os meios de que Brasília dispunha para ser o prenúncio desse grandioso progresso (Peluso, 1998: 46).

A conotação mágica atribuída a Brasília, como se o nascer dela desencadeasse naturalmente o progresso e o desenvolvimento, apresentava de forma clara, a grande mitificação em volta da construção da cidade, muito utilizada estrategicamente na questão de convencimento à nação, proporcionando principalmente ao trabalhador humilde o sonho de vida melhor, via a mística da modernidade na nova capital do país.

A contradição presente em Brasília entre o futuro e o presente, vivenciado naquele momento entre o mito e a realidade; para Holston, retratando a imagem do futuro imaginado e desejado,

Brasília representou a negação das condições existentes na realidade brasileira. Esta diferença utópica entre os dois é precisamente a premissa do projeto. Entretanto, e ao mesmo tempo, o governo a encarava como um meio para atingir esse futuro – como instrumento de mudança que teria, necessariamente, de se valer das condições que ele negava (Holston, 1993: 13).



A manutenção do mágico e a realidade deveriam inibir, de forma sutil, as contradições em torno de Brasília, porém, podemos crer que tal situação servira, antes de tudo, para responder à lógica do mercado que se introduzia, articulando a nova cidade com as exigências do capitalismo mundial. Dessa forma, a tentativa em transformar a sociedade e proporcionar qualidade de vida aos moradores por meio das formas e do mobiliário urbano, advindos da arquitetura modernista, também escondem as contradições que pretende erradicar. “Considerando as diferenças e os desejos dos moradores dentro de limites muito estreitos, podia projetar uma cidade muito singela” (Peluso, 1998: 47).

### 3.2. A concepção da expansão urbana da cidade

*“e a cidade ia tomando a forma que o olhar revelava”*

*Clarisse Lispector*

Reconhecida em todo o mundo como exercício do urbanismo modernista, Brasília, com seus edifícios em linha reta, seu traçado racionalista, pela inovação da superquadra e por sua distribuição setorial fez a cidade se apresentar ao mundo como cidade-projeto, idealizada na mente de seu criador e materializada no Cerrado brasileiro. Todavia, Brasília é, acima de tudo, uma cidade para uso das pessoas comuns que nela trabalham, circulam, habitam e se confrontam, sendo então produto direto da ação humana e representante da história de seu tempo.

A concepção original da cidade não considerou devidamente seus processos de expansão urbana e regional. No próprio edital do concurso para escolha do Plano Piloto não continha setas indicadoras para o desenvolvimento de uma aglomeração urbana. Paradoxalmente, sabe-se que Brasília teria a função de incentivar e direcionar o crescimento do interior do Brasil, a fim de desaglomerar o sudeste do país, inexistindo nela mesma o setor de atividade secundário.

A proposta de número 22 foi vencedora do edital para o Plano Piloto de Brasília. De autoria do urbanista Lúcio Costa, sua proposta foi identificada como a de melhor aceitação e compreensão. Apesar da qualidade do projeto, segundo Guedes, “perdeu-se a chance de trabalhar conceitos compatíveis em termos de estrutura urbana, sociedade e história. Faltou a compreensão de que Brasília estava predestinada a ser uma grande metrópole” (Guedes, 1985:68).

É possível pensar que Lúcio Costa não aceitou a vocação metropolitana de Brasília em sua concepção, pois a fundamentou sem considerar a nova sociedade que se produzia, já naquela época, e seus fluxos. Uma sociedade que impunha novas condições às cidades como crescimento acelerado, fluxos populacionais, motivada pelo êxodo rural, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, dentre outros fatores contribuidores para dinamização da vida urbana brasileira, muito perceptível já na década de cinquenta. Modificações profundas na vida social não só em escala local, mas planetária que, entre outras coisas, suscitavam a

indispensável investigação de novas abordagens e relações sobre o ambiente urbano. Hobsbawm ilustra essa nova dinâmica como:

A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato (...)

Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo tornou-se urbanizado como jamais fora, as pessoas se mudaram dos campos para as cidades e, sobretudo, para a cidade grande (...) (Hobsbawm, 2001: 284)

Hobsbawm acrescenta ainda sobre a necessidade de um tipo novo de arquitetura e urbanismo, em que a cidade grande se apresentaria como “uma região de assentamentos conectados, em geral concentrados numa área ou áreas centrais de comércio reconhecíveis do ar como uma espécie de cadeias de montanhas de prédios altos e arranha-céus”. (Hobsbawm, 2001:84)

Mesmo carente de informações sociais para a construção da cidade, o traçado urbano de Lúcio Costa foi-se acomodando rapidamente no espaço delimitado para Brasília e a decisão sobre a expansão da cidade haveria de ser tomada mais adiante já em fase de construção, pois em seu relatório original, Lúcio Costa, não aborda nenhuma definição, sobre o modelo de expansão urbana adotado. Apenas relata que,

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região (Costa, 1991:20).

A análise dos fatos nos leva a crer que a previsão para a criação de cidades satélites, que abrigariam a população excedente e que só deveriam ser construídas depois que o Plano Piloto estivesse efetivamente ocupado e findo, modificava a ordem do planejador. Assim como a vinda maciça de pessoas fugitivas de duras realidades no campo e carregados de esperança de um melhor futuro na nova capital contribuiu para a dinâmica espacial marcada pelo rápido crescimento demográfico. Segundo Lúcio Costa,

Essa massa sofrida do nosso povo, que constitui o baldrame da nação (...) para cá afluiu, a fim de realizar a obra em tempo exíguo, com sacrifícios tremendos e

grande idealismo (...) Esse lastro, essa população que aflui e aqui está, não quis voltar, espariu-se e forçou essa inversão da ordem natural do planejamento que era as cidades-satélites virem depois da cidade construída (Costa, 1974:21).

Acreditava-se que um terço da população migrante regressaria, outro terço seria absorvida em atividades locais e a fração restante seria absorvida em atividades agrícolas, nos arredores da cidade. Nesse contexto, é cabível pensar numa exacerbação do poder do planejamento de Estado, pois na verdade a maior parte desse lastro de população, certamente não considerado nas previsões técnicas oficiais, permaneceu e “fincou raízes”; não retornando ao seu passado falido e cheio de anseios na busca em configurar o grande sonho de esperança idealizado no nascedouro de Brasília.

De caráter contraditório, a falta de planejamento referente à expansão urbana contrasta com a estratégia desenvolvimentista de ocupação dos “vazios” brasileiros, que movia os idealizadores de Brasília em seus discursos de modernizar a nação. Ao que parece, o que verdadeiramente importava era inaugurar a capital como símbolo de um suposto progresso como prática de uma estratégia governamental.

De fato, nas décadas seguintes “o país explodiu e na linha de frente, defrontou-se com o Brasil desconhecido e gigantesco – maior, muito maior do que podiam esperar seus planejadores e até seus governantes” (Orlandi, 1974:37).

A construção de Brasília representava para todo Brasil um marco desenvolvimentista, a inserção de fato do país no mundo moderno, porém os problemas da cidade também nasceram juntamente a ela e a segregação espacial se fez realidade para os operários (candangos) que vieram edificar a cidade, transformando num dos maiores problemas urbanos da capital. Em relato, Lúcio Costa diz:

“(…) em volta de cada canteiro de obras havia favelas que envolviam as famílias de operários. Daí a criação dos núcleos periféricos, para transferir as populações, “dando terreno” para que se instalassem de uma forma ou de outra. Como consequência, os núcleos se transformaram em verdadeiras cidades, as chamadas

ciudades-satélites, que tomaram o lugar das Cidades—  
Satélites que deveriam ocorrer” (Costa, 1974:26).

### 3.3. A segregação como ação de estado

Inicialmente, para melhor referenciar a avaliação, cabe apontar causas contribuidoras que proporcionaram a mudança da capital do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste brasileiro, representadas aqui em três correntes: econômica, geopolítica e ideológica.

A primeira corrente dava ênfase ao desenvolvimento econômico do Brasil central. A idéia baseada em que a transferência da capital administrativa para o centro do país alavancaria o desenvolvimento da malha viária, o que representava a interiorização e introdução do fluxo econômico e, naturalmente, o surgimento de novas fronteiras para a expansão do capital nacional e internacional.

Esta premissa se acomodou perfeitamente com o Plano de Metas na gestão de Juscelino Kubitschek, indicando Brasília como símbolo irradiador de desenvolvimento econômico para além da Região Sudeste, encaminhando ao Cerrado, evolução e inserção financeira. JK apresentou Brasília como fato destinado a marcar definitivamente a história do Brasil, pois afinal,

Tratava-se de construir uma cidade que deveria ser tornar a nova e definitiva capital do Brasil. Brasília foi apresentada ainda como a conseqüência direta de uma análise que compreendia o Brasil de então como nação ainda em formação, subdesenvolvida, apenas localmente industrializada, não tendo efetivamente conquistado seu grande território e desprovida de projeto nacional. Para o governo J.K, portanto, Brasília passou a ser a maneira mais rápida e eficaz de desenvolver o interior, de modernizar e integrar o país, enfim, de corrigir e reordenar o curso de nossa história, num processo logo intitulado “a construção de um novo Brasil” (Oliveira, 2005: 22)

A segunda corrente, de ordem geopolítica, referia-se à questão da segurança da Capital. Justifica-se que, neste caso, a interiorização daria à sede do governo melhores condições de defesa, “ilustrava-se inclusive, argumentando-se que a maioria das capitais das grandes potências eram cidades de hinterland (Washington, Moscou, Paris, Londres, Berlim)” (Gouvêa, 1995: 56); justificativa pouco convincente até mesmo para a época, pois o mundo já conhecia os horrores da guerra atômica e o desenvolvimento tecnológico bélico.

Nesse contexto, percebe-se que o argumento de segurança nacional se fez presente na estratégia de convencimento nacional da importância da transferência da Capital, pois significava, de fato, controle político no coração da nacionalidade, permitindo aos homens de Estado uma visão mais ampla do país como um todo.

O discurso geopolítico, muito utilizado na materialização de Brasília foi claramente voltado para o controle social e para o reforço da dominação. Constituiu um dos pré-requisitos básicos para a transferência da Capital Federal do Rio para Brasília.

As questões de natureza ideológicas – terceira corrente – também tiveram fortes influências na decisão para a construção de Brasília. A mudança da capital para o interior estava relacionada com a ideologia nacionalista que defendia os *projetos nacionais* e/ou, os *interesses nacionais*, levando consigo a simpatia de quase totalidade dos militares e também de grande parte da elite nacional.

Segundo Campos, acrescenta-se também, no governo JK,

O caráter “modernizador” ao enfatizar a necessidade de planejamento elegendo Brasília como oportunidade singular para demonstrar a eficácia de se administrar racionalmente as ações de governo, através da previsão e do controle, assumindo, desta forma, a ideologia que, entende o ato de planejar como uma ação eminentemente técnica-científica, ou em outras palavras, neutras (Campos, 1988: 77 a 78).

Pode-se entender também, como justificativa geopolítica com viés ideológico, para a transferência da capital, a questão populacional. Muito se utilizou do argumento de que o Rio de Janeiro não comportava o *status* de capital por ser “agitada” ao extremo, comprometendo o trabalho governamental que necessitava serenidade e paz interior. No Planalto Central haveria mais tranquilidade para governar, também por estar distante de influências estrangeiras; “no Rio de Janeiro ocorreriam “misturas de gentes indistintas”, ao inverso da nova capital, onde o controle das habitações e tipos de bairros deveria ser mais rigoroso” (Vesentini, 1986: 87).

Afastar do povo ou talvez manter o povo afastado, naquele contexto de agitação social da década de 50, foi um argumento geopolítico e ideológico

defendido principalmente pelo corpo militar, como mostra Vesentini, citando articulista carioca defendendo a mudança da Capital:

Há que considerar ainda que a excessiva concentração demográfica nos grandes centros urbanos é instrumento de primeira ordem para provocar graves distúrbios sociais, resultantes de desajustamentos individuais e coletivos, próprios das dificuldades e privações que as aglomerações causam (apud Vesentini, 1986: 84 a 85)

Além da justificativa geopolítica, a mística da modernização que envolvia Brasília, símbolo de ‘um novo tempo’, serviu também de base argumentativa para os defensores ufanistas da transferência da capital, instalando um clima em que as críticas e desconfianças levantadas sobre Brasília,

quer fossem os reclamos de trabalhadores das obras de edificação da cidade, quer fossem denúncias parlamentares sobre favorecimento ou outras irregularidades na construção de Brasília, ou ainda quaisquer objeções à transferência da capital federal para o ‘sertão despovoado’, eram rapidamente consideradas reacionárias em face ao seu caráter ‘científico’ e ‘técnico’, logo ‘progressista’, de que se revestia o planejamento da cidade (Vesentini, 1986: 136-137).

As contradições, motivadoras aos debates sociais, deveriam desaparecer do espaço da nova cidade. “Nada mais apropriado, portanto, para o modelo universalizante econômico que se introduzia do que o urbanismo modernista que influenciou Lúcio Costa na concepção do Plano Piloto de Brasília” (Peluso, 1998: 47).

Na observação dos fatos, no sentido de identificar causas contribuidoras para a criação de Brasília e a transferência da capital, analisando os contextos econômico, geopolítico e ideológico, é cabível crer que pouco havia de reflexão em direção dos direitos das camadas populares que iriam erguer e materializar o espaço social de Brasília, como se por um “passe de mágica” a ordem e a qualidade de vida surgissem via modernidade.

Como já retratado no capítulo anterior, vale lembrar que a concepção urbanística de Brasília foi realizada dentro dos princípios modernistas da Carta de Atenas. Nesta concepção *lecorbusiana*, “a cidade e cada residência deve ser uma máquina de morar”. Para o modernismo urbanístico e arquitetônico a cidade



Deve ser animada pelo espírito de geometria, com linhas e ângulos retos, ordem e eficácia, a rua deve ceder seu lugar às vias expressas, adequadas ao automóvel e aos pátios de circulação; o zoneamento contido no plano deve assegurar uma distribuição funcional, que classifique e ordene os espaços – setor de comércio, de diversão, áreas verdes, indústrias, residências padrão A, B, C, etc. (Vesentini, 1986: 157).

Dentro desta visão se combatia a desordem da cidade tradicional, como se o urbanismo modernista fosse um remédio para sanar situações urbanas caóticas, como se referia o próprio Corbusier, citado por Holston:

No dia em que a sociedade contemporânea, atualmente tão enferma, estiver bem consciente de que somente a arquitetura e o planejamento urbano podem fornecer a receita exata para sua doença, então chegará o dia em que a grande máquina será posta em movimento (Holston, 1982: 162).

Na verdade, o discurso modernista se escondendo por trás de um racionalismo sectário, mascarava as suas intenções verdadeiras de instrumentalizar o espaço e inseri-lo na lógica mercadológica a serviço do capital. Veremos a seguir que em Brasília houve um imbricamento perfeito entre os princípios geopolíticos que nortearam a transferência da capital e os preceitos da Carta de Atenas. Estes inspiraram à concepção do projeto de medro da cidade. Tal imbricamento – princípios geopolíticos e preceitos da Carta de Atenas – contribuiu para que Brasília fosse reconhecida em todo mundo como símbolo do urbanismo moderno, a única cidade tombada pela UNESCO por ostentar tais características.

No intuito de identificar as várias fases e estratégias governamentais, faremos uma avaliação da ação planejada na área de habitação, na busca de compreender até que ponto a cidade, como espaço urbano, foi coerente com as premissas que nortearam a transferência da capital do Rio para o Centro-Oeste brasileiro, identificando concomitantemente, práticas segregacionistas e de controle social durante a curta e rica história da Capital Federal.

Faz-se presente, no desenrolar da história de Brasília uma política de segregação socioespacial, já utilizando o discurso amparado na ordem moderna, traço temporal legitimador da cidade, vivenciada em práticas racionalista-tecnocratas. Como marca indicativa de segregação socioespacial, contribuidora para o problema de moradia do humilde trabalhador, pode-se citar a utilização da obra

da EPCT – Estrada Parque Contorno e o PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle de Poluição do Distrito Federal, em que foca a idéia de que o operariado deveria instalar-se, se não fora do limite do Distrito Federal, ao menos seria distante do seu centro urbano, o Plano Piloto.

A EPTC - Estrada Parque Contorno, realizada ainda durante a construção da cidade em 1958, foi uma exigência atribuída aos jurados do Plano Piloto de Brasília para o projeto ganhador de Lúcio Costa. Recomendava a realização de uma via circundando toda área de domínio da Bacia hidrográfica do Paranoá, com o intuito de cumprir a função de interligar o crescimento futuro da cidade e da população. Assim,

“a NOVACAP fez construir uma estrada que percorreria toda a extensão do divisor de águas da sub-bacia do Lago Paranoá. A chamada EPCT constitui-se hoje no anel viário da cidade, sendo referência para quilometragem das rodovias que partem de Brasília” (Carpinteiro, 1998).

Tal fato pode ser confirmado também, no trabalho *Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana: Brasília e Rio de Janeiro, da série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano*, editado pelo consórcio IPEA/UnB/UFRJ em 2002.

O PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal – contido no trabalho citado acima, relata que em 1970 estava

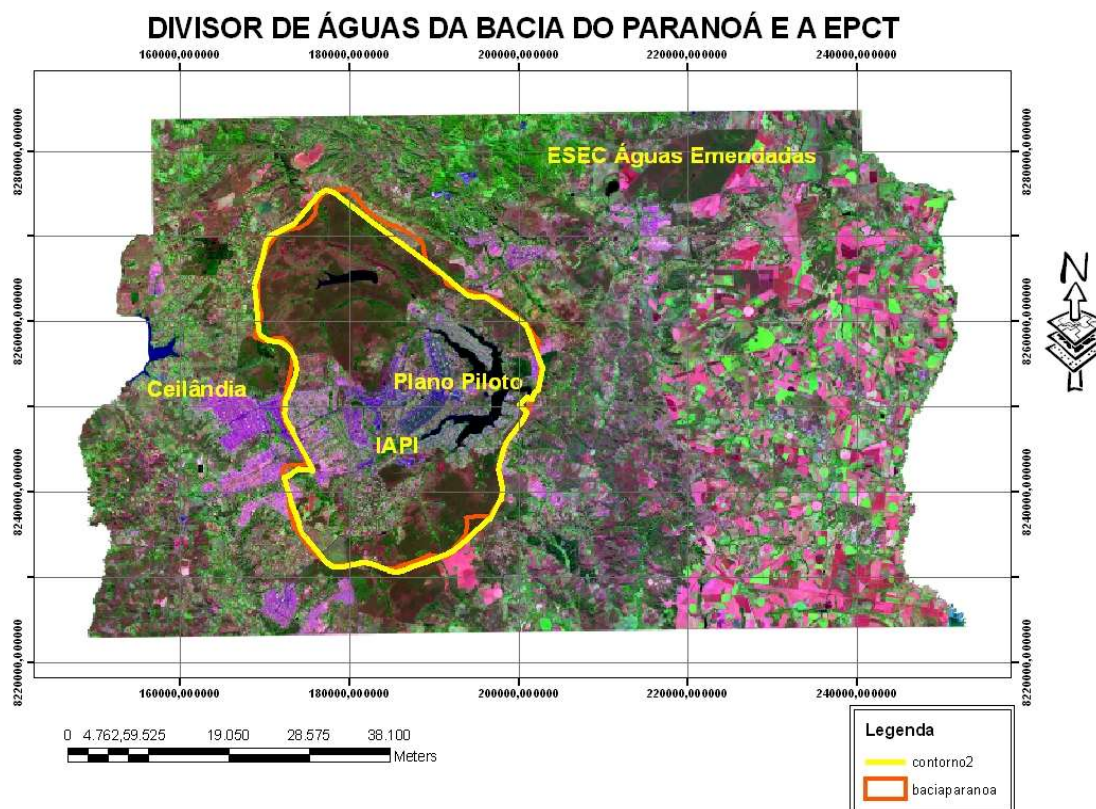


Figura 5: Mapa 2: Divisor de Águas da Bacia do Paranoá e a EPCT (2000)

Valdir Steinke

Vale ressaltar que o discurso tecnicista ambiental e de modernização, envolvendo a construção do anel rodoviário-sanitário da EPCT, contribuiu em grande forma para a retirada de famílias pobres residentes nas proximidades do Plano Piloto, pois por meio de concessões de terras, a NOVACAP absorveu, para o interior do anel, somente famílias representantes da classe média – com a criação não prevista por Lúcio Costa dos Lagos Sul e Norte e dos Setores de Mansões – expulsando para bem distante do Plano Piloto as classes populares. Fato que, ainda hoje pode ser observado:

Até mesmo a Cidade-livre, hoje conhecida como Núcleo Bandeirante (que permaneceu dentro desse anel) sofreu modificações do governo local para se “adaptar” ao espaço atual. O setor de mansões Park Way, encostado ao Núcleo Bandeirante, representou nada menos que uma tentativa de impedir o crescimento dessa cidade na forma de uma favela ou de um subúrbio descontrolado. O Park Way materializou-se, assim, no espaço físico como mais um local vendido à classe média. Ceilândia (antiga invasão do IAPI) foi instalada fora desse anel e as três letras do seu nome, CEI, indicam a sigla: Comissão de Erradicação de Invasões<sup>24</sup>. (Cruz, 2001:6/7)

---

<sup>24</sup> Em Brasília as favelas são chamadas pelo governo de “invasões”, tendendo transmitir na própria denominação a idéia de transgressão.

Os apontamentos de práticas de segregação socioespacial promovida pelo Estado, nos indicam uma clara força política que se configura numa relação de não socialização entre as classes de Brasília, em que acaba por deixar transparecer o forte caráter da desigualdade social típica do Brasil no novíssimo espaço urbano da Capital Federal. Para Buarque, “Brasília é um símbolo deste século que se termina e também um exemplo dos problemas da migração moderna, um caso típico da convivência do moderno com o nomadismo” (Buarque, 1997: 10).

Nesse contexto, para se referir aos imigrantes em Brasília que tiram do lixo produzido pela modernidade sua sobrevivência, Buarque elabora o neologismo *modernômades* indicando que,

São produzidos pela modernidade e vivem da modernidade. Vieram para Brasília expulsos pela modernização em suas localidades de origem, atraídos pela modernização que fez a nova capital – mas nela não se integram socialmente, passando a viver do lixo que a modernidade produz (Buarque, 1997: 10).

A pobreza materializada no espaço urbano de Brasília pode ser analisada como fruto de práticas públicas a fim de preservar os ambientes nobres do adensamento populacional para cidadãos com maiores recursos financeiros, pois

No espaço finito e fechado do Plano Piloto, envolto por extensas áreas verdes de posse do governo, estava tudo o que era necessário para o bem-estar de seus moradores e para a função de Capital Federal. As mazelas dos grandes centros seriam afastadas dessa cidade burocrática, tranqüila e planejada. Encarregado de não permitir deturpações no Plano, a administração garantiria a equidade, a beleza e a harmonia, atuando neutra e racionalmente (Peluso, 1998: 48).

Tais práticas, como a EPCT e o PLANIDRO, podem ser vistas como preconceituosas e contribuidoras diretamente para impulsionar a segregação socioespacial vivenciadas em todo Distrito Federal, acarretando enormes prejuízos em qualidade de vida para a sociedade.

Como podemos observar no subcapítulo anterior – A segregação como ação de estado – o espaço urbano e, conseqüentemente a habitação, fizeram parte ao longo dos anos, de objeto da ação do Estado, ora se apresentando como controle social ou ideológico da população, ora como agente de privação de direitos dos habitantes desprovidos de posses, agindo sempre sob a lógica do capital. É neste

contexto que, analisaremos a política de habitação desenvolvida pelo governo do Distrito Federal na formação do espaço urbano da Capital Federal, em que se objetiva identificar aqui embates complementares e conflitantes, referentes à ótica do planejamento racionalista e os anseios dos habitantes no decorrer da ocupação espacial de Brasília, visto na pesquisa como práticas sociais do cotidiano.

#### **A. Da construção à inauguração – ações segregacionistas**

Com início nos idos de 1956, a etapa da construção da cidade se estendeu até 21 de abril de 1960, data de sua inauguração.

A etapa inicial da construção foi marcada pela grande chamada-convite aos brasileiros para participarem da construção da nova capital do Brasil, retratada como oportunidade em contribuir para o nascer de um novo país. Brasília já simbolizava antes mesmo de o primeiro trator rasgar o Cerrado, a capital da esperança e da oportunidade de um Brasil mais moderno e justo. Assim, “houve intenso processo de migração atingindo uma taxa média de 109,88% ao ano, passando a população de 12.700 habitantes em 1957, para 127.000 em 1960” (Paviani, 1985: 60).

Os trabalhadores que vieram construir Brasília, chamados de Candangos<sup>25</sup>, vinham de todas as regiões do país, sobretudo áreas mais injustas e marcadas pela pobreza, representadas pelo Nordeste, Minas Gerais e Goiás. Muitas vezes eram trazidos em caminhões em condições desumanas, superando dificuldades, mas vislumbrados ao grande sonho de vida melhor.

As dificuldades na construção foram muitas e o ritmo das obras foi intenso. O primeiro esforço construtor se concentrou nos primeiros prédios públicos e algumas quadras residenciais na Asa Sul – quadras: 108, 208, 303, 105, 305, 410 e 411

Também nas proximidades da W3 Sul, 1.520 casas pela Fundação da Casa Popular e 4 conjuntos

---

<sup>25</sup> Definição do senso comum dada aos operários, vindos de todas as partes do Brasil, que vieram construir a cidade de Brasília.

habitacionais (9% da produção nacional) destinadas em princípio ao trabalhador de menor renda, mas que acabaram ocupadas em sua maioria por funcionários públicos de média renda (Gouvêa, 1995: 61).

A própria Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP – além das casas construídas pela Fundação da Casa Popular, construiu residências de dois pavimentos destinadas aos funcionários graduados que vieram também, assim como os candangos, para a construção da capital.

Também, os Institutos de Previdência foram responsáveis por grande parte dos convênios firmados entre o Governo e as empreiteiras envolvidas na construção dos blocos residenciais do Plano Piloto, já destinados, em sua maioria, a funcionários públicos graduados. Na análise dos fatos, observa-se que, desde a construção da cidade já ocorria uma

seletivização espacial, pois o Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante dos trabalhadores menos qualificados (Campos, 1988: 81).

Dessa forma, constituiu-se o Plano Piloto como espaço concebido para abrigar classes dominantes.

O período inicial da construção foi marcado por situações de intensa dificuldade para o trabalho braçal dos candangos. A remoção da terra e da vegetação produzindo um pó avermelhado quase sufocante, juntamente ao calor e a baixa umidade do ar da região, além do grande número de acidentes ocasionados pelo trabalho extenuante e pelas pouquíssimas horas de descanso do operário; em conjunto, contribuíram para o desgaste e o desconforto dos trabalhadores diretos da construção civil (Candango), caracterizada como quase desumana, até mesmo pelos apologistas de Brasília. Sobre o assunto, o historiador Ernesto Silva acrescenta:

“{...} ao lidador da primeira hora de Brasília, não foram permitidos o ócio, a pausa, a vacilação. Daí a dureza das obrigações, quase desumanas, que todos sentiram nos regimes de serviços e na exigência da rapidez e da perfeição da obra” (Sousa, 1983: 34 -36).

No período de construção de Brasília, as áreas residenciais se confundiam com os canteiros de obras. Os homens solteiros viviam em alojamentos e as

famílias nos acampamentos contíguos ou próximos as obras ou ainda na denominada Cidade Livre – primeiro acampamento operário da capital.

Era clara a distinção entre as moradias destinadas aos técnicos e políticos e aos operários em geral, apesar de todas as casas serem construídas em madeira. Além de facilitar a locomoção, por conta da proximidade das casas, entre patrão, empregado e a obra, cumpriria também a função estratégica em permitir o controle total sobre a vida privada dos trabalhadores humildes, controlando-os sempre de muito perto.

Apesar dos fatos, a construção de Brasília tenta passar, sobretudo na maioria da literatura produzida, que neste período predominava um clima de igualdade e fraternidade entre os que participaram da construção, consolidando uma visão romântica e vitoriosa no nascimento da nova capital brasileira. Citando Sodré, Vesentini relata que,

Os trabalhadores, vindos de todos os cantos do País, num movimento semelhante à corrida do ouro na Califórnia e no Alasca, tornaram-se autênticos heróis, foram logo conquistados por esse espírito de luta e de solidariedade e os empreiteiros das obras aderiram ao ritmo fabril de trabalho, atendendo às exigências de prazos, esforços que permitiriam, por exemplo, a construção do Palácio da Alvorada em doze meses {...}. O entusiasmo a todos empolgava, sentiam que colaboravam numa obra grandiosa e podiam, assim enfrentar as dificuldades materiais e humanas e a campanha desatinada dos inconformados. Desse devotamento ao trabalho e desse entusiasmo resultaria um clima de união e amizade logo estabelecido: à noite os amigos se reuniam para conversar e batucar em guitarras e bandolins ou mesmo em copos e garrafas {...}. Ao amanhecer os passarinhos enchiam o ar com seus cantos, chamando ao trabalho. Esse ambiente será lembrado por Niemeyer, passados anos: “estávamos naquele afã de construir. Era todo mundo vestindo igual, comendo nos mesmos lugares. Esquecemos qual era a vida que a gente teria que levar depois” (Vesentini, 1986: 111-112).

Para os candangos, a esperança em busca da melhoria na qualidade de vida, a cada dia que se aproximava da inauguração da cidade, ia se distanciando, pois já se percebia que a cidade que construíram não era para pertencer-lhes.

As diferenças existentes, referente ao reconhecimento, quanto ao trabalho do candango e dos técnicos e políticos são enormes, como já relatados. Enquanto o

corpo tecnocrático – arquitetos, pesquisadores e políticos – foi exaltado e acolhido nos melhores ambientes da cidade, os operários humildes, que na realidade deram seu sangue para construir a cidade, foram removidos para as distantes Cidades Satélites, logo após a conclusão das obras as quais estavam engajados no Plano Piloto.

O processo de remoção inicial se deu antes mesmo da inauguração de Brasília, no ano de 1958 com a retirada dos moradores da favela Sara Kubitschek, localizada ao longo da Rodovia Brasília-Anápolis, para a recém criada Cidade Satélite, denominada Taguatinga, seguindo essa lógica de remoção durante toda década de 60 e intensificando sua ação na década seguinte à inauguração da Capital Federal, como veremos a seguir.

## **B. A erradicação como prática ordenadora**

*“o melhor lugar do mundo é aqui, e agora!”*

*Gilberto Gil*

Como já é sabido, antes mesmo da cidade ser inaugurada já ocorria o processo de desativação e remoção dos acampamentos de obras e a erradicação de



favelas nas proximidades do Plano Piloto, respondendo a política de proteção da Bacia do Paranoá, conforme exigência do PLANIDRO. Os Candangos foram então transferidos para as recém criadas Cidades Satélites de Sobradinho e Gama no início da década de 60 e para expansões de pequenos núcleos urbanos já existentes em Taguatinga, inaugurada em 1958. Como marco delimitador de pressões demográficas e ambientais, o contorno demarcatório de limite de ocupação foi explicitado pela EPCT (Estrada Parque Contorno). As cidades pré-Brasília, Brazlândia e Planaltina, incorporadas aos fluxos da nova capital, também receberam contingente de candangos transferidos.

Também na década de 60, precisamente em 1961, o Núcleo Bandeirante foi criado, substituindo o histórico assentamento candango denominado de Cidade Livre. Tal fato pode ser caracterizado de grande expressão, pois a criação desta Cidade Satélite, dentro do limite da EPCT, próxima ao Plano Piloto, se deu pela força da mobilização popular, particularmente dos comerciantes do local. Outro fator a ser levado em consideração como fator complicador para a remoção da Cidade Livre, no qual contribuiu para a fixação dos moradores humildes, estava em sua elevada densidade populacional, já vinculada e ambientada naquele espaço.

O nascimento da Cidade Satélite Núcleo Bandeirante se constitui então, num exemplo pioneiro, em que o embate entre o planejamento racionalista articula de forma complementar com as práticas sociais do cotidiano - o espaço vivido. De grande importância histórica e social, a formação da Cidade Satélite Núcleo Bandeirante representou o primeiro “diálogo” entre detentores do poder técnico e os anseios sociais, em que forças populares prevaleceram à poderosa máquina estatal na construção de Brasília, vencendo preconceitos e pressões.

Já no final da década de 60, iniciando a de 70, num segundo momento da remoção de assentamentos e favelas, o Estado retira das proximidades do Plano Piloto os remanescentes candangos, transferindo-os para as cidades satélites já criadas e também para o núcleo provisório denominado de Vila IAPI, às bordas do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO – próximo ao Núcleo Bandeirante. Aqui trataremos a Vila IAPI de forma particularizada, por ser um recorte espacial bastante ilustrativo para responder as indagações propostas na

pesquisa. A intenção é identificar embates entre o planejamento racionalista na configuração do espaço urbano de Brasília e as ações que presidem as práticas sociais cotidianas, apresentando-se, ora de forma conflitante, ora de forma complementar.

De fato, a Vila IAPI nos oportuniza identificar ações diretas dos órgãos planejadores, em que o Estado agiu de forma autoritária e truculenta. Satisfazendo basicamente as exigências e necessidades do mercado imobiliário capitalista e da pequena elite local. Houve a retirada dos moradores de áreas de grande interesse imobiliário, localizado dentro do limite demarcatório representado pela EPCT.

O Estado pouco se importou com a qualidade de vida dos moradores favelados, sendo os mesmos taxados pelos agentes governamentais, como invasores. O intuito era claro, de desqualificar e deslegitimar resistências em busca da fixação dos “invasores” em áreas abastecidas pelo mobiliário urbano e próximo ao Plano Piloto. Tal fato nos leva a acreditar que, manter os favelados no IAPI, facilitaria a inserção social desses cidadãos de baixa renda.

Utilizando da argumentação de organização espacial e ambiental da nova Capital Federal, o governo cria, num primeiro momento a Vila IAPI para “proteger” o centro urbano (Plano Piloto) do adensamento populacional. Moradores “invasores” do Plano Piloto foram então conduzidos para a denominada Vila IAPI, cerca de 15 quilômetros de distância, próxima à antiga Cidade Livre. Em pouco tempo outras pequenas vilas-favelas foram se aglomerando à Vila IAPI, formando o que chamamos de complexo IAPI, sendo a maior favela concebida na Capital Federal. Este fato passou a fazer parte das preocupações do governo, que conduziu um plano de retirada dos favelados para uma área ainda mais distante do Plano Piloto, a nova cidade satélite Ceilândia, cujo nome deriva da sigla C.E.I – Campanha de Erradicação de Invasões. Assim, essa população favelada se distanciaria e também as parcas possibilidades de melhoria de qualidade de vida dela. Segundo Gouvêa,

A erradicação da Vila do IAPI se constitui no exemplo mais marcante deste período devido à forma como se processou a sua remoção, bem como à sua dimensão. Composta de 12.000 barracos, com uma população de 82.000 pessoas, foi removida contra a vontade de seus

moradores para um local sem infra-estrutura urbana ou comunitária, localizado cerca de 30 km do Plano Piloto (Gouvêa, 1995: 67-68).



Figura 6: Foto: Complexo IAPI 1969

É interessante ressaltar que a Vila IAPI apresentava em sua disposição espacial considerável adequação urbana. O seu traçado proporcionava aos moradores o encontro e o contato. A disposição e espaçamento dos barracos seguiam uma lógica igualitária e democrática, a área era generosa em arborização e sombreamento, apresentando certa bucolidade das cidades jardins moderna. De farta disponibilidade hídrica, contribuía além da resolução das necessidades básicas e higienização local, para dinamizar a economia, e lazer das crianças e adultos. Era comum os favelados se ajudarem pela representação cultural da cidade ou região de origem ou ainda pela relação de parentesco existente, facilitando a convivência comunitária. Além, é claro, da localização próxima, em contato viário direto com o Núcleo Bandeirante, o Guará, Candangolândia e com o Plano Piloto. Em forma de Cordel, moradores retrataram suas impressões ao ambiente da Vila:

Na Vila do IAPI tinha uma feira engraçada  
Vendia quase de tudo numa bagunça danada  
Saía até discussão do empregado com o patrão  
Só por causa da bolada.  
A água tinha na mina, vários poços derramando

Água pura e cristalina {...} gente jovem dançando.  
Em parte a vida era boa pra todos os habitantes  
Uns ficavam à toa, outros trabalhavam bastante.  
Ninguém reclamava nada, ninguém tinha desgosto  
Ninguém na sua morada pagava um só imposto.

Os próprios agentes governamentais envolvidos no plano de erradicação da Vila reconheciam as suas boas características socioespaciais. “Ela (IAPI) apresentava ruas bem traçadas, lotes cercados e em alguns setores um processo espontâneo de fixação, uma verdadeira comunidade de vivência e serviço” (Bastos, 1979: 03).



Figura 7: Foto: Espaçamento de rua na Vila IAPI (1971)

Foto: Aldo Paviani



Figura 8: Foto: comércio e cotidiano da Vila IAPI (1970)

Apesar de o Governo reconhecer às características positivas urbanísticas e comunitárias da Vila IAPI, a política de remoção e erradicação justificava sua prática baseada apenas em argumentos técnicos que atribuíam à “invasão” as exigências do PLANIDRO referente à contaminação dos córregos próximos e conseqüentemente a poluição do Lago Paranoá e sua Bacia.

Seguindo a linha argumentativa utilizada pelos erradicacionistas<sup>26</sup>, é importante ressaltar que em seus discursos explicitavam, sobretudo, a preocupação com o bem estar dos favelados. A estratégia utilizada pelo governo tinha como objetivo claro convencer os “invasores” dos benefícios que a erradicação provocaria em suas vidas. A explicação governamental ressaltava basicamente que,

As invasões se localizavam dentro do anel de Segurança Sanitária, o que era uma ameaça à saúde, tanto da população favelada, como de todo o Distrito Federal. {...} Todas as favelas estavam próximas à Cidade Livre. E a maior delas é a do IAPI. Os problemas sociais eram ali concentrados: mendicância, delinqüência, prostituição, criminalidade, menores abandonados, doenças contagiosas, etc. {...} E assim, as chamadas “invasões” do Distrito Federal, constituíam um rótulo negro na história e na beleza de Brasília. {...} Era a marginalização social de uma população bem intencionada (Bastos, 1979:14).

<sup>26</sup> Termo utilizado pelo autor da pesquisa para identificar os defensores e envolvidos diretamente com o governo de Brasília no processo de remoção e erradicação de favelas na década de 1970.

Também respondia a decisão de eliminação da Vila as exigências e recomendações do Plano Diretor de Brasília, elaborado pelo urbanista criador da cidade, afirmando que:

“Deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana, quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP –, promover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população” (Costa, 1974: 26).

É bastante representativa a expressão usada por Lúcio Costa, “acomodações decentes e econômicas”, pois clareia a intenção real do Governo em se criar núcleos residenciais de qualidade inferior ao do Plano Piloto para servir a população de baixa renda. Assim como leva-nos a entender que o discurso de proteção ambiental, levantado pelo Governo através do PLANIDRO, pode ser compreendido como preconceituoso e contribuidor para a segregação espacial no Distrito Federal, já que o mesmo espaço - protegido do adensamento do pobre - serviu muito bem para acomodação de populações de renda média e alta, posteriormente.

Assim como ocorreu na vizinha Cidade Livre, tentativas de organização de resistências a não erradicação foram fracassadas. Talvez pelo peso de serem tachados como “invasores” e/ou mesmo pela promessa de serem assistidos e beneficiados de fato, com a transferência da ilegalidade para a legalidade. Ainda assim, grande parte dos favelados via com muita desconfiança o desejo do governo em remover sua moradia. “Alegavam que o local para onde iam era longe do trabalho, era cerrado, que iam distanciar da vizinhança que eles tinham na Vila e que se desmontasse o barraco, as tábuas eram velhas e depois da remontagem, não daria para fazer outro do mesmo tamanho” (Bastos, 1979: 18).

A Campanha de Erradicação de Invasões – CEI – agiu rapidamente e justificando a natureza da modernidade que envolvia a formação de Brasília, negou a estratégia tradicional de erradicação já utilizada em São Paulo e Rio de Janeiro. Para o Governo, a melhor estratégia “seria dar o lote ao morador, com mínimas condições de infra-estrutura, para ele aos poucos ir integrando-se ao meio social” (Bastos, 1979:18).

Vale ressaltar a tentativa governamental em conduzir em Brasília um processo de remoção diferenciado das práticas oficializadas pelo Estado brasileiro, indicando uma tentativa de mudança aos modelos de cidade “arcaicos”. Pode ser compreendido como uma forma de manter fidelidade aos preceitos modernos envoltos na formação da cidade, mas também, aparentemente, disposta a contribuir em melhorias sociais ao favelado. Relata Bastos que,

A Comissão procurou também afastar-se da concepção técnica ligada meramente aos aspectos físicos e urbanísticos. O desfavelamento foi visto não como um problema estético, mas como um problema humano e que, portanto, merecia solução também humana (GDF, 1986: 07).

Tal fato nos permite refletir que o processo de erradicação sob os olhos do Governo realmente poderia ser a estratégia ideal para contribuir de fato, na busca de melhorias para a população sofrida que veio erguer a Capital do País e ao mesmo tempo, responder as pressões e anseios imobiliários de valorização do espaço próximo ao Plano Piloto de Brasília.

Assim, a prática de desfavelamento adotado no processo de formação do espaço urbano de Brasília, representava o que se vivenciava politicamente em toda nação, em que a imposição dos representantes políticos direcionava os rumos do espaço, através de métodos modernizantes, sem ao menos discutir e debater com os maiores interessados no assunto, que é a sociedade somada a seus desejos. Dessa forma, o Governo não mediu esforços para atingir seu objetivo de remoção:

Iniciou-se então um trabalho de preparação da população para transferência através de líderes naturais, das escolas, igrejas, instituições orientadas por Assistentes Sociais. Este trabalho constou de reuniões com as lideranças e população em geral, cartazes, folhetos e visitas a nova área, com todas as informações sobre a futura cidade (Bastos, 1979:18).

A lógica de valorização dos espaços nobres retirando favelas seguiu com a implantação de vários loteamentos distantes do centro urbano detentor de empregos. O governo utiliza como estratégia de convencimento ao morador favelado os supostos benefícios do seu novo ambiente. “Houve aviso que ninguém ficasse assustado, que a área era definitiva. Prometiam água, luz e esgoto. Quando cheguei o beneficiamento que tinha era só os marcos de torninhos marcando 25 x

10m<sup>2</sup>”. “Foi um verdadeiro fracasso, onde nós passamos até necessidade” (depoimento da comunidade removida, 1986: 11-12). Ao contrário do prometido, a política de erradicação de invasões se revelou bastante negativa para os removidos, principalmente, no ponto de vista social, ambiental e espacial. Fato reconhecido até mesmo pelos erradicacionistas: {...} “As ‘invasões’ tinham sentido para as famílias faveladas. Deixar um local onde viveu por vários anos foi difícil, mas a idéia do lote próprio falou mais alto” (GDF, 1986: 09).



Figura 9: Foto: Segregação socioespacial – Ceilândia 1971

No que se refere à questão social, a mudança da Vila IAPI para a Ceilândia ocasionou significativa redução de renda nas famílias. Por ser muito distante do Plano Piloto, a locomoção ficava mais cara para o centro ofertador de serviços. Muitas mulheres trabalhavam como domésticas ou lavavam roupas para as Cidades Satélites mais estruturadas e próximas, como Guará, Núcleo Bandeirante e para o próprio Plano Piloto, acrescentando substancialmente no rendimento básico de suas famílias. Para os chefes de família, também piorou muito a transferência da Vila IAPI, pois quase todos exerciam atividades na construção civil, jardinagens e etc., mas a distância e os elevados custos dos transportes contribuíram para que estes trabalhadores não chegassem mais ao centro urbano planejado que ofertava os serviços que eles executavam, de mão-de-obra barata. As dificuldades foram muitas com a transferência do Governo para a Ceilândia, diz Gouvêa:



Esclarece-se que no caso da mulher, a atividade de lavar roupa, consistia numa profissão das mais usuais entre as pessoas da antiga Vila, que não podia ser exercida na Ceilândia, nos primeiros tempos, devido à falta de água (Gouvêa, 1995: 69).

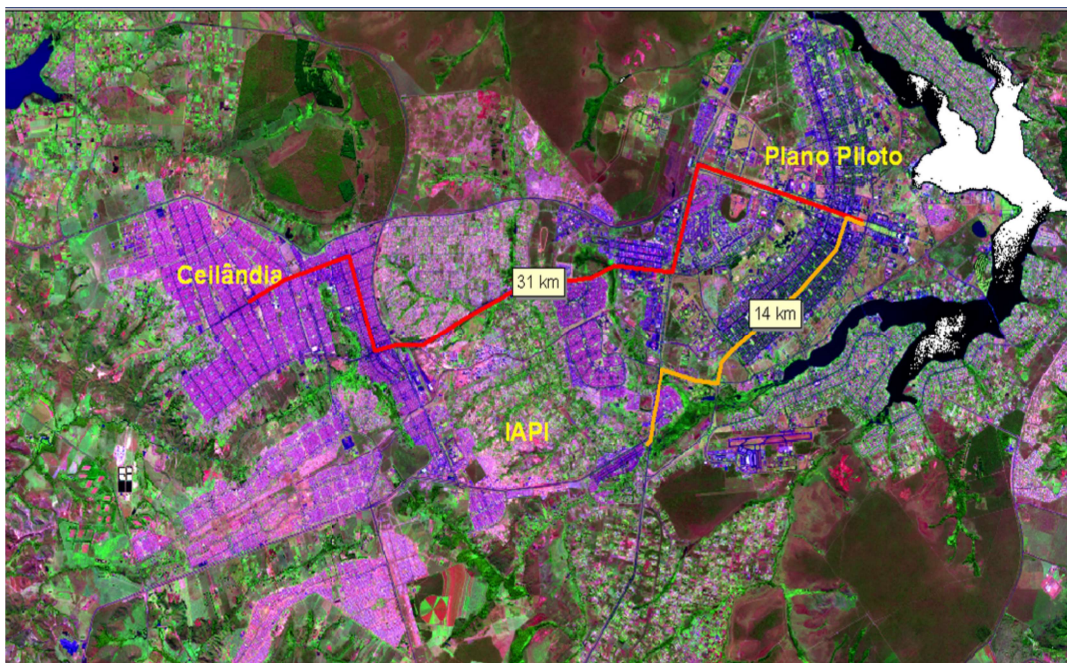


Figura10: Imagem: Percurso: Complexo IAPI e Ceilândia até Rodoviária do Plano Piloto (2000) Valdir Steinke

Além dos críticos à transferência, o próprio Governo via com certa perplexidade o recorte espacial destinado aos favelados transferidos e o quanto seria difícil a eles a vida num ambiente isolado e carente de tudo, em que nem mesmo a infra-estrutura básica prometida se fez verdade. Assim, prossegue a primeira administradora da Ceilândia, manifestando um discurso contraditório, diferente das promessas de convencimento aos favelados para a remoção:

Amanhecer em um local onde não existia uma única árvore [as Vilas eram cheias de sombra], erguer um barraco onde não havia uma única torneira d'água e nem cisterna; relacionar-se com vizinhos até certo ponto estranhos, realmente eram atitudes sobre-humanas (GDF, 1986: 11).

E prossegue ressaltando a dura realidade do transferido, evidenciada na falta de perspectiva que se instalou nos favelados por encontrarem no novo local, escolhido pelo Governo, total isolamento espacial e social e decadência real de sua qualidade de vida, sendo estes, combustíveis ideais para impulsionar delinquência e violência na novíssima cidade-satélite de Ceilândia.

Na falta de infra-estrutura os moradores amargaram durante muitos anos a acumulação de lixo sem fim nas ruas e nas áreas especiais. Algumas pessoas aproveitavam dele para sobreviver. Enquanto isso, as

mulheres improvisavam tanques para lavar suas roupas (GDF, 1986: 57).

A expressiva queda na qualidade de vida da população removida da Vila IAPI para a Ceilândia se deu também pela redução drástica da renda familiar por acentuar completa dependência - da população - aos locais estruturados com o mobiliário urbano. Ao mesmo tempo, saltava na nova cidade-satélite os índices degradantes de violência, alcoolismo, prostituição, tráfico e desesperança. Como conseqüência, em menos de dez anos a Cidade Satélite criada para resolver os graves problemas sociais das Vilas-Invasões, se destacou com “o maior índice de criminalidade de todo o Distrito Federal” (Bastos, 1979: 32), sendo considerada, até hoje, como uma das Regiões Administrativas<sup>27</sup> mais violentas do espaço urbano de Brasília.

Em síntese, vê-se que em Brasília,

Desde o início da implantação da cidade, as favelas são banidas do espaço urbano, são deslocadas no território e desmembradas em novos assentamentos promovidos pelo poder público na periferia. As que resistem são recentes aglomerados de pessoas pobres sem tempo de se estruturar em uma comunidade. Por outro lado, no local para onde são transferidos compulsoriamente assentamentos urbanos informais, sem função urbana definida (a não ser de moradia dos pobres), sem infra-estruturas, sem a presença do Estado, sem trabalho, onde todos estão há pouco tempo, onde ninguém conhece ninguém, onde inexistem relações de vizinhança e parentesco; a provisoriidade dos moradores e o remanejamento compulsório das pessoas impedem que se formem laços de solidariedade e de coesão social. Esses locais são uma porta aberta à penetração de criminosos, que se escondem no anonimato e na invisibilidade da população excluída (Ferreira e Penna, 2005: 80).

Mesmo com os problemas em evidência, a política de remoção de favelas continuou de forma autoritária, contribuindo para a fragmentação social e perda de qualidade de vida dos favelados. A grande campanha de Erradicação de Invasões – CEI – somente entre 70 e 76, “erradicou aproximadamente 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto” (Gouvêa, 1995: 71). Faz-nos crer no quanto o planejamento racionalista atrelado à acumulação capitalista, via mercado imobiliário, pouco se importou com os anseios e sonhos da população de baixa renda designada como invasora, focada na pesquisa na maior favela da etapa inicial

---

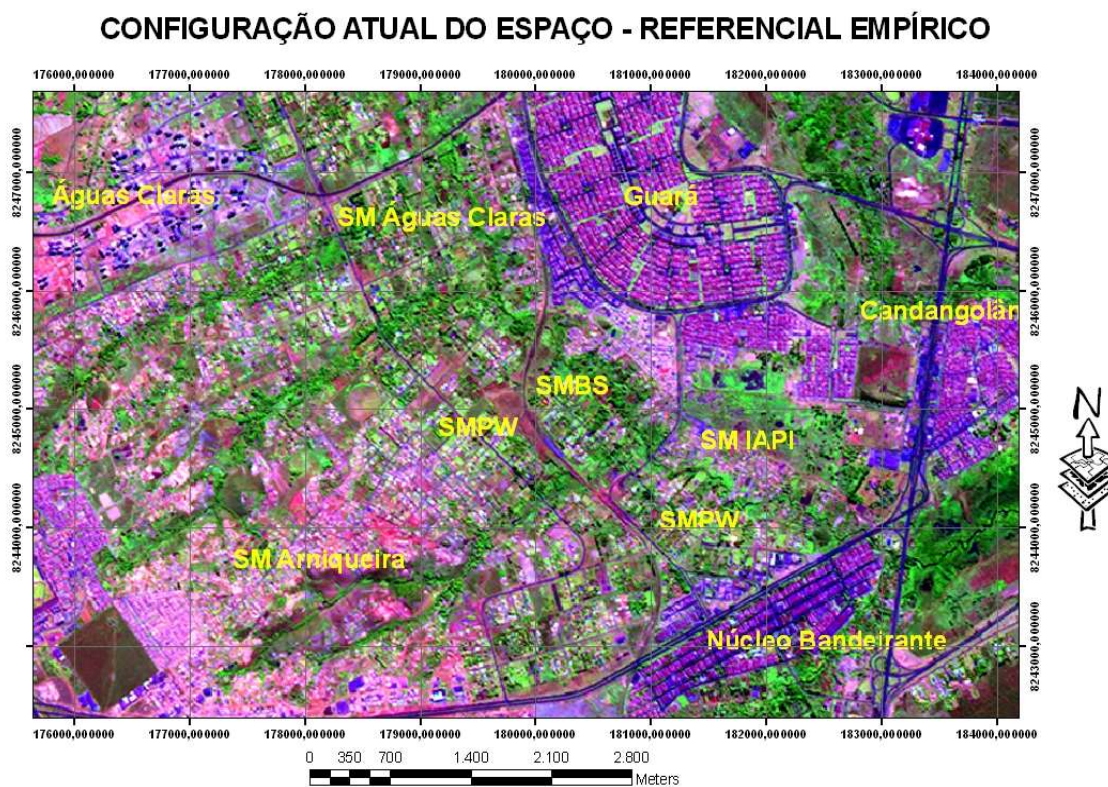
<sup>27</sup> As Regiões Administrativas do Distrito Federal são comumente referidas como cidades-satélites, servindo apenas como recurso burocrático.

da formação do espaço urbano da Capital Federal – o complexo IAPI - e contribuindo assim, para a degradação socioespacial que hoje está evidenciada por toda a cidade, sobretudo nas Cidades Satélites.

Tal análise nos leva a suspeitar que os argumentos ambientais de proteção da Bacia do Paranoá valeram como suporte para o discurso enganador, na tentativa de justificar a erradicação e valorização de área nobre, pois o mesmo espaço de remoção seria ocupado, pouco tempo depois, com moradias voltadas para a classe média e alta (Setor de Mansões Park Way, Guará II e diversos condomínios, inclusive o novíssimo Setor de Mansões IAPI). Cabe ressaltar que, a proteção da Bacia do Paranoá era sustentada pelo PLANIDRO, em que visava proteger a saúde da população do Distrito Federal.

Será que apenas a população de baixa renda – favelada - polui e degrada a Bacia do Paranoá?

Figura 11: Mapa 3:



## **CAPÍTULO 4: A ÓTICA DOS ERRADICADOS E RESISTENTES EM RESULTADOS DE ANÁLISES**

A metodologia seguida para desenvolver a proposta investigativa da dissertação, partiu da busca e montagem de um fato histórico no processo de formação urbana de Brasília, por meio da interpretação da concepção e remoção da Vila IAPI no final da década de 60 e início de 70.

Buscou-se primeiramente desenvolver uma pesquisa bibliográfica, objetivando sistematizar informações sobre as questões teóricas do planejamento racionalista e sua contribuição na formação urbana de Brasília, motivados pelos ditames da modernidade originados na Europa, direcionando uma nova ordem para todo o mundo e assim, também ao Brasil.

Posteriormente, a pesquisa em campo se fez necessária, tendo como foco duas Regiões Administrativas – Guará (Complexo IAPI) e Ceilândia – a fim de remontar trajetórias de vida e buscar marcas no tempo e na população envolvida no processo de criação e remoção da Vila IAPI e que direcionou a origem da cidade-satélite de Ceilândia.

Foram entrevistadas 40 pessoas, ligadas diretamente à dinâmica envolvendo o complexo IAPI e a Ceilândia, obedecendo a critérios de representatividade em função da problemática definida na pesquisa. Tomamos por referência trabalhar com entrevistas não diretivas, proporcionando maior liberdade ao entrevistado na exposição de suas idéias. Método este que melhor se adapta à pesquisa por centrar no campo dos valores e práticas cotidianas.

A faixa etária dos entrevistados variou entre 50 e 90 anos, num universo de mulheres e homens, em sua maioria natural da região Nordeste, seguido pelas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Marcados pela chegada em Brasília entre 1957 a 1985, foram motivados pela busca de qualidade de vida e moradia digna na moderna capital do país, Brasília.

A pesquisa em campo e as entrevistas foram aplicadas a partir do mês de maio a julho de 2007, tendo como principal objetivo obter informações que permitissem uma avaliação da reconstituição dos fatos nos ambientes citados, particularmente no que se refere à influência das formas de apropriação do espaço, das ações oficializadas pelo governo e resistência da população. Fatos interligados aos fluxos formadores da cidade de Brasília.

As entrevistas realizadas com os moradores do Condomínio IAPI e da Ceilândia para elaboração desta dissertação, teve como meta buscar subsídios para dar suporte às indagações propostas neste trabalho, referente ao processo de formação urbana da capital. Identificando nos entrevistados percepções, compreensões e práticas do momento de origem e remoção dos recortes espaciais escolhidos.

Dos entrevistados, 11 vivem hoje no denominado Setor de Mansões IAPI (SMIAPI). Outros 5 foram para outras cidades satélites, nenhum destes continuou na Ceilândia. A característica predominante dos entrevistados, considerados pioneiros do IAPI, é de uma total insegurança e desconforto, por ainda serem alvos dos agentes fiscalizadores – GDF, já que esses ocupam os maiores terrenos do IAPI, com características ainda rurais. São considerados de baixa renda, vivem em residências humildes (chácaras); são pequenos produtores cuja fonte de renda é baseada na produção de alimentos; suas chácaras foram fracionadas em pequenas glebas, pois os ocupantes são familiares diretos (filhos, netos e bisnetos), prevalecendo uma convivência familiar intencional - servindo assim como suporte econômico aos moradores pioneiros (chefes de família). As famílias têm fortes laços com o local, já que o ocupam há mais de vinte anos, sendo assistidos pelos equipamentos urbanos e serviços nas proximidades (Guará, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Plano Piloto).

Para registrar as diferentes formas de ocupação no espaço da Vila IAPI, vale ressaltar o caso de um dos entrevistados que vive solitário em seu casebre à beira do córrego Vicente Pires, ainda fugitivo da remoção. Mesmo sendo considerado um dos primeiros ocupantes da Vila IAPI nos anos 70, leva uma vida bastante humilde, realizando serviços primários. Não tem título de posse e

nenhuma garantia em documento de sua ocupação. Sozinho, sem familiares, prefere o isolamento por desconfiar de que todos que lá chegam, significam ameaça de retirada, o que muito dificultou nosso acesso a sua morada.



Figura 12: Foto: Cotidiano invisível

Foto: Tony Margoli (2007)

Em contrapartida, motivada com o fluxo de chegada da classe média no início da década de 1990, o setor tornou-se dotado de estrutura urbana, prevalecendo a ocupação em menores dimensões (mil metros), seguindo uma ordem condominial. Dentre os equipamentos urbanos disponíveis encontra-se asfaltamento de rua, saneamento básico, mercado, lava jato, salão de beleza, academia de ginástica, lanchonete, salão de festas.

Atualmente está configurada no espaço urbano do IAPI uma relação no qual chamamos na pesquisa como “relação de interesse ou conveniência”, caracterizada pela elasticidade social, no qual classes sociais distintas se relacionam, por depender da legitimidade do espaço e dos serviços oferecidos por ambos.

Dos 23 entrevistados removidos para a Ceilândia, 16 moradores ainda permanecem na cidade satélite, mas a maioria não ocupa os lotes originais, designados pelos planejadores. Os outros 7 residem em locais distribuídos pelo Distrito Federal e entorno. Considerados ainda de baixa renda, muitos dos moradores removidos convivem com dificuldades financeiras e a casa é dividida para mais de uma família. Predomina entre eles o desemprego e também atividades

autônomas. O que chama atenção é que, na opinião deles, apesar de alguns estarem em suas casas próprias, consideram-se injustiçados com a remoção da Vila IAPI para Ceilândia. Acreditam que se tivessem permanecido na vila IAPI, hoje suas condições seriam melhores, pois definem a Ceilândia como um local marginalizado pela sociedade. Já que a antiga vila “de vila” passou a ser “setor de mansões”, valorizando o espaço habitado predominantemente, hoje, pela classe média por seu principal atrativo: a proximidade do Plano Piloto.

## RESULTADOS DE ANÁLISES

Diferentemente da Cidade Livre em que, pela mobilização popular motivou a fixação da população no local, originando assim a cidade satélite do Núcleo Bandeirante, o complexo IAPI foi erradicado e seus moradores transferidos para a distante Ceilândia, ocasionando com esse processo, perdas de qualidade de vida pela fragilidade em infra-estrutura básica no local de recebimento.

Estrategicamente bem trabalhado pela equipe da CEI – Campanha de Erradicação de Invasões - o governo local não permitiu a possibilidade de organizar resistência a não remoção aos moradores do complexo de favelas do IAPI, mesmo sendo eles, em sua maioria, contrários a ela. Eles desconfiavam apenas que a distância seria um grande empecilho para o desenvolvimento de seus trabalhos, mas acreditavam em outros benefícios básicos, que num primeiro momento da satélite Ceilândia, ficou somente na promessa, como: água, saneamento básico, transporte e trabalho. Com efeito, a segregação física e social implantada pelo governo à classe operária erradicada, distanciando-os dos equipamentos urbanos do Plano Piloto, pode ser vista como uma política de controle social desta população, utilizando o espaço como instrumento que, se não impedia a mobilização da população segregada, ao menos dificultava ouvir os seus anseios e dessa forma fragilizar resistências. Tal fato nos leva a reflexão, imaginando a dificuldade que,

Os moradores de Ceilândia teriam para organizar uma manifestação de protesto na frente do Palácio do Buriti – Plano Piloto -, se o governo bloqueasse o transporte coletivo, ou mesmo a facilidade que a polícia teria para reprimir uma manifestação nos amplos espaços das cidades satélites ou Plano Piloto, ao contrário se o mesmo ocorresse numa favela (Gouvêa, 1995: 134).

Outra prática usada exacerbadamente pela equipe da CEI, com o intuito de convencer as 82 mil pessoas, moradoras da Vila à transferência e também inibir resistências, foi a utilização do termo “invasor” com a função de deslegitimar seus desejos, suas moradias e o seu direito em ocupar a região do denominado complexo IAPI. De forma ideológica, a possibilidade da casa própria foi utilizada, visando transformar o favelado “invasor” em inquilino, em proprietários do lote, animando o seu imaginário, resgatando seus sonhos, ressaltando a sensação de “vitória de



vida”, significando muito para um povo que passou boa parte de sua vida em busca de um mínimo de qualidade para ela. Assim, segundo um morador transferido:

“não fizemos mais força para ficar lá (complexo IAPI), por que eles nos disseram que o governo tinha escolhido uma área muito boa e seria nos lotes definitivos. Nos disseram que ninguém ficasse nervoso que na Ceilândia ia ter água, luz, transporte, escolas, enfim, todo o conforto, nós viemos enganados” (depoimento da comunidade removida, 1982: 10-11).

Dessa forma, o governo inibe e evita qualquer reação e atitudes contrárias que viesse modificar a estrutura do sistema proposto oficialmente.

A prática de cooptação também se fez presente na estratégia de convencimento adotada pela equipe da CEI para remoção de moradores. As pessoas mais influentes da vila, que tinham potencialidade de organizar alguma resistência, foram contempladas com lotes localizados em área privilegiada na nova cidade-satélite de Ceilândia, além de serviços na administração pública. Por outro lado, aqueles que dificultaram o processo de erradicação do complexo IAPI, ficavam isolados e discriminados, vulneráveis a mercê das ações truculentas da recém formada polícia de Brasília. Sendo também ameaçados a exclusão dos benefícios prometidos pelo governo como recebimento de alimento básico e acesso a água e energia, restando a eles, a aceitação sem luta à transferência.



Figura 13: Foto: Remoção do Complexo IAPI (1971/2)

Na perspectiva de nutrir nossa análise, segundo - a erradicacionista - Maria de Lourdes Abadia, “deixar um local onde viveu por vários anos foi difícil, mas a idéia do lote próprio falou mais alto” (GDF, 1986: 09). Assim, pode se observar que o controle social implantado pelos agentes do governo à população favelada, não se deu somente de forma espacial, visto aqui pela distância da Ceilândia, agindo também através da alienação utilizando o anseio à moradia e da cooptação de lideranças da antiga vila, como instrumento convencedor, legitimado pelo discurso do desenvolvimento e de modernização da sociedade.

Ponto interessante a ser discutido, também utilizado pelo governo como discurso convencedor à sua prática de erradicação, foi a de preocupação ambiental e de saúde pública, tanto dos favelados do complexo IAPI, como de toda a população do Distrito Federal, indicado pelo relatório técnico do PLANIDRO – Plano Diretor de Águas, Esgotos e Controle de Poluição do Distrito Federal – respondendo a política de proteção da Bacia do Paranoá. Visando o não adensamento populacional nas proximidades do Plano Piloto, demarcado pela EPCT – Estrada Parque Contorno -, tal argumentação ficou sob suspeita, pois a mesma área que não poderia sofrer adensamento populacional de baixa renda, por estar localizado dentro dos limites da Bacia, hoje convive com o adensamento populacional de classe média e alta, sob a cumplicidade do governo. Possibilitando assim, na interpretação dos fatos, afirmar que o discurso de proteção ambiental pode ser considerado hoje como frágil, de pouca consistência, visto que a valorização de espaço nobre sempre foi o foco maior do projeto de erradicação de favelas, sendo ele ditado pela lógica capitalista, via mercado imobiliário. Assim sendo, mais uma vez, aparentemente, o governo reorganiza o local ressaltando preconceitos para com a população de baixa renda, definindo áreas distantes e carentes, a eles, na periferia de seu centro urbano ofertador de serviços – Plano Piloto. Para ilustrar esse momento, o poeta cordelista Manoel escreveu:

Você sabe de onde venho?  
Você sabe de onde venho?  
Venho da Vila do IAPI  
Ali não pude ficar  
O lugar é privilegiado  
Eu sou assalariado  
Aos ricos posso envergonhar!  
Você sabe de onde venho?  
Com a filharada que tenho  
Lá eu não pude ficar  
Do morro do querosene  
Da Vila do Canavial  
Para não me envergonhar.

Vim do alto do Urubu  
Da rua do Padre Lino  
Ali eu era inquilino  
E aqui eu fui jogado  
Aonde tenho o meu barraco  
Que ainda não pude pagar.  
Você sabe de onde eu venho?  
Lá da Vila Esperança  
Que espera e não se cansa  
Por um lugar de morar.  
Eu sou um incansável!

Na perspectiva em organizar o espaço na fase inicial de Brasília, o discurso racionalista e tecnicista impetrado pelo PLANIDRO legitimou a retirada da massa de baixa renda de uma área de grande valorização imobiliária, principalmente por sua proximidade do Plano Piloto, descaracterizando uma vida comunitária já construída no ambiente das Vilas interligadas (Complexo IAPI).

Com o convencimento quase total dos moradores, a CEI também não hesitou em alocar os últimos resistentes em lotes mais distantes ainda do Plano Piloto, com intuito de separar, espacialmente, de outros possíveis dificultadores do objetivo governamental. “O mínimo de água nas quadras mais distantes, local destinado aos resistentes, levou sete meses para chegar aos que suportaram o total abandono na Ceilândia”, conta Manoel Jevan, cuja família foi erradicada da vila. Segundo ele,

“tal prática tinha como objetivo dificultar a vida desses considerados subversivos da vila IAPI, para que estes ficassem desestimulados com a solidão e a falta de perspectiva na Ceilândia e assim, aceitassem a passagem de volta, divulgada e distribuída pelo governo, para que retornassem à sua terra natal” (Em entrevista).



Figura 14:Foto: Ceilândia (1971/72) – Tempos difíceis

A prática de remoção nos leva a crer que o governo visou “limpar” a área ocupada pelos favelados da Vila IAPI. Existia no ambiente das vilas um espaço destinado à prática da prostituição, denominada pelos moradores como “Curral das Éguas”. Por tentarem permanecer na vila e apresentar certa resistência ao governo, a CEI tratou as mulheres prostitutas de forma mais rígida do convencional, exaltando também preconceitos:

“Elas tentaram resistir à remoção, pois a distância e o isolamento do movimento, iria prejudicar o sustento delas. Como não teve jeito de ficar, as moças receberam loteamento nas quadras residenciais mais distantes, das consideradas boas quadras e nem mesmo barraco de tábuas puderam fazer, pois não tinham recursos. O suporte do governo foi fazer barracos de lona para elas. Mas o frio era tanto que muitas pessoas morriam de frio nessa área, que não tinha nem acesso as outras quadras melhores” (Elenice Souza – Em entrevista).

Como visto, a prática estrategicamente preparada pela equipe da CEI, ditava a todo custo, que a meta do governo era o de erradicar e limpar completamente a área da vila, respondendo as exigências de valorização econômica do espaço próximo ao Plano Piloto, mesmo que para isso fossem utilizados métodos de convencimento de caráter autoritário e discriminatório.

Alguns moradores das vilas não convencidos com os benefícios prometidos pelo governo, resistiram à transferência de forma isolada, já que, como já

informado no capítulo anterior, a estratégia de convencimento realizado pela equipe da CEI aos moradores favelados foi vitoriosa e bem sucedida, pela ótica do governo, desmobilizando qualquer forma de organização dos moradores em associação ou cooperativa, como aconteceu na antiga Cidade Livre. Porém, assim mesmo, fomentou descontentamentos, visto em atitudes individualizadas e desarticuladas.

Tal dificuldade em organizar resistência popular comunitária, também se explica pelo período vigente de plena repressão militar, momento este em que não se permitia exercer questionamentos a decisões oficiais. Em contrapartida, como exemplo foi a origem da cidade satélite denominada Núcleo Bandeirante, que se deu anterior à ditadura, em 1961 por meio de organização popular. Configurando este ato na história da cidade como o primeiro em que o planejamento racionalista de Brasília trabalhou coadunado aos anseios, considerando as práticas cotidianas e vivência da população, contribuindo, assim com o bem-estar local.

Logo após a erradicação final do Complexo IAPI – 1972 -, um pequeno movimento ditando uma nova ocupação se inicia no local, realizado principalmente por pouquíssimos moradores resistentes a remoção, obrigando-os a viverem escondidos das constantes fiscalizações, abdicando do contexto comunitário. Assim, aos poucos e silenciosamente, esses remanescentes foram refazendo suas vidas no ambiente que já tinham vínculos estabelecidos, principalmente por possibilitar sobrevivência e subsistência, animada pela riqueza física local, permitindo criações, hortaliças, pomares, abundância hídrica e principalmente ofertas de serviços. Houve também, nesse período inicial da remoção, um pequeno retorno de moradores erradicados para a Ceilândia que não se adaptaram na nova cidade satélite, contribuindo para um novo fluxo de ocupação na Vila IAPI, no início da década de 80.

Importante ressaltar que esse movimento, de nova ocupação, foi acontecendo de forma silenciosa e ainda em pequeno número. Fato esse que aparentemente explica a desatenção dos órgãos fiscalizadores, permitindo assim uma nova fixação de moradias, mesmo não mais existindo a qualidade local anterior à remoção, pois a resistência individual ou isolada tinha um preço caro,

pois somente permitia uma vida camuflada pela mata original, ou em pomares na beira do córrego Vicente Pires e até em lugares insalubres, afim de que ficassem ocultados. Em entrevista, o morador José França lembrou das dificuldades de viver na Vila IAPI após a remoção, finalizada lá em 1972, “a dificuldade era muita. A convivência com os bichos e com o mato alto era grande. Mas era o jeito. Foi o jeito de levar a vida no canto que me dava o sustento. Sair daqui é que não podia”. Ainda hoje, o Sr. José França vive com sua família numa pequena chácara no Condomínio IAPI, produzindo diversas frutas, mel de abelha, melaço e caldo de cana e assim mesmo, ainda convive constantemente sob ameaça, realizada pelo governo, de retirada de sua família e de sua pequena chácara.



Figura 15: Foto: Sr. Zé França - Resistência no novo IAPI

Foto: Tony Margoli (2007)

Sorte menor teve um outro morador resistente à remoção. Conhecido apenas pelo apelido de Sr. Alagoas, ele ainda vive “escondido” em uma modesta casa, literalmente na beira do córrego. Sua única ligação de chegada ou saída por terra de sua modesta residência é apenas uma pinguela sob o córrego ou por dentro do próprio córrego. Leva uma vida com muita dificuldade. Relata que não havia moradores na vila quando chegou. “Cheguei aqui quando não tinha ninguém. Havia um aqui, outro aculá”. Apontando para lados contrários, porém dando a idéia de certa distância entre os outros “invasores”. Viver no isolamento e com medo da remoção, foi o motivo maior de sua solidão, continua o Sr. Alagoas: “nunca pude

ter família. Claro! Quem é doido em viver com um homem sem casa e que mora enfurnado no meio do mato?” (em entrevista).



Figura 16:Foto: Sr. Alagoas – um resistente à remoção

Foto: Tony Margoli (2007)

Para muitos dos erradicados da vila IAPI a forma de resistir à truculência do processo de erradicação impetrado pelo governo, foi o de permanecer e lutar pelo cumprimento das promessas de melhorias de qualidade de vida no local para onde foram transferidos, na Ceilândia. Negando ao governo, segundo Joaquim Nóbrega, e seu objetivo de “que todos desistissem de viver no isolamento e retornassem para as suas cidades de origem”. Ao contrário do esperado, “nós resistimos, fincamos pé e lutamos para erguer essa cidade, com muito sofrimento. Dessa forma, fundamos uma associação de moradores, chamada de ‘Incansáveis da Ceilândia’ e parece que deu certo. Ceilândia é hoje uma beleza, mas aqui não tinha nada. Só tinha mato, minhocão e cobra, fomos enganados pelas assistentes sociais e pela Maria de Loudes Abadia”. Continua ele: “Meu pai construiu o Congresso Nacional e morreu neste barraco de madeira aqui na Ceilândia, sem realizar o seu sonho de morar numa casa de alvenaria”. (Joaquim Nóbrega - em entrevista).



Figura 17:Foto: Joaquim Nóbrega (Poeta) - erradicado da Vila, morador da Ceilândia Foto: Tony Margoli (2007)

Na busca em ouvir e analisar o processo de remoção implantado pela CEI, nos possibilitou contatar uma agente da equipe de governo que participou ativamente, como assistente social, no papel de convencer os moradores a saírem da vila em direção à nova Ceilândia. Segundo ela, “os funcionários apenas sabiam da nobre oportunidade em participar desse processo, junto à população favelada, dando dignidade a eles; retirando-os de um lugar perigoso, pobre e sujo e conduzindo-os para melhor qualidade de vida em lotes próprios”. Interpretando os fatos, pode-se perceber que até mesmo os funcionários do governo não percebiam a exigência governamental em função da valorização de um espaço nobre da cidade, pois, a ex-assistente social entrevistada se mostrou surpresa com a nova ocupação no lugar da antiga favela pela classe média. “eu ajudei a retirar o povo de lá (IAPI), certa de que não poderia existir moradias naquela área” (em entrevista).

Na análise dos fatos, pode-se perceber que as consequências negativas foram significativas para muitos removidos, pois já conviviam de forma complementar com o ambiente da Vila IAPI. Mas para outros, com o passar do tempo, a Ceilândia se transformou num ambiente agradável e de grande significado aos antigos “invasores” do complexo IAPI, sobretudo após formalizarem diálogo com os agentes oficiais, por meio de associações de moradores (Incansáveis da Ceilândia), afim de que as suas exigências e anseios fossem levados em



consideração pelo governo, possibilitando assim, na nova cidade satélite uma convivência complementar.

Já no novo fluxo de ocupação no atual condomínio IAPI, como visto e analisado, ainda hoje, alguns moradores chacareiros antigos, convivem com o fantasma da remoção, subsidiando a hipótese levantada na pesquisa em que afirma que o planejamento racionalista, por intermédio dos fluxos da modernidade e da influência mercadológica de valorização de áreas nobres, contribuiu para a perda de qualidade de vida da população de baixa renda analisada - pelo complexo do IAPI –, quando identificadas ações tecnicistas de organizar o espaço social, moldando ambientes de moradia de forma autoritária e soberana, desconsiderando toda a complexidade no processo de formação urbana de Brasília.

Somado a esse pequeno fluxo de resistência isolada e de retorno à vila erradicada, uma nova forma de ocupação se inicia no espaço antes definido como complexo IAPI. A ordem urbana em formato de condomínio passou a ditar uma nova realidade de ocupação em quase todos os lugares da cidade, já no início da década de 90. Comandado principalmente pela classe média local, a área do antigo IAPI passou a receber levas de “invasores” não mais de baixa renda, atraídos pelas vantagens do local, sobretudo pela pequena distância do Plano Piloto e outras já mencionadas, ditando um ritmo de rápida valorização do lote, tendo agora a cumplicidade dos órgãos fiscalizadores. Fato esse que se articula a primeira eleição direta para governador e para a Câmara Distrital do D.F, em outubro de 1990. A partir desse fato, um novo diálogo de interesses se configura na capital, entre políticos interessados por votos e eleitores carentes por moradia.

O fator responsável por essa nova lógica habitacional no IAPI – em condomínio, pode ser ambientada pelo complexo momento eleitoral da cidade na década de 90, em que a terra de Brasília, por pertencer ao governo, foi utilizada intensamente como moeda de troca por votos, funcionando como principal massa de manobra e estratégia para legitimar poder político a um grupo. Mesmo que o custo social, ambiental e espacial fosse enorme, o domínio político na região do Distrito Federal passou a ser a meta, ainda amparado no discurso racionalista de organização do espaço urbano, via fluxos da modernidade.

Dessa forma, foi-se elevando o movimento de ocupação comandado pela classe média no espaço da antiga Vila IAPI. Os novos moradores, aproveitando da “cegueira” ou complacência do governo, organizaram suas residências em glebas menores – em 1.000m<sup>2</sup>; 800m<sup>2</sup> e 400m<sup>2</sup>. – e passaram a dialogar com os agentes governamentais que por sua vez, utilizaram a terra pública como garantia de fixação no local em troca de apoio estratégico, visando sempre às eleições e poder político. Tal prática chantagiosa, muito serviu para os novos ocupantes do IAPI, como também, passou a ser a segurança de fixação aos moradores antigos, pois agora havia para eles um suporte – da classe média local – com maior poder de diálogo com o governo, já que configurava um quadro novo em que seria interesse de todos nessa nova ocupação, como veremos: a) Para o governo, o ideal em valorizar o espaço nobre foi cumprido, podendo ele extrair impostos e dividendos políticos, além de que percebia na população carente por moradia uma massa produtora de votos e na terra pública, sob o seu domínio, importante moeda eleitoral; b) para os novos moradores, essa seria a grande oportunidade em ocupar uma valorosa área próxima ao mobiliário urbano do Plano Piloto, com característica ainda campestre e de elevada valorização imobiliária. Para subsidiar sua fixação, a nova classe média se apropriou do discurso de direito histórico de ocupação local, já que existem moradores antigos resistentes e pequenos produtores que teriam todo o direito de permanência no IAPI. Dessa forma, possivelmente o direito de ocupação também seria transferido para os novos condôminos de classe média. c) para os antigos moradores, que tanto sofreram com ameaças de remoção constantes, viram nesse momento, uma excelente oportunidade em legitimar sua posse, pois “se o governo não expulsar os ricos daqui, por que ele vai tirar nois? Além de aqui ter ficado muito mais bonito com essas novas casas e asfalto e tudo” (Dona Maria de Seu Quirino - em entrevista). Estabelecendo, nesse contexto, uma relação de suporte entre os grupos interessados na fixação local e na valorização do espaço.

Importante ressaltar que de fato, a partir da década de 90, não seria mais intenção do governo retirar esse novo fluxo de ocupação territorial no IAPI, visto que o próprio governo modificou o nome da Vila IAPI e o transformou em Setor de Mansões IAPI - SMIAPI, no primeiro ano do século XXI. Tal iniciativa nos

possibilita crer que, a ameaça maior para o governo seria a não valorização do espaço ocupado pela maior favela de Brasília (complexo IAPI), impedindo responder a exigência do mercado imobiliário em curso, inviabilizando assim, as exigências racionalistas do PLANIDRO, que indicava a proibição do adensamento populacional nas mediações da Bacia do Paranoá. Justificativa essa que orientou todo processo de erradicação dos moradores favelados, por meio da CEI durante o final da década de 60 e início da de 70, contribuindo com prejuízos sociais para muitos dos transferidos. Além de vultosos gastos do Estado na constituição política e física da cidade satélite de Ceilândia, ressaltando também preconceitos e fragilidades referentes ao planejamento racionalista de Brasília no processo de formação urbana da Capital Federal, tendo como suporte o discurso tecnicista do PLANIDRO.

Contudo se observa na atualidade (2007) do loteamento/condomínio IAPI, certa elasticidade social existente entre os moradores, constituídos de chacareiros de baixa renda, parentes dos resistentes e remanescentes da antiga vila e a classe média e alta que necessita do suporte histórico e legítimo dos moradores resistentes e também dos serviços oferecidos por eles – domésticos, jardineiros, pedreiros, marceneiros e outros, animando a vida econômica local. Portanto, diferente de outros condomínios e loteamentos irregulares da cidade, no novo IAPI se observa entre os moradores, aparentemente, certa convivência complementar, identificada na pesquisa como resultado de análise, sendo uma relação urbana de interesse ou conveniência entre classes na nova configuração espacial do IAPI.



Figura 18:Foto: Chácara remanescente no Setor de Mansões IAPI

Foto: Tony Margoli (2007)



Figura 19:Foto: Rua da ex-Vila IAPI, hoje Setor de Mansões

Foto: Tony Margoli (2007)

Compreender o que a pesquisa definiu como “relação urbana de interesse ou conveniência” no novo loteamento/condomínio IAPI, somente foi possível por intermédio da generosidade dos entrevistados e da minuciosa observação das marcas e rastros no tempo e no espaço que nos deram suporte para compreender e resgatar uma etapa na história urbana da cidade, caracterizada pelo recorte espacial denominado de Complexo IAPI. Oportunizando-nos observar, por meio do IAPI a dinâmica urbana na complexa formação da cidade de Brasília, na tentativa de

interpretar a trajetória dos embates exercidos entre o planejamento racionalista e as práticas sociais cotidianas. Contemplando assim, nossos objetivos estipulados na pesquisa.

Assim, na busca em compreender o vasto e contraditório percurso urbano de Brasília, nos remeteu identificar as influências advindas da Europa com o advento do iluminismo, consolidando a modernidade no século XX como um conjunto de experiências de transformação do mundo, compartilhado por pessoas em tempo e espaço diferenciados. Sendo assim, nos possibilitou compreender como a ideologia da modernidade, por meio do seu discurso estético – Modernismo - foi exaustivamente utilizada na maturidade do capitalismo para organizar e dominar espaços, em que a cidade herdeira da modernidade, se transforma no cenário principal das conquistas sociais e manutenção de poder.

Conclui-se, portanto que, o planejamento racionalista/funcionalista, definido pelo CIAM, orientou a dinâmica no nascer de Brasília. Comprovando nossa hipótese, quando identificado de forma absoluta, o planejamento racionalista contribuiu, de fato, para a ampliação de problemas socioespaciais da população de baixa renda na formação urbana, confirmando satisfatoriamente a base das questões desenvolvidas. Por outro lado, percebe-se que o planejamento racionalista também levou em consideração os anseios e as práticas sociais cotidianas da população, como consequência contribuiu para uma melhor qualidade de vida e na criação de cidades satélites, agindo assim, de forma complementar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta dissertação com o intuito de investigar o planejamento implementado pelo Estado como forma de intervenção no espaço urbano de Brasília, em um contexto de intensa agitação do mundo, atingindo diretamente o local pelos ditames avassaladores vindos da Europa em nome da modernização e modernidade.

Focamos como referencial empírico a Vila IAPI com o propósito de melhor compreender o processo de formação do espaço urbano de Brasília, concebida pouco tempo depois da inauguração da Capital Federal, em 21 de abril de 1960. Por ter sido palco de ação isolada e autoritária de intervenção do governo nos momentos iniciais da formação urbana de Brasília, a Vila IAPI nutriu a pesquisa revelando práticas do planejamento racionalista, através do processo de remoção e erradicação de favelas próximas ao Plano Piloto. Fato que culminou em distantes cidades satélites, contribuindo para a ascensão de problemas sociais e espaciais à população de baixa renda que veio erguer a capital do país, embalada pelos fluxos modernizantes. Este recorte espacial torna-se, então, bastante importante e generoso para nossas buscas, visando analisar práticas governamentais em contrapartida às práticas sociais cotidianas.

Brasília é gestada e materializada numa realidade marcada, sobretudo pela intromissão do Estado que, influenciado pelo discurso progressista de modernidade, busca a realização de processos relacionados ao desenvolvimento e à modernização. Visando instaurar um novo modelo de relações tanto sociais quanto culturais no âmbito regional, Brasília contribuiu para uma nova ordem ao país.

As interligações estabelecidas entre as noções de planejamento e anseios sociais no percurso de implantação e configuração do espaço urbano de Brasília, direcionaram nossos argumentos para além das concepções tecnicistas, geralmente delegadas ao planejamento. Aproximaram, também, de dimensões políticas e culturais que interferem no contexto da sociedade.

No Brasil, ao final do século XIX, novas cidades são criadas com funções explícitas de ordenação econômica e política, impulsionando formas típicas de inovações urbanas. Ações de governo reforçam os processos de acumulação de capital via mercado imobiliário e de simultânea interiorização do país, no caso de Brasília. Idealizando esses propósitos, o Estado utiliza-se de conceitos modernos de integração espacial e conduz a formação de um pensamento sobre a urbanização nacional, se apoderando da essência ideológica da modernização e dos preceitos modernizantes. Sendo eles utilizados como instrumento ideal legitimador de melhorias urbanas.

Nosso argumento sobre o planejamento urbano deu-se então, considerando especificamente a construção de cidades para serem capitais regionais, como Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, esta última identificada como tema central de nossa pesquisa, sendo interpretada por meio do estudo de caso da Vila IAPI, em diferentes contextos históricos na formação do processo urbano de Brasília.

As reflexões expostas confluíram no encadeamento da hipótese que direcionou os caminhos da pesquisa. Assim, trabalhamos com a idéia de que a ideologia da modernidade e o planejamento racionalista, respondendo à lógica de acumulação capitalista via mercado imobiliário, contribuíram para a segregação socioespacial da população de baixa renda no processo de formação do espaço urbano de Brasília. Por outro lado, o planejamento racionalista também se apresentou de forma complementar, coadunado às práticas cotidianas na configuração de cidades satélites, contribuindo assim, com menores desequilíbrios socioeconômicos e espaciais.

A primeira análise do planejador, de forma racionalista, coloca em evidência a figura do Estado, desde o início da construção de Brasília. Já em uma segunda análise, a utilização do espaço urbano é dinamizada pelos anseios sociais, em práticas sociais cotidianas. Resultam em novos significados e usos da cidade quando que se entrelaçam as forças do capital e as necessidades da população, e as possibilidades criadas para o diálogo dessas necessidades - planejamento racionalista e práticas sociais cotidianas.

Recorremos ao contexto histórico do medro do planejamento urbano, modalidade especial do espaço habitado, ressaltando não apenas a concepção tecnicista necessária à intervenção racional, mas concebendo-o composto de diversos agentes sociais que nele deixam marcas no tempo e no espaço. Os métodos de intervenção no espaço se fazem da racionalidade dos planejadores e dos relacionados às dinâmicas dos que vivem e conduzem as cidades. Ambos os fenômenos urbanos – planejamento racionalista e práticas cotidianas – não se isentam de processos imaginários e culturais que se articulam e produzem novos imaginários e novas representações.

Compreender o planejamento urbano aproximou-nos de demarcações teórico-metodológicas, que foi proporcionada pela confluência de rumos marcados pela interdisciplinaridade, as quais nos forneceram elementos fundamentais aos procedimentos da pesquisa.

Ao tornar-se objeto de conhecimento e de intervenção, a cidade atrai diversos olhares que complementam potencialmente a análise geográfica. Dessa forma, optamos por transitar, suplementarmente, pelos campos teóricos da Sociologia, da História, do Urbanismo e da Filosofia. Objetivando enriquecer a complexidade dos processos investigados.

Nesse contexto, pairamos os nexos fundamentais de análise nas referências atuais do debate historiogeográfico. Nutrir nas contribuições de Benjamin mostrou-se bastante rico para perceber um tipo de expressão e leitura da imagem urbana, em que permite a contraposição entre o planejado racional e o vivido por meio das práticas sociais cotidianas. Auxiliado por Bourdieu, mantivemos atenção às concepções sobre o discurso para apreender dimensões imaginárias e culturais, facilitando a realização e interpretação das entrevistas não diretivas. Essas realizadas com os agentes envolvidos diretamente na formação do processo urbano de Brasília, caracterizado pelo embate entre os preceitos do planejamento racionalista e as práticas sociais cotidianas.

Da mesma intensidade de importância para direcionar nossas proposições, foram as reflexões realizadas na pesquisa sobre a modernidade e sua



efemeridade. A necessidade em reportar às exigências baseadas na necessidade do rompimento de relações dominantes arcaicas para a sua instauração, revelou o seu caráter contraditório e ao mesmo tempo frágil, conduzindo, concomitantemente, à nova luz de valores do mundo e também, contribuindo para a exacerbação das desigualdades, devido ao não diálogo com a diversidade de anseios. Nesta ambientação, o sistema capitalista afirma-se capaz de destruir relações econômicas tradicionais e se impõe como forma dominante de produção, sendo o capitalismo a articulação ideal e complementar junto ao projeto da modernidade. Assim, historicamente, o percurso da modernidade imprimiu diversas experiências com capacidade de demonstrar o caráter universal e ao mesmo tempo local, assumido por ela.

Portanto, a modernidade é compreendida como conjunto de experiências de transformação do mundo; um projeto de autonomia do indivíduo e da sociedade. Como cultura avassaladora que se constrói a partir do século XVII, a modernidade invadiu outros espaços e realidades. No século XIX se desdobra nas idéias de modernismo como reação estética definidora das cidades, possibilitando assim, assumir maior poder de interferência no ambiente principal das relações sociais das sociedades – as cidades.

Dessa forma, na segunda metade do século XX, é possível sustentar a hipótese que reconhece Brasília como sendo o principal modelo modernista, via fluxos da modernidade e do planejamento racionalista. Tendo ela a obrigatoriedade em irradiar desenvolvimentos mesmo nos ambientes não considerados de todo modernos, como o Centro-Oeste brasileiro. O discurso do progresso e da modernidade se apoderou da construção da imagem da cidade.

Assim, a construção de Brasília cristaliza o discurso contraditório do progresso e da modernidade no país, principalmente ao interceder na região a racionalidade técnica e a equalização nas relações sociais e políticas e ao desenvolver processos modernizantes que multiplicam formas de trabalho e produção, transformam culturas e criam novos hábitos e costumes.

Encontramos na curta história da formação urbana de Brasília as marcas e as imagens que tornam identificáveis as representações da modernidade que se pretendia alcançar. Dando suporte ao nosso estudo, práticas isoladas do planejamento racionalista foram identificadas no tempo materializado da cidade, por meio de investigação na antiga Vila IAPI. Contribuindo, assim, para problemas socioespaciais da população de baixa renda e também, por outro lado, melhorias sociais na configuração de espaços em que houve diálogo entre as práticas sociais cotidianas e o tecnicismo racionalista no planejamento do espaço da capital.

Como agente contribuidor de mazelas socioespacial da população de baixa renda de Brasília e a partir da análise da questão do planejamento racionalista, observa-se que o fluxo capitalista e sua ideologia influenciam decisivamente nas ações do Estado na área da habitação, sendo o espaço manipulado para responder aos interesses econômicos e políticos do capital.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ADSHEAD, S. D. – “Camillo Sitte e Le Cobusier” – in: Sitte, camillo, A Construção da Cidade Segundo Seus Princípios Artísticos – SP Ática. 1992.
- ARGAN, Guilio Carullo – História da Arte Como a História da Cidade – SP. Martins Fontes. 1995.
- BACKO, Bronislaw – Imaginação Social – in: Leach, Edmundo et allii. Enciclopédia Einaldi. Lisboa. Casa da Moeda, 1985.
- BASTOS, M. L Abadia/ADM/CEI/GDF – Ceilândia: A Cidade... O Homem... O Trabalho Comunitário. FEDF.1979
- BALANDIER, O poder em cena – Brasília. UnB. 1980.
- BAUDELAIRE, Charles – Sobre a Modernidade – São Paulo. Paz e Terra. 1996.
- BERMAN, Marshall – Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar – S.P. Cia da Letras. 1986.
- BERNARDES, Genilda Darc – Cidade: Espaço de Dominação – In: Boletim Goiano de Geografia. Deptº de Geografia UFG. Jan/Dez. 1994
- BLAY, Eva Alterman – Habitação: A Política e o Habitante. In Blay. Eva. (Org.) A ] Luta pelo Espaço. Petrópolis. Vozes. 1979.
- BOLLE, Willi – Fisiognomia da Metrópole Moderna – SP. Fapesp/Edusp. 1994.
- BORDIEU, Pierre – O Poder Simbólico – Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil S.A. 1989.
- BRAUDRILLARD, J. – Modernité (verbete). Encyclopaedia Universalis – Paris. Production Rhamnales. 1981.
- BRUAND, Yves – A Criação de Novas Cidades. In: Arquitetura contemporânea no Brasil – SP. Perspectiva. 1981.
- BUARQUE, Cristovam – A Diáspora da Modernidade (Prefácio). In: Busztytn, Marce – Da Utopia à Exclusão: vivendo nas ruas de Brasília. RJ. Garamond. Brasília: CODEPLAN. 1997. p.11-18.
- CAMPOS, Neio Lúcio – A Produção da Segregação Residencial em Cidade Planejada. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília. 1988.
- CARPINTERO, Antônio Carlos – Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956 - 1998. Tese de Doutorado FAU-USP. São Paulo. 1998.
- CERTEAU, Michel – A invenção do cotidiano – Petrópolis. Ed. Vozes, 1994.

- CHAUI, Marilena – Crítica e Ideologia – SP. Cadernos Seaf. Agosto, 1978.
- CHRISTIAEN, Yves. La Mutation du monde. Denouveaux Cieux... Une Nouvelle Terre. Essai d'une Nouvelle Conscience Historique. Paris. Dervy-Livres. 1978
- COSTA, Lúcio – Registro de Uma Vivência – Brasília. Ed. UnB. 1995.
- \_\_\_\_\_. Relatório do Plano Piloto de Brasília. CODEPLAN/DEPHA: Brasília. 1991.
- \_\_\_\_\_. Considerações em Torno do Plano Piloto de Brasília. Brasília. In: I Seminário de Estudos Urbanos de Brasília. Comissão do DF. Gráfica do Senado Federal. 1974.
- CRULS, Luiz – Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Ed. Senado Federal Vol. 22. Brasília. 2003.
- CRUZ, Natália M. – Inclusão e Exclusão na Nova Capital. Texto publicado na Revista brasiliense de pós-graduação em Ciências Sociais, ano V. UnB. 2001. p.79 a 97.
- DEPOIMENTO DA COMUNIDADE REMOVIDA – Ceilândia: Ontem, Hoje... e Amanhã?. cartilha “Casa da Memória Viva”. Ceilândia-Brasília DF. 1982.
- EISENSTADT, Samuel N. – Modernização: Crescimento e Diversidade. In: Modernização e Mudança Social – BH. Ed. Professor. 1968. 207/241.
- FERNANDES, Florestan – A Revolução Burguesa no Brasil – RJ. Zahar. 1975.
- FORACCHI, Marialice – Mannheim – Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 25. SP. Ática. 1982.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF) - Ceilândia, nasce uma cidade. Brasília: Gráfica Edit. EIXO Ltda. 1986. Publicação do Governo José Ornellas.
- GIDDENS, Anthony – As Conseqüências da Modernidade – São Paulo. Ed. Unesp. 1991.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos – Brasília: A Capital da Segregação e do Controle Social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo. ANNABLUME. 1995.
- GOTTDIENER, Marx – A produção do espaço urbano – São Paulo. EDUSP. 1993.
- GRAEFF, Edgar Albuquerque – Goiânia 50 Anos – Goiânia, MEC/SeSu. 1985
- GUEDES, Joaquim – Por uma Nova Cidade. Revista AU, ano I nº 2. Abril de 1985. P.79-80. Editora Pini. São Paulo. 1985.
- HABERMAS, Jürgen – O Discurso Filosófico da modernidade – Lisboa. Dom Quixote. 1990.

- HARVEY, David – *Condição Pós-Moderna* – SP. Loyola. 1993.
- HEUZÉ, Craire – *Émergence d'Une Capitale, Brasília* – *Cahiers des Sciences Humaines*. 1986.
- HOBBSAWN, Eric – *A Era dos Extremos*. Cia das Letras. 2º Edição. Rio de Janeiro. 2001.
- HOUSTON, James – *A Cidade Modernista: Uma Crítica de Brasília e sua Utopia* – SP. Cia das Letras. 1993.
- \_\_\_\_\_ *A linguagem das ruas: O discurso político em dois modelos de Urbanismo* – In: *Anuário antropológico* – 80. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. UFCE
- IPEA/UnB/UFRJ – *Instrumentos Gestão Urbana: Brasília e Rio de Janeiro. Série Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Vol. III*. IPEA. Brasília. 2002.
- KOWARICK, Lúcio – *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979.
- LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. São Paulo. Perspectiva. 1984.
- \_\_\_\_\_ *A carta de Atenas (1957)*. São Paulo. Ed. HUCITEC – EDUSP. 1993.
- LE GOFF, Jacques (Org.) – *A história Nova* – SP. Martins Fontes. 1990. *Imaginário Medieval* – Lisboa. Editora Estampa. 1994.
- MACHADO, Maria Cristina – *Um Pensador Social na Primeira República* – Brasília. UnB. Tese de doutorado. 1997.
- MANNHEIN, Karl – *Ideologia e Utopia. Introdução à sociologia do Conhecimento* – Porto Alegre. Ed. Globo. 1950 (b).
- MICHELAT, Guy – *Sobre a Utilização da Entrevista não Directiva em Sociologia* – in: THIOLLANT, Michel – *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária* – SP. Polis. 1982.
- NUNES, Brasilmar F. (Org.) – *Brasília: A Construção do Cotidiano* – Brasília. Paralelo 15. 1997.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek – *Por que construir Brasília*. Rio de Janeiro. Boch Editoras. 1974.
- OLIVEIRA, Márcio de – *Brasília: O Mito da Trajetória da Nação*. Brasília. Paralelo 15. 2005.
- ORLANDI, Geraldo Roberto – *Brasília: Confronto Entre o Planejamento Urbano*

Original e a Realidade de Hoje – perspectivas para o futuro. In: Senado Federal: Comissão para o DF. Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Estudos e Debates. Centro Gráfico do Senado. Brasília. 1974.

ORTIZ, Renato – A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural – SP. Brasiliense. 1994.

PAVIANI, Aldo – A metrópole terciária – Brasília, Ideologia e realidade/ espaço urbano em questão. (Org). São Paulo, CNPq 1985.

PAZ, Octávio – Os Filhos do Barro – RJ. Nova Fronteira. 1994.

PELUSO, Marília Luiza – O morar na constituição subjetiva do espaço urbano. As representações sociais da moradia na cidade satélite de Samambaia/DF. Tese de doutorado Pontifícia Universidade católica de São Paulo. 1998.

PENNA, Nelba Azevedo – Brasília: Novos rumos para a periferia. In Paviani, A. (org.). Brasília: Moradia e exclusão. Brasília: Ed. UnB. 1996. P. 189-212.

PENNA, Nelba Azevedo, FERREIRA, Ignez Costa Barbosa – Brasília Dimensões da Violência Urbana. PAVIANI, Aldo. FERREIRA, Ignez. BARRETO, Frederico Flóscolo Pinheiro (Org.) – Brasília Ed. UnB. 2005.

PECAUT, Daniel – Intelectuais e a política do Brasil. SP. Ática, 1990.

PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle – A Nova Aliança – Brasília. Ed. UnB. 1991.

RESENDE, Beatriz – Rio de Janeiro, cidade de modernismos – In: Moses, Robert (org.). Olhares sobre a cidade. Ed. URRJ. 1994.

REZENDE, Vera – Planejamento Urbano e Ideologia – RJ. 1982.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz – Urbanismo: Olhando a Cidade, Agindo na Sociedade – in: pechman Rort Moses (Org.) – Olhares Sobre a Cidade – Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 1994.

ROUANET, Sérgio Paulo – As Razões do Iluminismo – SP. Cia das Letras. 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa – Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Graal. 1989.

SANTOS, Carlos Nelson F. – A Cidade como um jogo de Cartas – RJ. EDUFF. 1988.

SANTOS, Milton – A Urbanização Brasileira – 5ª Edição. São Paulo. Edusp. 1988.

\_\_\_\_\_ Metamorfoses do espaço habitado. SP. Hucitec. 1994.

SCHMIDT, Benício Viero – O Estado e a Política Urbana no Brasil – Porto Alegre.

Ed. Universidade. 1983.

SITTE, Camillo – A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos – SP. Ática. 1992.

SOUSA, Nair Bicalho – O imaginário da fronteira no pensamento social brasileiro: discursos intelectuais e políticos – Proposta de investigação. Brasília. Dptº de Antropologia/Unb. Março de 1994. Mimeo.

\_\_\_\_\_ Construtores de Brasília: Estudo de operários e sua participação política. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 1983.

SOUZA, Candice Vidal – Crescer para dentro – O imaginário da fronteira no pensamento social brasileiro: discursos intelectuais e políticos – Proposta de investigação: Brasília. Deptº de Antropologia/UnB. Março 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de – Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas – 4º Ed. – Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2006.

TURKIENICZ, Benamy – 40 anos do Plano Piloto: Idade do Lobo. In: AU 74, Arquitetura e Urbanismo. Ano 12. Out/Nov. RJ. 1997.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida – Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Ilhéus: Editora Editus, 1999.

VELOSO, Marisa – O Tecido do Tempo – A Idéia de Patrimônio Cultural no Brasil 1920 – 1970. Deptº de Antropologia. Tese de doutorado. Unb. 1992.

VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo. Ática. 1986.